



Curso de Psicologia

CAMILLA PADOIM

***CAMINHOS DE UM ACOMPANHAMENTO PERIPATÉTICO:
Reflexões sobre uma atuação “afetivada” da psicologia
face à violação de direitos***

SANTOS

2021

CAMILLA PADOIM

***CAMINHOS DE UM ACOMPANHAMENTO PERIPATÉTICO:
Reflexões sobre uma atuação “afetivada” da psicologia face à
violação de direitos***

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Psicologia pela Universidade Federal de
São Paulo - Campus Baixada Santista.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira
de Paula.

Coorientadora: Mestranda Júlia Clara
de Pontes

SANTOS

2021

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P124c Padoim, Camilla.
CAMINHOS DE UM ACOMPANHAMENTO PERIPATÉTICO:
Reflexões sobre uma atuação afetivada da psicologia
face à violação de direitos. / Camilla Padoim;
Orientador Marcos Ferreira de Paula; Coorientadora
Júlia Clara de Pontes. -- Santos, 2021.
116 p. ; 30cm

TCC (Graduação - Psicologia) -- Instituto Saúde e
Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2021.

1. psicologia. 2. acompanhamento . 3.
peripatético. 4. afetividade e amor. 5.
cisgeneridade e transexualidade. I. Ferreira de
Paula, Marcos, Orient. II. Título.

CDD 150

Bibliotecária Daianny Seoni de Oliveira - CRB 8/7469

CAMILLA PADOIM

**CAMINHOS DE UM ACOMPANHAMENTO PERIPATÉTICO: Reflexões sobre
uma atuação “afetivada” da psicologia face à violação de direitos**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Psicologia pela Universidade Federal de São
Paulo - Campus Baixada Santista.

Orientação: Prof. Dr. Marcos Ferreira de Paula

Aprovado em: 26/02/2021

Mestranda Gabrielle Raposo Chaves
Banca examinadora

Me. Lúcio Costa Girotto
Banca examinadora

Ma. Viviane Gorgatti
Banca examinadora

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Paula
Orientador

Mestranda Júlia Clara de Pontes
Coorientadora

SANTOS

2021

À “Catarina”,
a mulher que eu acompanhei e pela qual fui acompanhada nesse processo.
Sem ela, pessoa da qual tenho grande admiração e afeto, essa experiência não teria
acontecido.
Essa dedicação é um pequeno gesto também de agradecimento por tudo.

À minha mãe Maria Helena do Nascimento Feitosa,
mulher que é minha maior inspiração e meu amor para além dessa vida.
Obrigada por tantas costuras literais e metafóricas que me possibilitaram chegar até
aqui.

Às minhas avós (*in memoriam*) Dona Corina e Dona Ana,
mulheres que me antecederam e abriram caminhos pra que eu conseguisse passar e
conquistar.

Não tenho palavras pra expressar. Somente todo meu amor e minha honra.

E à Danielle Padoim,
amada irmã, mulher que em necessários e diversos momentos assumiu a nossa
maternidade no rolê da vida familiar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Olorum (Deus/a) e as Iabás, minhas mães Orixás que me deram vida e sabedoria, colo e equilíbrio, amor e serenidade, e muita força e direção quando mais precisei. Agradeço a meu pai Ogum por abrir meus caminhos, se não fosse ele não teria iniciado nada disso. Agradeço meu pai Oxóssi pela inteligência e sabedoria nas horas “H’s”. Obrigada à todos os Orixás.

Agradeço a minha família espiritual e toda espiritualidade amiga que acompanhou o processo, que me acompanhou e me amparou quando necessário. Obrigada por me preparar e me ajudar a saber o que fazer quando eu não sabia como proceder. Agradecimento especial à Seu Zé Pelintra, pelo apoio durante toda minha caminhada mesmo antes de eu conhecê-lo. Sempre serei grata por cuidar de mim e dos meus.

Gratidão a toda minha família carnal em especial: minha irmã Danielle Padoim, meu irmão Carlos Augusto Padoim, e meus primos Vitor Hugo Padoim Bezerra, Diego Paduin e Márcio Rui Padoim (tio). Obrigada irmãos por terem dado conta das mais desafiadoras questões enquanto eu estava neste corre, e primos, por terem me fortalecido em momentos de corda no pescoço. Sem vocês a permanência na Baixada não teria sido possível!

Agradeço à minha mãe, Maria Helena do Nascimento Feitosa, por ter segurado as pontas desde antes do meu nascimento e até aqui. Agradeço por todo apoio e incentivo. Sua história e vivência me motivaram a continuar para conseguir alcançar este momento. Você é minha referência. Sem sua ajuda eu certamente não teria conseguido. Obrigada por tantas “costuras, consertos e criações em geral” que materialmente me possibilitaram estar aqui escrevendo e concluindo essa etapa.

Agradeço ao meu pai, Antonio Carlos Padoim, que desceu a serra comigo pra fazer a matrícula e me levou na sequência pra tomar “uns guaranás” na beira do mar, orgulhoso pela minha (nossa) conquista. Obrigada por me possibilitar condições para começar e finalizar a faculdade.

Agradeço Mary Anny Lopes da Silva, pela honra de sua companhia e pelos muitos momentos lindos de passear, construir e ressignificar tantas coisas. Nossa relação é especial e é um presente, sou grata pelo nosso encontro. Obrigada por ter compartilhado comigo algumas das suas tantas sabedorias, visões, pensamentos e sentimentos. Os guardo e levo com carinho para a vida.

Agradeço ao meu Orientador Marcos, que me deu as mãos metaforicamente para que eu conseguisse entender e me adaptar ao mundo da produção acadêmica (bem como instigado também meu querer continuar). Minhas indagações, questões e meu jeito de funcionar ganhou espaço com sua orientação e este nosso encontro foi muito bom, alegrou-me e fez com que eu acreditasse que conseguiria.

Obrigada a Júlia Clara de Pontes, minha Coorientadora, amiga pessoal e pessoa de minha admiração. Me acompanhou no início deste acompanhamento, no durante, e hoje segue caminhando comigo neste fim, me oferecendo desde sempre suas valiosas e inúmeras contribuições, que vêm de muitos jeitos mas, principalmente, a partir de suas sábias palavras, proferidas com muita sensibilidade e humildade. Muito obrigada por dar-me direcionamentos, mostrar-me novos caminhos e por toda dedicação na coorientação.

Obrigada a Andressa Lima, minha revisora, supervisora informal de TCC e do próprio acompanhamento. Minha amiga pessoal e parceira face a situações inusitadas, assuntos confidentes e práticas psicológicas. Agradeço pelo apoio durante essa jornada e por ter topado correr com o tempo junto comigo (com a gente) no arremate desse trabalho. Obrigada pela sua enorme dedicação e esforço com a finalização deste texto.

Agradeço a Vanessa Nascimento, pela abertura de caminhos e sustentação material, alimentícia e emocional quando precisei. Sem você eu não teria nem começado todo esse caminhar pela Baixada Santista. Sou extremamente grata pelo carinho, amor, e pelos conflitos e embates que apesar de desafiadores tornaram-me mais sagaz.

Obrigada a Marcia Joana Reis, pela sua doçura constante, pela sua originalidade, pelo seu companheirismo e sensibilidade. Todos os nossos momentos foram gotas de amor que eu precisei para ter força, discernimento e saúde mental pra prosseguir. Sou muito grata.

Obrigada Livia, por levar-me a conhecer aquilo que em mim me deu força, vida e condições de estar no mundo de forma mais consciente. Agradeço por todos gestos de cuidado, afeto, orientação, e por ter compartilhado comigo um pouco das suas sabedorias e boas energias que muito me auxiliaram neste processo.

Obrigada a Lena Costa, amiga e pessoa do meu afeto que também foi minha supervisora informal de estágio, sempre à beira mar. Agradeço por me ensinar tantas coisas e por ser tão cuidadosa e afetuosa, ensinando-me assim a ser também. Sua presença nos bastidores desse acompanhamento foi crucial para minha integridade nele.

Obrigada a Alícia Santos e Nathalia Stein Nery, pela amizade, pelos pequenos grandes gestos de apoio e carinho. Agradeço pelos nossos momentos na reta final deste trabalho.

Obrigada Seu Elias Stein, por sempre me enaltecer, torcer por mim e me inspirar a ser uma pessoa revolucionária! Obrigada pelos apoios materiais, teóricos e afetivos no percurso.

Obrigada a Bruna Botelho e a Gabriela Lima, por me apoiarem quando retornei a Santo André e mais, por me alegrar, me fazer vibrar, pensar e repensar. A existência de vocês e nossas relações são caras para mim, obrigada por tudo e por tanto amor. Amo vocês!

Obrigada a Carol pela doce companhia, minha grande amiga do mar! Agradeço por permitir que eu compartilhasse minhas angústias e por compartilhar as suas. Elas se conversaram e isso nos conectou, para além do mar e do mergulho noturno, é claro.

Obrigada aos amores que caminharam ao meu lado em momentos diversos durante esse processo todo, alimentando-me com momentos eternos. Obrigada Nayara, Ruan e Felipe. Levo cada um de nós comigo, guardado com amor.

Obrigada a todas as pessoas que estiveram no Camará e nas Supervisões de Estágio durante minha passagem por lá. Os momentos de acolhimento e reflexão que aconteceram com vocês me propiciou ajustar minhas lentes de ver o mundo!

Obrigada a Viviane Gorgatti, pela sua grandeza, generosidade, pelo cuidado com responsabilidade e amorosidade. Você é referência. Suas práticas e a condução da preceptoria do estágio com leveza, ternura, rigor e firmeza inspiraram-me e inspiram-me.

Obrigada ao João Carlos Guilhermino da Franca, pessoa gigante que tenho enorme carinho. Foi muito significativo para mim caminhar com você. Guardo na memória momentos em

que estivemos juntos numa lotação à noite, e na sala da administração do Camará. Nestes dias conversamos sobre temas grandes e caros à psicologia e/ou à condução do acompanhamento. Você foi acolhedor, sensível e sábio, fazendo-me desviar meus olhares, expandindo-os a outras percepções cruciais para uma atuação justa e ético-política.

Obrigada a Samantha Sales pela nutrição da alma em momentos desafiadores, você foi uma grande mestra e confidencial amiga durante o processo. O carinho que tenho e emana à você é minha gratidão por todos seus movimentos sempre de cuidado e de afetividade.

Obrigada a Profa. Gabriela Pereira Vasters e a Profa. Mafê, pelo privilégio de trabalhar com vocês, de me apoiar em vocês quando necessário, e de receber tantos carinhos e atenção. Sou grata por isso. Obrigada por me ouvirem, me “orientarem”, e “supervisionarem” em momentos inusitados, sempre em muitos lugares que foram todos menos uma sala de aula.

Muito obrigada por tudo a Naiana Andrade, Regina da Silva Kliver, Glaucia Mattos Marinho, Lilian Bezerra, Paolo Oliveira, Lelton Silvestre, Thailize e toda a equipe do CREAS Insular, ter vocês na retaguarda desses processos de formação, estágio e acompanhamento foi crucial. Foi uma honra. Obrigada pelo acompanhamento e formação profissional e de vida!

Agradeço a Lorraine Pinheiro Lopes e Felipe Galvão. Sem o “aval” e confiança de vocês para com minhas intervenções nada disso teria acontecido. Obrigada por terem embarcado nesse percurso tão desafiador e rico pra nós que foi este acompanhamento.

Obrigada a Camilla Pousa, querida supervisora de estágio no CREAS e a Livia Camargo. Suas orientações Camilla foram ímpar ao processo de acompanhamento e à minha formação em psicologia. Obrigada pelos seus pequenos mas grandes gestos de carinho. Trago todos comigo! Me senti cuidada por vocês em muitos momentos em que me senti atingida após certos enfrentamentos. Agradeço por terem me apoiado em audaciosas intervenções, por terem comprado brigas comigo, pela confiança no meu trabalho e por terem me defendido durante o decorrer dele (rs).

Obrigada a Dona Madalena, presente de Xangô à minha vida! Uma honra poder ter construído uma relação afetiva com a senhora. Agradeço muito pelo amor, por toda ajuda material e espiritual para que eu pudesse dar prosseguimento aos meus compromissos.

Obrigada a todas as pessoas que encontrei e fiz amizade nestes caminhos, em especial: Vitor Lara, Edvan W. P. da Silva, Matheus Kenchicoski, Aldenice e Gabrielle Raposo.

Obrigada a minha Zeladora de Santo, minha amada e considerada mãe, Sra. Maria Lusinete Pereira da Silva; à todos meus irmãos e irmãs do terreiro Templo de Umbanda Zé Bahiano da Cruz e Vovó Chiquinha do Rosário (e todos os outros pelos quais já fui acolhida), e à toda espiritualidade amiga destas e outras correntes que me reenergizaram e fortaleceram.

Agradeço a Rosangela Maria Ávila, minha psicóloga e amiga. Obrigada por tudo, você me ajudou a conseguir! Gratidão por iniciar meu desenvolvimento emocional, profissional e perceptivo quanto às dimensões mais sutis desta vida terrena. Escolhi um trecho seu para findar os agradecimentos: “As palavras citam sobre as questões, mas o amor, que palavra consegue dizer sobre ele...”.

Este trabalho, bem como o acompanhamento, foi feito e costurado coletivamente. Agradeço à todos envolvidos que passaram pela minha vida, por ele e por nós, nos exuzilhando. Isso é nosso!
Axé. Laroyê. Mojubá.

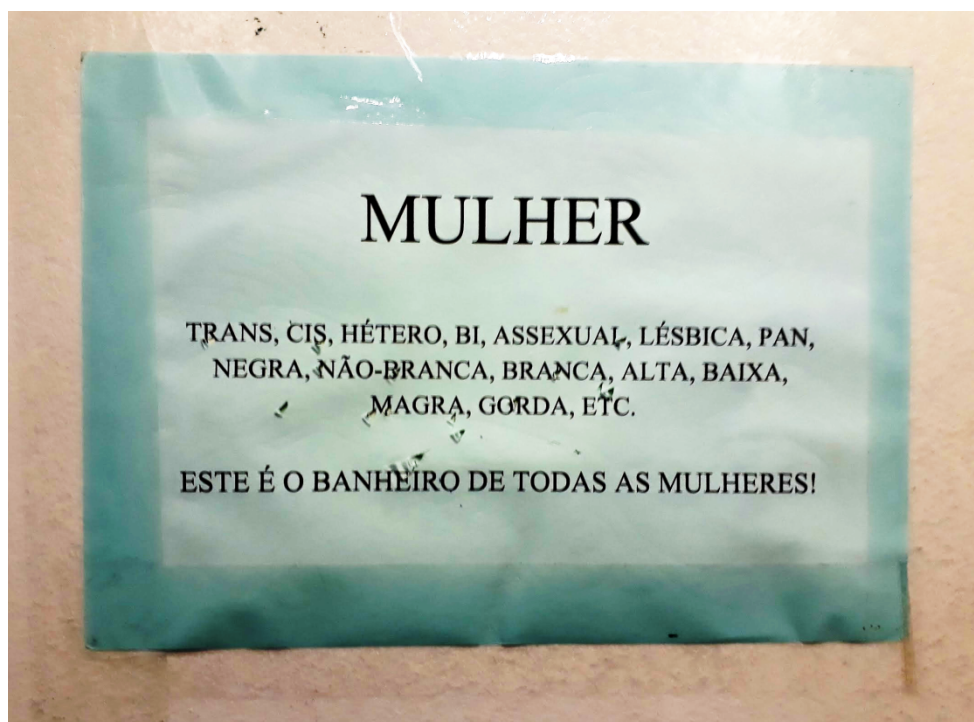


Foto tirada em um banheiro da UNIFESP Campus Baixada Santista - Unidade Carvalho de Mendonça durante um acompanhamento realizado para participação em uma atividade sobre Redução de Danos.

RESUMO

Este trabalho procura traçar reflexões acerca da relação da psicologia com grupos populacionais que possuem seus direitos violados de forma histórica e sistemática. Caminhando por alguns percursos, desdobramentos e desafios de uma experiência de estágio em psicologia no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que ganha corpo e vida a partir de cenas e memórias, é realizada uma sistematização de um acompanhamento psicossocial, nomeado também como “peripatético” pela sua característica de acontecer em movimento, pela rua. Por um caminho cartográfico, a experiência é situada na centralidade das análises, sendo a foz das reflexões que circundam sobre as temáticas relacionadas à violação de direitos humanos, e suas correlações, mais especificamente, com as questões étnico-raciais, sociais e de gênero, abrindo caminhos ético-políticos para uma outra compreensão das trajetórias singulares e coletivas. Além disso, expõe-se as potencialidades de encontros “afetivados” e os limites de pressupostos como “o distanciamento afetivo na construção de uma relação de acompanhamento” (dimensão epistemológica-política), ressaltando a importância, para a formação em psicologia, da aproximação com os estudos acerca da formação social brasileira e, nesse sentido, de perspectivas, sabedorias e tradições não-ocidentais.

Palavras-chave: psicologia, acompanhamento, peripatético, afetividade e amor, cisgeneridade e transexualidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
EIXO 1:	27
COMO OS CAMINHOS FORAM SE ABRINDO	27
1.1. Passos iniciais do percurso	27
1.2. Sobre a dupla pertença institucional	31
1.3. Movimento às análises sobre o “Não aderiu”	33
1.4. Na cena da Zona!	37
1.5. Recepções e relações	38
EIXO 2:	42
ENTRE FLORES, FLUXOS E FLECHAS	42
2.1. Passagens pela rede intersetorial	42
2.2. Estar junto como sustentação para os acessos	42
2.3. Passagens pela Serra do Mar pelo acesso à saúde	45
2.4. As métricas do encontro ditas entre olhares	46
2.5. Interpretações e atuações após a Zona!	50
2.6. No DP e no Cinema - diálogos entre olhares	52
EIXO 3:	54
CAMINHANDO PELO FIO DA NAVALHA	54
3.1. Sentimento, profissionalidade e o lugar da amizade	54
3.2. O grupo “Peripatéticos/Piriripatéticos”	59
3.3. Nós no Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu	64
3.4. Cenas de cinema	66
3.5. Um outro fio mas este de nylon	69
3.6. Na rua Japão	73
EIXO 4:	76
DA CIRCULAÇÃO DOS NOSSOS CORPOS	76
4.1. Distâncias estruturais e proximidades materiais entre amores e mares	76
4.2. Por um amor e por uma conta: Na cena da construção e do banco	77
4.2.1. Na cena do banco	81
4.2.2. Lidando com o novo: “Na dúvida melhor evitar”	83
	11

4.3. O gênero em família	84
4.4. Da Catraia ao Sesc: Olhando pra branquitude e pra nossa relação inter-racial	87
4.5. Na cena da UBS: Sobre olhares para autoidentificação	91
EIXO 5:	96
DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA:	96
A práxis na encruzilhada das escolhas teórico-metodológicas	96
5.1 Potencialidades da experiência na centralidade	96
5.2. Exuzilhando as ocidentais convicções científicas	99
5.3 Razão com emoção: Outras subjetividades e outras configurações de vínculo	101
ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS	106
Passos sugestivos para nós	106
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo elaborar reflexões sobre algumas potencialidades e desafios *da e para* a psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na relação com grupos populacionais que tiveram e têm os seus direitos violados de forma histórica e sistemática .

Adota-se como objeto de análise e, portanto, como ponto de partida, uma experiência de estágio em psicologia no âmbito da Assistência Social, mais especificamente, a realização de um acompanhamento durante essa experiência, bem como alguns de seus percursos e desdobramentos. Ocorrido na Baixada Santista, do início de 2018 ao fim de 2019, este processo se deu durante a realização de dois estágios que ocorreram de forma simultânea em instituições diferentes. Cabe mencionar que essa possibilidade de simultaneidade se concretizou a partir de uma construção que localizou este estágio de dupla pertença institucional enquanto um potencial componente da rede em seu movimento de articulação. As instituições que sediaram os estágios foram: o Instituto Camará Calunga (estágio curricular inicial) e a Secretaria de Assistência Social, inicialmente em um Serviço de Acolhimento Institucional e, posteriormente, em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Através de uma trajetória única que se deu pela via deste acompanhamento específico, denominado também como “peripatético” – em referência à uma de suas influências teórico-metodológicas, a ‘clínica peripatética’ (LANCETTI, 2009) e a sua característica de acontecer também em movimento (pelas ruas, em caminhada, a céu aberto) –, foram emergindo situações que trouxeram à tona a temática dos privilégios no campo das relações sociais-raciais, de gênero e institucionais, que, inevitavelmente, atravessam práticas formativo-profissionais; especialmente as que se prestam a conduzir acompanhamentos, sejam eles caracterizados como psicossociais, de assistência, educativos ou de cuidado. Ou ainda, aqueles que abarcam organicamente algumas destas caracterizações.

Alguns desses momentos emergidos se configuram neste trabalho enquanto situações analisadoras, que serão trazidas a partir de cenas. Devido às observações de campo, que apontaram para a presença de diferenças relacionadas à circulação dos

nossos corpos (meu e da pessoa acompanhada) e aos tipos de relações também diferenciadas estabelecidas entre a sociedade como um todo para com cada uma de nós, utilizamos como referencial teórico central da análise a discussão acerca da presença e ausência dos marcadores sociais da diferença (BRAH, 2006). Esta formatação analítica tem como intenção a reflexão das possíveis influências constitutivas dessas diferenciações, a partir da presença e do entrecruzamento destes marcadores sociais da diferença, bem como, seus possíveis impactos nas subjetividades e no acesso (ou não-acesso) aos direitos humanos.

Pela presença da práxis (MARTÍN-BARÓ, 1997) como processo fundante dos passos e das articulações entre os referenciais teóricos, e a percepção crítico-política acerca daquela realidade – que também pode dizer sobre realidades sociais –, o acontecimento deste acompanhamento foi permeado de muitos encontros e desafios que se deram a partir de caminhadas por “estradas” diferentes e reinvenções constantes. Durante esse processo, os encontros inicialmente combinados para realização de afazeres foram a foz de um percurso que considero subversivo e errante de acompanhamento. E isso por dois motivos. Primeiro, devido à estratégia teórico-metodológica adotada não ser convencional ao SUAS e ser, particularmente, singular; e segundo, por ele ter sido, concomitantemente, o meu maior e melhor passo na construção de minha profissionalidade e formação em psicologia – ainda (e sempre), é claro, inacabada e em desenvolvimento.

Por um caminho cartográfico, partirei de algumas cenas vividas descritas em diários de campo ou rememoradas, relatórios escritos durante os anos de 2018-2019 e alguns outros documentos institucionais, voltando-me principalmente às intervenções e procurando refletir acerca do fio condutor de todo o processo de estágio: a promoção deste acompanhamento individual que nomeamos inicialmente como um “acompanhamento peripatético”.

Peripatético, que vem da antiguidade grega, é um termo que foi bastante usado para designar a escola de Aristóteles, que costumava ensinar seus discípulos andando pelos jardins externos do Liceu, escola que ele fundara em 335 ou 334 a.C., próximo a um “pequeno templo sagrado dedicado a Apolo Lício” (REALE; ANTISERI, 2007, p. 174). *Perípatos*, no grego antigo, deriva do verbo *peripatéo*. Dentre outros significados, *peri* traz o sentido de *em torno de*, *em volta de*, *em vista de*; e *patéo* significa *caminhar*, *andar*, *percorrer* (CHAUI, 2005, p. 508). Enquanto designação do gesto pedagógico de

Aristóteles, *perípatos* significa, assim, *passar ou caminhar com*, para aprender *conversando ao caminhar*. Andar junto, portanto, e nesse gesto aprender junto, trocar, afetar-se mutuamente, deixar circular a espiritualidade e a energia afetiva dos encontros entre o um e o outro em meio ao próprio caminhar junto. O objeto de estudo deste trabalho é minha própria experiência de um *caminhar com*, de um *andar junto*, ocorrido durante o estágio.

Essa experiência será exposta a partir de eixos temáticos e seus subitens. A organização do trabalho foi pensada desta forma visto que no momento da escrita me vi com muitas linhas e reflexões que se encontram, se enlaçam e se emaranham mais do que se separam em possibilidades de assuntos circunscritos que se concluem, o que impossibilita a adoção de um modelo mais rígido. Esta organização se aproxima da ideia de rizoma¹ em que a cartografia aparece como um dos princípios estruturantes (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 812). Dentre esses princípios, estão o primeiro e o segundo que dizem sobre a conexão e a heterogeneidade na afirmativa de que “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 22, *apud* SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 812), aspecto tal que se afina com o entrelaçamento das linhas que faço, apontando para as reflexões que surgem e que vão se desdobrando e se interligando em diversas outras camadas (o que reflete muito do ocorrido na prática).

Foi o formato encontrado para a realização da desafiadora tarefa de enquadrar um relato de experiência em moldes acadêmicos pregressos, sobretudo porque as intervenções de estágio se iniciaram de forma "despretensiosa", não-planejadas à fins de produções acadêmicas, ou seja, sem intenção prévia de posteriores análises.

Apesar dos contornos institucionais dos estágios e de suas respectivas regras e acordos, responsáveis por delimitar o acompanhamento, a experiência relatada e discutida teve como uma de suas principais características a espontaneidade. Nesse sentido, o trabalho não é proveniente de uma pesquisa qualitativa, mas sim de uma *experiência prática* sobre a qual, nesse momento, debruço-me, fazendo análises qualitativas a partir de um percurso cartográfico, sobre os diversos espaços percorridos em companhia. Faz-se relevante ressaltar que este trabalho não é um estudo de caso,

¹ Desenvolvida por Deleuze & Guattari (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 821).

tampouco uma contação de história alheia. Ele busca narrar e refletir sobre uma experiência singular de encontros e acompanhamentos recíprocos.

Trata-se de uma reflexão que parte de uma experiência formativo-profissional que em sua gênese não possuía objetivos analíticos científicos, mas que agora os assume em prol de contribuir com as construções já iniciadas há muito, de outras produções de conhecimentos não-hegemônicas, que tenham sua origem na realidade, em contatos relacionais, vivenciais e horizontais e que possam dizer sobre algum aspecto da realidade social brasileira em sua dimensão objetiva e/ou subjetiva, já que elas também muito se entrecruzam mais do que se separam.

Retomando o formato dos eixos temáticos, é cabível informar que eles circundam sutilmente as análises centrais do presente trabalho, que estão voltadas principalmente para:

- a) a relação da psicologia com grupos populacionais que possuem seus direitos violados de forma histórica e sistemática e com a discussão acerca dos marcadores sociais da diferença na centralidade das reflexões para a práxis no âmbito do SUAS;
- b) a potencialidade de encontros “afetivos” e os limites de pressupostos como “o distanciamento afetivo na construção de uma relação de acompanhamento” (dimensão epistemológica-política); e,
- c) as contribuições de perspectivas não-ocidentais provindas de conhecimentos e experiências de tradições e sabedorias de matrizes africanas (ABRAHÃO, 2019) e de povos tradicionais à formação em psicologia.

* * *

Pelo desenvolvimento do acompanhamento realizado e pelas suas características, ou seja, pelas suas ferramentas teórico-metodológicas que se assemelham àquelas presentes em acompanhamentos “territoriais” e “terapêuticos”², ocorreu a realização de um processo “artesanal” de costura e tessitura em prol da

²Da Terapia Ocupacional e do Acompanhamento Terapêutico.

articulação em rede, que envolveu diversos entes, atores, serviços de saúde, educação, da assistência social, de organização da sociedade civil, entre outros.

Os caminhos percorridos e as tentativas realizadas para tal costura serão tema de um dos eixos de análise (Eixo II: *Entre flores, fluxos e flechas*), e estarão presentes em outros de forma inevitável, visto que na experiência a própria proposta metodológica adotada na prática – os acompanhamentos pela rua – tinha como intenção colaborar com a (re)construção de uma rede de suporte, e no presente texto, nesse sentido, ela também aparece pelas cenas presentes nos outros eixos, complementando o desenho de quais foram as articulações em rede e de nossas rotas. Todo esse trâmite relacionado a articulação de rede ocupou um espaço importante dentro do processo e, portanto, ele acaba aparecendo durante todo o decorrer do texto.

Este movimento de costura e tessitura foi investido e orientado pela necessidade de coletivizar questões que eram, até então, percebidas e restritas ao âmbito individual. Através de deslocamentos corporais conjuntos, procuramos reafirmar as linhas de conexão dessa trama institucional, a princípio dura e desgastada, mas que aparentava precisar de um conjunto de atrizes, costureiras e alfaiates para sua vivacidade e fortificação enquanto tecido de apoio na interligação de serviços, sistemas, espaços e pessoas que pudessem conjuntamente responder às demandas da pessoa acompanhada.

A partir desses entrelaçamentos de linhas presentes na concretude da vida real e cotidiana, a prática em campo possibilitou ações que geraram muitos encontros com diversas personalidades e direcionamentos teórico-metodológicos distintos que, cruzadas conosco, suscitaram o desenvolvimento de diferentes estratégias, que talvez só tenham sido possíveis em decorrência do aumento de potencialidades a partir do nosso encontro bipessoal.

Esses encontros se deram pelo transitar nas ruas, avenidas e encruzilhadas das cidades, quase sempre a pé, mas às vezes de ônibus, VLT³ ou de carro, em busca dos nossos destinos, serviços ou objetivos planejados conjuntamente. Estes jeitos de ir nos possibilitou aproveitar a ida, a vinda e o percurso que acontece no durante, o que certamente gerou a ocorrência de um “deixar-nos ir” e de um deixar-nos sermos afetadas com o que nos acontecesse ou afetasse, provocando potencialidades e fissuras que me levou a caminhadas em fios de navalhas (Eixo 3) na lida com afetividades e

³Veículo Leve Sobre Trilhos que promove a conexão entre São Vicente e Santos. É tipo um trem.

subjetividades, “visto que ninguém sabe antecipadamente os afetos de que é capaz, é uma longa história de experimentação [...]” (DELEUZE, 2002, p. 130).

Ocorreram no percurso muitos desvios ao que fora planejado com antecedência pelo surgimento de situações inusitadas, que, por sua vez, estimularam nossas criatividade, nossa potência de agir em ato e a produção de reflexões *outras* que tinham como ponto de partida esses momentos vividos e seus desdobramentos. E nesse percurso, fomos com jogo de cintura e flexibilidade tentando dar os devidos contornos necessários às pedras no caminho levantadas a todo nosso movimento que mexia no instituído. Em outras palavras, também metafóricas, nosso movimento, bem como o mar, provocava a rigidez de muros tradicionalistas construídos na cidade que, somente por se localizar acima do mangue e se mover conforme o balanço das ondas, por si só, já possuía e possui a ânsia de mover construções tradicionais colonialistas⁴.

E entre encontros que aumentaram minha potência de agir, isto é, me proporcionaram *alegria* (ESPINOSA, 2015, p. 341), e outros nem tanto, tendo em vista o inevitável contato com o todo que inclui os espinhos das flores⁵, estas circulações pelo território, pelo instituído e pelos processos subjetivos e relacionais se constituíram como “linha de frente” de todo o processo de acompanhamento. Processo este que, agora e em alguns momentos, chamarei de “psicossocial”, dando-lhe um segundo adjetivo para fins

⁴ Na história da cidade de São Vicente de fato ocorreram situações em que o mar agiu nesse sentido. Segundo o relato de pessoas vicentinas, ocorreu a destruição sistemática de uma igreja católica construída na beira mar (provavelmente a mando dos povos europeus colonizadores no período colonial) pelas fortes ondas vindas desse grande pedaço do oceano Atlântico, que é em seu todo conhecido também como Calunga Grande. A “Calunga grande é o mar, a enormidade de seu destino e de seu horizonte” (SCHWARCZ, 2001, p. 227). “Calunga-pequeno, também de formação histórica kimbundo já é cemitério, morte, peste; enquanto calungas, no plural, é o conjunto ou falange de seres espirituais que vibram na linha de Iemanjá (água) [...]” (MARTINIANO, 2015). Aqui apontamos um espaço da Calunga grande como cemitério, em decorrência do Oceano Atlântico ter sido e ser o lugar para grande parte da população africana que foi assassinada durante a travessia, após ter sido sequestrada de seu país de origem e colocada nos navios negreiros para serem escravizados no Brasil. Os dados estatísticos relacionados a esta passagem e barbárie podem ser acessados em: https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates?selected_tab=timeline

⁵ O filósofo Baruch de Espinosa (1632-1677) definia a alegria como a “passagem do homem de uma perfeição menor a uma maior”, assim como a tristeza, ao contrário, é definida como a passagem a uma perfeição menor (cf. ESPINOSA, 2015, p. 341). Mas para Espinosa *perfeição* é igual a *realidade* – “Por realidade e perfeição entendo o mesmo”, ele escreve (*ibidem*, p. 127). Tudo o que existe, tudo o que tem uma essência determinada, qualquer coisa, é perfeita enquanto tal, pelo simples fato de ser uma realidade determinada. Contudo, os seres sensientes em geral, e o ser humano em particular, experimentam uma variação de sua essência – para mais ou para menos – nos diversos encontros entre os corpos: uma variação para mais é aumento da potência de existir, é alegria; uma variação para menos é diminuição dessa potência, é tristeza. É assim que todo caminho, todo percurso, porque permeado de encontros em que os corpos afetam e são afetados, é permeado de alegrias e tristezas, flores e espinhos.

de “enquadramento”, em decorrência do pertencimento institucional relativo à Assistência Social, e, das inflexibilidades e dificuldades na lida com quefazeres⁶ distintos do que é habitual e que não assumem nomes fixos a priori (apesar de conterem em si características que remetem ao compromisso e à práxis ético-política de cunho psicossocial).

No âmbito da Alta e Média Complexidade do SUAS, os acompanhamentos são caracterizados como “psicossociais” e esse posicionamento de não nomear inicialmente o meu fazer, bem como a própria característica do acompanhamento, colocou-o em cheque em alguns momentos pela ocorrência de situações inusitadas, desdobramentos de intervenções, que tencionaram alguns limites relacionados ao distanciamento afetivo em uma relação de acompanhamento e as expectativas quanto aos lugares esperados, ou habituais, assumidos a partir da posição de estagiária de psicologia. Além disso, esta ocupação de um lugar não-habitual enquanto estagiária, de fato, trouxe desafios diferenciados ao processo de supervisão para a realização de uma práxis coletiva (com relação à supervisão compor o processo de acompanhamento), visto que as intervenções não-habituais no campo da Assistência Social, pela adoção da abordagem teórico-metodológica mencionada, demandaram outros quefazeres das pessoas profissionais envolvidas. Desafios estes que em sua maioria estavam associados a conteúdos novos que não eram comuns neste espaço até então, que envolviam, por exemplo, os riscos de estar na rua em acompanhamento frente à violência territorial.

É um dos objetivos apontar para a potencialidade de localizar práticas que promovem aproximações iniciais ao contexto, trajetória e cotidiano de quem se pretende acompanhar na centralidade das posteriores escolhas teórico-metodológicas para condução dos acompanhamentos.

Em decorrência das tensões emergidas a partir dos desafios desta atuação, trago também como ponto para reflexão a dimensão acerca da nomeação ou do enquadramento teórico-metodológico (fazendo um paralelo com as escolhas de abordagem na área clínica) de atuações psicossociais conduzidas pela psicologia como aspecto possivelmente superestimado⁷ (quando associadas como “pré-requisito” às suas

⁶Referenciando a conceituação de Ignacio Martín-Baró (1997) que diz respeito ao papel e ao fazer que a pessoa psicóloga em sua práxis é provocada a realizar.

⁷Faço referência à categorização e nomeação específica de determinadas práticas no campo da psicologia. Enquadramento no sentido de que, aparentemente (a partir desta experiência), para uma prática ser legitimada ela carece de um “nome específico”, de algum enquadramento que remeta alguma prática já

respectivas legitimações), apesar de reconhecer no processo de nomeação e identificação dos referenciais a sua notória relevância no sentido de circunscrever e avaliar formalmente as intervenções quanto às suas raízes científicas e éticas. O desejo por esta discussão emergiu dos embates relacionados a enquadramentos circunscritos por nomenclaturas e conceituações durante a experiência em questão.

Por essa razão, a discussão também passa pela dimensão da escolha dos direcionamentos epistêmicos-metodológicos e políticos relacionados às formas de atuação da psicologia, sobretudo da psicologia na Assistência Social, e os possíveis impactos destas escolhas aos grupos populacionais que entrecruzam marcadores de diferenciação social e que são atendidos pela rede socioassistencial (SUAS).

Serão feitas, ainda, articulações relacionadas ao empréstimo do poder contratual utilizado enquanto “ferramenta de interação e convívio social” (PRADO, 2018, p. 30) na experiência prática, que se darão a partir das cenas trazidas relacionadas, principalmente, a diminuição do poder de contratualidade (ou seu anulamento) no campo das trocas sociais (PRADO, 2018, p. 29) decorrentes de questões que envolveram principalmente a identidade de gênero transexual ou travesti, a negritude, e o pertencimento de classe, de forma entrecruzada.

É preciso ressaltar que o recorte deste trabalho é circunscrito mais especificamente ao grupo de mulheres trans⁸, uma vez que o acompanhamento foi realizado com uma mulher trans/travesti negra. Trata-se de um exercício analítico acerca das estratégias utilizadas tradicionalmente à luz de uma experiência singular, frente a uma trajetória singular que não pretende ser generalizada, visto que “a dinâmica de uma cena é única, nunca será igual no curso da vida de uma mesma pessoa” (PAIVA, 2008, p. 649), apesar da possibilidade de aspectos em comum com outras trajetórias. A proposta pretende nesse sentido compartilhar possibilidades e reflexões que ocorreram conosco.

Começar pelo que é “pequeno”, colocando a experiência no centro, parece possibilitar a discussão acerca das interfaces e implicações entre o âmbito “subjetivo” e coletivo de forma orgânica e fluida, pois parte do real e nos aproxima dele,

realizada e legitimada. Chamo de superestimado pois considero haver uma falaciosa/exagerada valorização quanto aos ajustamentos de experiências para que caibam em outras já reconhecidas e nomeadas formalmente na área, enquanto que, as práticas e metodologias adaptativas, que são construídas junto com as pessoas acompanhadas, têm suas legitimidades atreladas à estas associações.

⁸Incluindo aqui o termo trans as mulheres transexuais, transgêneras e travestis.

possibilitando certo distanciamento de perspectivas que pairam o imaginário social e se caracterizam por serem individualizantes, permeadas de julgamentos meritocráticos e culpabilizantes. Acredito na potência deste formato pelo acesso a alguns “pormenores” presentes nas entrelinhas que, por vezes, se esvai em meio às gigantes e concretas realidades institucionais precárias e sobrecarregadas.

Nestes “pormenores”, situo o encontro próprio ao acompanhamento, nossos encontros com as cidades e com coletivos. Nestes encontros estarão as insurgentes potências que geraram bons frutos e flores, talvez regadas justamente pelo nosso encontrar uma a outra, visto que, como dizia Deleuze lendo Espinosa: “quando um corpo ‘encontra’ outro corpo, uma ideia, outra ideia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente” (DELEUZE, 2002, p. 25). Entre conflitos da convivência, houve conjunções expansivas, que nos moveram a produções, ações e movimentações distintas (individuais), mas concomitantes, que por sua vez, geraram construções significativas iniciadas através do vínculo, da afetividade, da alegria no conhecer, do criar e do amor também, presentes no fazer psicossocial – já que o amor, dizia Espinosa, é uma alegria⁹. É também sobre isso que o presente trabalho tem por dizer. Sobre amor, sobre alegria, sobre encontros, sobre vida.

* * *

Escrever sobre o processo é dizer sobre algo que foi permeado de muitos sentimentos, mas principalmente, aqueles que são positivos e que nos movem a construções que fortificam. É transformar em palavras aquilo que experienciei, que presenciei, em que também me perdi, mas que me encontrei, no fim das contas. Sou um pouco poeta, poetisa, sou amante das escritoras e compositoras, então pedaços do meu texto, bem como alguns passos do percurso vivido são poesias. São como composições que têm ritmo, melodia, som, tom, coisas que não se vê, mas que se pode sentir, pequenos mergulhos em artes e emoções. Faço de certa forma uma “defesa” do envolvimento da emoção nos processos de construção de conhecimentos, científicos, terapêuticos, de diálogos, de vínculo, psicossociais e de reflexão, refutando a ideia do distanciamento afetivo como algo imprescindível para fins de validação. A amorosidade

⁹ “O Amor é a Alegria conjuntamente à ideia de causa externa” (ESPINOSA, 2015, p. 343). Em outras palavras, se algo ou alguém é percebido, imaginado ou compreendido como sendo a causa do aumento de minha potência de agir e pensar (alegria), amo esse algo ou alguém.

de inspiração freiriana e o amor, “sendo fundamento do diálogo”, e portanto o próprio diálogo, estão presentes (FREIRE, 2017, p. 80).

Mas sem delongas, isso é só uma provocação, principalmente direcionada àquilo que remete hegemonicamente a uma certa “tradição” dentro do campo da psicologia.

Como boa filha e neta de costureiras de profissão, dediquei-me na prática formativa-profissional a fazer costuras por tecidos que apesar de não serem materiais, eram compostos de muitas linhas, estilos, vidas, cores, padrões, realidades e subjetividades diferentes. Aqui, vou afirmando as métricas do texto entre linhas para afiná-las com a prática e passeio pela arte de escrever sobre a mistura entre o vivido, a realidade, o pensado e o realizado, entrelaçando-os(as). O escrito por quem veio antes de mim, o descrito por outres. É tocante, vem da “razão” com emoção. E a propósito, quem os separou? A razão da emoção?

O peripatético, no título e no texto, está no sentido do caminhar, que como foi dito remete à Escola Peripatética mas, diferente dela e dos pensadores que distanciaram o corpo da mente e a razão da emoção, o processo durante o caminhar não foi por meros fins pedagógicos passivos, foi um caminhar “junto com”, para a construção de uma relação de fato relacional, dialética e ativa. Uma estratégia de traçar delineamentos conjuntos sobre o acompanhamento, em movimento conosco e com o todo ao nosso redor.

Rejeito aqui, então, a dicotomia ocidental-cartesiana que separa mente e corpo, coração e cérebro, razão e emoção, contudo, para fins adaptativos, peço licença poética – literariamente – para expressar-me de formas que talvez não coubessem caso estivesse escrevendo, *strictusensu*, “cientificamente”, a partir dessa lógica rejeitada que diz acerca de uma produção, “somente com a mente”, sem arte, sem poesia, sem emoção, que rejeita a possibilidade de uma criticidade imbuída de sentimento.

Apesar de não ser um trabalho artístico, tem aqui um tanto de componentes que fogem de algumas normas regentes e, por isso, faço esse pedido, visto que almejo ser lida também por quem ainda parte dessa lógica ideológica de pensamento e que talvez rejeite este outro modo de fazer uma escrita acadêmica. Optei por esse desvio, pois a arte me ajuda a contar sobre as intensidades afetivas e sobre as nuances do processo. Nesse sentido, me localizo no encontro de uma coisa e outra, numa encruzilhada, num

percurso cartográfico, na intenção de me adaptar um tanto entre ambos e de conectá-los, misturá-los, numa costura de forças produtivas para uma soma propositiva.

E vou tecendo por essas linhas, pela afinidade com a cartografia que “se opõe a política cognitiva cartesiana-positivista”, ao propor outros jeitos de construção de compreensões acerca das realidades objetivas e subjetivas, a partir, e ao partir de percursos que vão “mapeando paisagens, mergulhando na geografia dos afetos, dos movimentos e das intensidades” (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 813).

Articulando a arte e os sentimentos (que são, à propósito, frequentemente tocados e trazidos à tona, também, a partir do contato com conteúdos artísticos), é notável o aparente predomínio de fluxos hegemônicos que se dão como se o sentimento e a emocionalidade, não fossem passíveis de estar nos processos de produções científicas. Apesar disso, e por isso, apoio-me na cartografia e em produções que a referem antes de tudo enquanto uma arte, compreendendo portanto que cartografar “é, também, uma ciência”¹⁰ (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 812).

Na experiência a arte com os sentimentos e o contrário, o vínculo construído e a amorosidade aparecem também como potentes lugares de construção de conhecimento, incentivando quiçá a produção de outros materiais científicos que se complementam aos já existentes, atualizando-os, dando contornos menos colonialistas, ocidentais e mais brasileiros, afrolatinoamericanos. Contornos estes que remetem a algum aspecto de nossa realidade social e possuem potencial de dizer não somente sobre carências e necessidades de pessoas que entrecruzam marcadores de diferenciação social (como no caso da pessoa acompanhada), mas também sobre seus “recursos culturais e civilizatórios” aprendidos na relação pela convivência, a partir da experiência singular (ABRAHÃO, 2019, p. 165).

Acredito nessa composição, na aposta de que tal junção pode contribuir com o arcabouço importante que se move na criação de outras metodologias e modos de fazer que sejam mais assertivos às suas intenções, e que também possam incidir em movimentos de abalo de subjetividades e/ou estruturas rígidas e opressoras, já que parece ser preciso sensibilidade e afeto para além de racionalizações cognitivas para mudanças subjetivas e objetivas.

¹⁰ “Como método de pesquisa, a cartografia foi, originalmente, pensada por Giles Deleuze e Félix Guatarri (2011), [...] vista que, no entendimento deles, os modelos de pesquisas disponíveis à época [...] não se adequavam e nem conseguiam dar conta do teor processual do objeto dos seus estudos [...]” (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 812).

O afeto e o amor aqui estão como aquilo que afeta, que movimenta a partir de afetações e interações e não como um sentimento relativo à amorosidade associada ao romantismo ocidental e/ou ao desejo sexual, mas como um fruto de um bom encontro, de relações sociais que estimulam, aumentam ou até desenvolvem nossas capacidades e potência de agir em prol de pequenas ou grandes ações, distanciando-se da “deterioração a que se submete a palavra amor no mundo capitalista” (FREIRE, 2017, p. 79).

Sobre amor, segundo a autora bell hooks (1994), o “expressamos [...] através da união do sentimento e da ação” e nesse sentido, nossas ações que visam diálogos, transformações e revoluções não deixarão de ser também amorosas (FREIRE, 2017, p.79).

Déjeme decirle a riesgo de parecer ridículo que El verdadero revolucionario es animado por fuertes sentimientos de amor. Es imposible pensar un revolucionario autentico, sin esta cualidad. (CHE GUEVARA, 1987, p. 80)

Aproveito o pedido de licença poética e o assunto do amor pra pedir também “Agô”. E com coragem, escrevo esta palavra que em Yorubá significa “licença”, direcionando-me à dimensão de uma ancestralidade e de uma espiritualidade que é para mim, e foi reconhecida na prática por mim, enquanto uma dimensão importante de ser levada em conta, visto que apesar da inclusão da temática por Catarina (pessoa acompanhada) como aspecto significativo à sua vida, tal questão foi vista de forma marginalizada ou relativizada por parte da equipe que a acompanhava no âmbito da Assistência Social, possivelmente por uma falta de aproximação com a temática.

Este tema, além do amor e do afeto nos processos de acompanhamento, é outro que influi embates na área da psicologia e das ciências sociais, e merece aqui o devido espaço valoroso de reflexão por ter permeado nossos caminhos, seja pelos diálogos que produziram reflexões e direcionamentos importantes, ou, ainda, no sentido de tê-los aberto. Passearemos, então, por tais temáticas durante o texto, pois falar sobre o processo vivido será também falar sobre as colisões enfrentadas diante de pragmatismos epistêmico-políticos.

Travaremos, então, diálogos sobre o possível desconhecimento da psicologia acerca da temática da espiritualidade de matriz africana (incluindo matrizes de povos originários), na intenção de promover aproximações “com alguns conhecimentos das

tradições e saberes não ocidentais presentes numa parte significativa da população brasileira” (ABRAHÃO, 2019, p. 159). Tais proposições surgem a fim de que esse diálogo auxilie nas reflexões centrais já mencionadas, relacionadas à influência dos privilégios e das desigualdades sociais nas subjetividades, bem como no encontro de outras perspectivas epistemológicas possíveis à psicologia frente à violação de direitos.

Essas correlações têm a mesma intenção ético-política dos encontros entre a “ciência e a arte”, e dos “sentimentos com a atuação em psicologia”, ambos direcionados ao alinhamento de conexões potencialmente construtivas para abertura de novos caminhos à atuações mais contextualizadas com a realidade.

* * *

Na experiência que embasa esta pesquisa, meus principais pontos de partida foram o lugar do “não-saber”. Este não-saber implicava estar “despida” frente ao sofrimento ético-político decorrente de violências que eu não havia sofrido pelo meu pertencimento étnico-racial (branca) e pela minha identidade de gênero ser conivente com aquela designada a mim ao meu nascimento (mulher cisgênera). Estes sofrimentos psicossociais com os quais eu me deparava com poucos saberes concretos (visto minha não-experiência na pele sobre tal e meu conhecimento raso acerca da temática trans), eram aparentemente desencadeados por “processos sociais mediados por normatividades” (PONTES; SILVA; NAKAMURA, 2020, p. 125), os quais não havia tido contato durante a graduação¹¹.

No presente contexto poderíamos apontar esse desencadeamento pelo intercruzamento de processos sociais opressores como o racismo, a transfobia, o machismo, classismo, dentre outros, que promovem discriminações a grupos populacionais diversos. Tal reflexão é trazida devido ao entrecruzamento de marcadores de diferenciação social e as suas sobreposições observadas na prática enquanto aspectos determinantes para a exposição de pessoas e grupos à violência.

Júlia Clara de Pontes et al. (2020, p.125) permite pensar a importância da costura de redes quando menciona que pelos vários entrecruzamentos de processos sociais opressivos por suas mediações normativas, na experiência de sofrimento, mostra-se impossível que o diálogo e a atenção a estas questões se deem de maneira

¹¹ Salvo momentos eventuais raros promovidos por discentes, como a semana Trans(Universo) que tratou de assuntos relacionados.

segregada em disciplinas ou áreas. A violência e o sofrimento psicossocial são aspectos que não podem ser reduzidos ao âmbito individual, pois são questões que transbordam os limites das disciplinas, sendo tanto individual quanto social (KLEINMAN, 1997 *apud* PONTES, et al 2020, p. 125). Nesse sentido, a identificação dos processos de costura intersetorial para articulação de rede foi central no acompanhamento realizado, a fim, principalmente, de expor a possível relevância da coletivização para promoção de atenção adequada à pessoa acompanhada no acesso e garantia de direitos negados e violados.

Com isso, traçando com caracteres, mouses, agulhas e pontos, procuro colaborar com a visibilidade desta linha imaterial entre o macro e o micro, relacionadas, com maior ênfase, às problemáticas que envolvem gênero, raça-etnia e classe, e da relação da psicologia com elas, num movimento de olhar para as subjetividades e individualidades afetadas por tais questões, relacionando-as, ao mesmo tempo, com “pontos” de colisão que dizem sobre a organização social e suas estruturas racistas, classistas e cisheteronormativas.

Direciono-me, enquanto um compromisso ético-político, a uma percepção crítica sobre alguns impactos observados na prática que analiso serem provenientes destas normatizações e desigualdades que possuem sua origem, também, na formação social brasileira e que afetam de modo constitutivo as relações sociais, as subjetividades, afetividades, coletividades, “relacionalidades” e institucionalidades. Menciono-as aqui pelo passeio feito durante o trabalho por estas profundas e significativas dimensões que atravessaram e atravessam nossas relações consigo mesmo e com quem está ou circula ao nosso redor.

EIXO 1:

COMO OS CAMINHOS FORAM SE ABRINDO

1.1. Passos iniciais do percurso

Este eixo de cunho introdutório tem por objetivo contextualizar os passos iniciais e os processos pelos quais o acompanhamento e a vinculação com a pessoa acompanhada foram acontecendo. Com o auxílio de cenas e memórias, situo a pessoa leitora com relação às estradas que abriram nossos caminhos e algumas outras, pelas quais passamos posteriormente, em busca de chegar a lugares objetivados.

Meu primeiro contato com Catarina¹², pessoa acompanhada durante a experiência de estágio, ocorreu a partir de uma participação informal em uma das atividades¹³ do Instituto Camará Calunga (um encontro de grupo em um dos bairros periféricos — em uma das favelas — da Área Continental de São Vicente). Classifico minha participação como informal, pois nesse encontro eu ainda não era estagiária do Instituto. Porém, faço menção a ele como início do processo de vinculação, pois foi um momento significativo, uma porta de entrada, visto que a história de Catarina com o Instituto já era de longa data e se caracterizava pelas relações de apoio, acolhimento e inclusão, permeadas pelo afeto (iniciadas aproximadamente em 2008/2009, segundo seu relato).

Percebo que fazer parte do Camará enquanto estagiária se caracterizou como principal ponte de aproximação com Catarina, haja visto que sua relação anterior positiva com o Instituto facilitou o processo de vinculação objetivado pelo outro campo de estágio (o Serviço de Acolhimento Institucional); tanto que quando nos encontramos

¹²Nome fictício atribuído para sigilo da identidade, que remete uma cena de interação entre nós e um ator ocorrida durante um acompanhamento a um espetáculo interativo chamado “Zona!” em que ele “dá” este nome a ela.

¹³ A atividade constituía em um momento coletivo dinâmico de reflexão e convivência, que ocorria de forma sistemática neste território mencionado, que é, a propósito, vulnerabilizado pelo poder público. Território este que é o de origem de Catarina.

pela segunda vez, já neste equipamento da Assistência Social, nosso primeiro assunto foi relacionado ao Camará.

No Acolhimento, havia algumas dificuldades no processo de vinculação da equipe com ela, o que talvez pudesse estar associado aos manejos de questões que envolviam sua relação como profissional do sexo¹⁴, com o uso de substâncias psicoativas, com os processos pessoais de reconhecimento de sua identidade de gênero trans e étnico-racial — e com este todo que diz sobre a complexidade humana de alguém que se localiza em um lugar de enfrentamento a padrões construídos socialmente.

Eram feitos destaques exclusivos acerca dos comportamentos de Catarina, associando as dificuldades de vinculação de forma unilateral, culpabilizadora, enquanto movimentos de “autoexclusão”.

Segundo relatos da equipe técnica do equipamento, Catarina tinha dificuldades na construção de novas relações de confiança, na comunicação e relação interpessoal, e, nesse sentido, até o momento não haveria vinculado, ou estabelecido relações significativas de confiança com nenhum dos trabalhadores do equipamento, impossibilitando a maioria das tentativas de cuidado (....) (Trecho de documento¹⁵ produzido em 09 de Julho de 2018 como ação formal à articulação entre a rede intersetorial do município e o Ambulatório Trans¹⁶)

Cabe ressaltar que, no mesmo período em que a equipe identificava de forma individualizante as dificuldades de promoção de cuidado/assistência enfrentadas pela instituição, Catarina ainda estava em processo de adaptação no Acolhimento, devido ao seu recente afastamento do ambiente familiar, ocorrido em decorrência de situações sistemáticas de violência intrafamiliar, relacionadas principalmente ao seu processo de transição de gênero.

¹⁴ Conforme sua identificação durante um dos acompanhamentos (em 27 de Julho 2018, ao Serviço de Atendimento Especializado - SAE), após o questionamento de um profissional acerca de sua profissão: “[...] diz ser “profissional do sexo” interrompendo a fala do funcionário que começava a dizer “garota...” enquanto ela pensava sobre o que responder”.

¹⁵ Documento nomeado “Declaração para comprovação de vínculo Institucional” produzido após a solicitação do Ambulatório mencionado para análise acerca da possibilidade de inclusão de Catarina no programa de Assistência a Pessoa Trans, visto que historicamente o Ambulatório só atendia, até então, discentes da UNIFESP.

¹⁶ Ambulatório do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Prof. Roberto Farina da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Nesse sentido, faz-se relevante mencionar que todo o processo foi realizado vislumbrando uma contribuição no que diz respeito ao seu acesso a alguns direitos básicos, experimentados através do acompanhar os passos para chegada até este acesso. Isto se deu por partir de uma compreensão de que há um percurso, muitas vezes árduo, até esta garantia do direito, que, se justifica quase que pelos mesmos motivos pelos quais essas pessoas foram violadas de forma sistemática e histórica.

Foram realizados durante estes diversos percursos de experimentações alguns documentos necessários decorrentes de desdobramentos de acompanhamentos. Descreverei os principais documentos de forma cronológica a fim de situar a pessoa leitora e evidenciar o material utilizado para a produção de dados que alimentaram este trabalho.

Apesar da cronologia da tabela, como já mencionado, procuro fazer conexões que escapam à cronologia do processo pela valorização da reflexão em seu sentido expansivo, visto que, muitas cenas ou momentos reflexivos se ligam ou se conectam de forma magnética a outros relatos e reflexões, não necessariamente de forma cronológica, temporal. Por conta disso, podem conter desconexões planejadas durante o texto porque refletem o processo não-linear e tem a ver com a aposta na potencialidade de movimentos e escritas também não tão lineares.

Data	Título do documento	Descrição/Objetivos
Abril/2018	“Plano de Trabalho”	Evidenciar a relação das atividades que se interligavam entre os campos de estágio para formalização das ações de articulação, bem como da carga horária em comum aos campos por tais práticas.
Novembro/2018	“Relatório de Estágio 2018”	Relatório produzido como atividade final do processo de estágio do ano de 2018.
Junho/2018	“Solicitação de recurso financeiro para acompanhamento em atividade cultural”	Solicitar recurso financeiro ao Instituto Camará para o transporte e compra de ingressos para o filme “Paraíso

		Perdido”, sugerido pela preceptora.
Julho/2018	“Declaração para comprovação de vínculo institucional”	Formalizar o vínculo institucional de Catarina com a UNIFESP para análise acerca da possibilidade de sua inclusão de Catarina no programa de Assistência à Pessoa Trans (visto que, historicamente o Ambulatório só atendia discentes da UNIFESP)
Setembro/2018	“Projeto de intervenção de estágio na Secretaria de Assistência Social do Município de São Vicente”	Apresentar e justificar teórico-metodologicamente as intervenções relacionadas ao acompanhamento, realizadas a partir de uma breve sistematização das atividades ocorridas durante o ano de 2018.
Abril/2019	“Projeto de intervenção de estágio na Secretaria de Assistência Social do Município de São Vicente”	Apresentar uma nova proposta aos campos de estágio para curricularização das atividades realizadas no âmbito do CREAS - Área Insular, bem como a adaptação das atividades e da condução do acompanhamento, e, a proposta de articulação da rede para retomada do acompanhamento em saúde pelo Ambulatório Trans.
Maio/2019	“Relatório Informativo”	Compartilhar os movimentos de articulação intersetorial entre a Assistência Social e os Serviços de Saúde (em destaque o contexto que motivou os trâmites para parceria com o “Ambulatório Trans”, e a sistematização dos atendimentos realizados durante o processo).
Julho/2019	“Relatório de estágio”	Relatório produzido como atividade final do primeiro semestre de estágio do ano de 2019.

Novembro/2019	“A dupla pertença institucional: a psicologia enquanto disciplina frente à violação de direitos humanos e o papel do estágio como ponte à profissionalidade”	Documento realizado em formato de artigo produzido em substituição ao relatório final de estágio, objetivando o compartilhamento das reflexões e análises acerca do processo de estágio de 2019.
De abril de 2018 à abril de 2019	“Diários de campo”	Relatos acerca das atividades de campo compartilhados com o Instituto Camará e participantes da supervisão de estágio interdisciplinar ocorridas no Instituto
De abril de 2018 à abril de 2019	“Anotações pessoais”	Anotações escritas à mão sobre os acompanhamentos e outras intervenções de estágio

1.2. Sobre a dupla pertença institucional

Este contexto que descrevo sobre Catarina e sobre nosso primeiro contato em um equipamento socioassistencial se deu, então, no momento em que eu atuava enquanto estagiária de psicologia do Programa de Estágio da Prefeitura de São Vicente, na área da Assistência Social (considerado pela UNIFESP como estágio extracurricular), e, também, do Estágio Interdisciplinar Básico I e II (em 2018) e Profissionalizante (em 2019), no Instituto Camará Calunga (considerado pela universidade como estágio curricular).

Em 2018, após ter iniciado o estágio remunerado considerado extracurricular junto à Prefeitura de São Vicente no Serviço de Acolhimento Institucional, identifiquei possíveis ações em comum entre os serviços que poderiam se articular para facilitação de aproximação entre eles, visto que, naquele momento, o Instituto Camará prestava serviços à Assistência Social na condução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Produzi então, um plano de trabalho e, nele, inseri tais aspectos comuns entre os espaços, como alguns objetivos e direcionamentos presentes na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). Essa ação foi realizada pelo meu entendimento pessoal — compartilhado com ambos os campos de

estágio — de que existia diálogos entre as instituições e que a formalização desta dupla pertença na execução de atividades em comum poderia facilitar algumas dessas conversas, entrelaçando as linhas dessa rede na figura de uma pessoa-agulha, estagiária-costureira, ou como mais uma atriz da rede em espaço de intersecção.

Em 2019, ainda atuando de forma entrelaçada nos dois campos de estágio, consegui, com o apoio do supervisor do Estágio Interdisciplinar no Camará, Prof. Dr. Maurício Lourenção Garcia, a curricularização¹⁷ deste estágio extracurricular. Com isso, foi possível a continuidade da minha permanência nos dois campos (algo importante, também, pela questão financeira, tendo em vista a minha permanência material na Baixada Santista e a condição de estudante dependente das Políticas de Assistência Estudantil).

Sigo, então, atuando no Instituto Camará, participando das supervisões de campo, acordada pelas instituições envolvidas como espaço imprescindível a esta nova configuração de estágio, e das assembleias comunitárias, que ocorriam uma vez por semana, no período noturno, no território de origem da pessoa acompanhada.

Por esta dupla pertença institucional¹⁸, foi possível conduzir um processo de vinculação de uma forma que eu considero fluida, pois iniciamos o processo com a proposta despretensiosa de uma ida conjunta ao Camará para participação em uma atividade (espaço que ela já possuía familiaridade e o desejo de se reaproximar). Essa primeira saída nos possibilitou um momento de convivência diferenciado, para além daqueles que se davam no Acolhimento. E, após essa atividade que envolveu caminhar junto e à pé pela cidade, iniciamos algumas reflexões acerca da possibilidade de outras saídas, relacionadas a alguns afazeres pessoais de Catarina que estavam pendentes. Identificamos, então, essas atividades e dialogamos sobre alguns dos possíveis motivos pelos quais elas não haviam sido realizadas.

¹⁷Este processo caracteriza-se pela validação de uma atuação em estágio considerado “extracurricular” enquanto atividade formativa à graduação em psicologia e passível de ser considerada “profissionalizante”. Vale mencionar que “encontrar” os estágios *extracurriculares* é algo de interesse e responsabilidade da pessoa graduanda, visto a existência de vagas em campos de estágio já considerados curriculares e com presença fixa de supervisor/a de campo - não remunerados - conveniados com a universidade. É nesse sentido a sua regulamentação/validação como estágio curricular.

¹⁸ A dupla pertença se refere ao fato de que eu representava dois lugares ao mesmo tempo, pelo fato de ser estagiária pela Prefeitura de São Vicente via Secretaria de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Especial no Serviço de Acolhimento Institucional, e do Instituto Camará Calunga, representando e participando também da condução do SCFV da Proteção Social Básica prestado pelo Instituto.

O início deste processo não teve sua trajetória pré-estabelecida e determinada, e ele se fez por esse experimentar de práticas que se mostravam diferentes do que vinha sendo proposto pelo equipamento. Devido às características relacionadas à condução de processos de acompanhamento no Serviço de Acolhimento (também possivelmente influenciadas à sua sobrecarga e precarização do trabalho), a estratégia proposta para a vinculação envolvia, principalmente: a oferta de atendimentos circunscritos, em horários parcialmente flexíveis, a serem realizados em uma sala de atendimento que se assemelhava à uma sala comum de atendimentos clínicos (salvo pelas problemáticas da estrutura do equipamento negligenciadas pelo poder público naquele momento).

Cabe mencionar que o que moveu a prática inicialmente, para além do trabalho iminente necessário a ser realizado e o desejo e disposição por realizá-lo, foi a presença de uma disponibilidade afetiva, que talvez tenha sido proveniente de uma leitura analítica pessoal, que diferentemente das leituras aparentemente individualizantes, recuperou outra compreensão acerca de suas questões e trajetória, que traçava ligações com a vivência de violências e discriminações a que foi submetida.

Tal compreensão foi proveniente de um olhar que incluiu a presença dos marcadores sociais da diferença, seus entrecruzamentos e seus impactos naquilo que nos debruçávamos, tanto relacionado à sua trajetória quanto às tribulações enfrentadas para execução de suas tarefas pessoais, relacionadas, por exemplo, ao cuidado consigo mesma e à “execução” dos encaminhamentos que acabam por não sair do papel. A partir disso, suas questões eram compreendidas em um regime de pensar a dimensão social e política na produção do sofrimento — sofrimento psíquico de caráter sociopolítico (ROSA, 2016). Este modo de ver me distanciou das perspectivas que pairavam naqueles ares que pareciam a culpabilizar de modo individual pela sua não-adesão às possibilidades de atenção ofertadas e pela sua condição de institucionalização e vulnerabilização como um todo.

1.3. Movimento às análises sobre o “Não aderiu”

Parto de inquietações relacionadas às problemáticas que circundam as questões da “não adesão” aos tratamentos e acompanhamentos oferecidos pelas políticas sociais para pensar o giro de responsabilização, ou a co-responsabilização, que pode ser

significativo aos processos de acompanhamento psicossocial. É notório que os processos de assistência e de saúde ocorrem por uma via de mão dupla, mas faz-se importante observar algumas questões pertinentes.

Em conformidade com o material produzido para o curso de atualização em saúde¹⁹, aponta-se para o fato de que a instituição, ao não reconhecer o reduzido poder contratual da pessoa usuária do serviço (que pode estar relacionado ao entrecruzamentos de marcadores de diferenciação social e as opressões inter cruzadas - como no caso de Catarina), acaba por demandar “uma série de exigências (materiais, emocionais, culturais) como pré-condição para receber serviços” (KINOSHITA, p. 6). O material também refere que, conforme a pessoa não cumpre com tais exigências, ela “acaba sendo identificada como uma pessoa que não quer o tratamento “de verdade”, que não faz por merecer o auxílio ofertado” (KINOSHITA, p. 6).

Essa identificação, nesta experiência, se deu de forma explícita e implícita, a partir de colocações verbalizadas ou de ações que remetem concepções permeadas por estes tipos de julgamentos morais.

Com isso, podemos traçar reflexões que apontam para o fato de que tais condutas institucionais podem assumir papéis não construtivos e, por vezes, agressivos, e, por isso, podem interferir negativamente no fato da “não aderência” aos tratamentos e acompanhamentos. Outra hipótese é a de que essa perspectiva se mantém pela ausência de uma leitura que compreenda os atravessamentos da questão racial, de gênero e social nas subjetividades destes grupos populacionais que compõe as pessoas usuárias dos serviços, bem como na dos grupos populacionais dos quais as próprias pessoas que conduzem as políticas sociais pertencem.

Olhar para a formação social brasileira construída por um passado de escravidão, estruturado também no sexismo, e, pensar, no “pós-abolição” os processos de epistemicídio e de negação às consequências desse período (políticas de Estado para o embranquecimento, mito da democracia racial etc.), faz-se importante aos trabalhos socioassistenciais e fez-se importante à prática realizada, a fim de possibilitar reflexões sobre as raízes de certas problemáticas que ainda circundam as questões

¹⁹ Trata-se de um documento produzido pelo Prof. Roberto Tykanori Kinoshita, como material de subsídio para realização de um curso de atualização em saúde. O título do material é “Módulo 6 - Unidade 1- Projeto Terapêutico Singular”, e ele encontra-se disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4669242/mod_resource/content/1/TextoPTSfinal.pdf

contemporâneas no âmbito da atuação profissional. Tal reflexão pode vislumbrar – vislumbrou-nos – a promoção de movimentos de *exuzilhamento*²⁰ de olhares, abrindo caminhos para observações acerca da interferência da história, cultura e política neste campo.

A Psicologia Social já nos diz que toda expressão psicológica é uma produção de sentido associada a uma configuração pessoal que tem uma história e um contexto. (REY, 2004, p. 144 *apud* ABRAHÃO, 2019, p.167). [...] Todavia, na hora de intervir, muitas vezes o profissional esquece-se do contexto e da trama de constituição do indivíduo e volta-se para a pessoa e seus problemas isoladamente, atendendo assim não apenas às necessidades de atenção de alguém, mas ao preceito normativo da sociedade individualizante de que falava Elias (1994). (ABRAHÃO, 2019, p.167).

A grande questão que me movia — e que me move agora —, é a reflexão sobre a atuação da psicologia numa relação com estes grupos populacionais mais afetados pelas violências estruturais, de modo que a atenção dada, seja, de fato, colaborativa, cuidadosa e que não reforce violências intrínsecas às instituições, mas pelo contrário, que promova transformações e quiçá contribua com revoluções internas, externas ou quaisquer uma que impulse movimentações subversivas.

Os acompanhamentos se deram também na tentativa de articular intersetorialmente as atrizes e os atores da rede “dura”, que se materializa nos equipamentos cinzas, concretados e um tanto enrijecidos para esse molejo desafiador do trabalho de articulação em rede. Também, por conta disso, muitas vezes há distâncias significativas dos serviços para com as vidas reais apesar do contato direto com elas. Chamo atenção para a possibilidade do distanciamento se dar não somente pela posição hierárquica enquanto profissional e pela mesa do atendimento que distancia uma pessoa da outra e constrói um muro entre o serviço e quem se atende, mas também pelo estabelecimento deste muro ser proveniente de distâncias relacionadas às diferenças quanto ao pertencimento de classe, raça etnia e gênero, e seus desdobramentos (no que

²⁰ Faço aqui uma conjugação de um verbo-neologismo criado pela autora Cidinha da Silva em seu livro "Exuzilhar" (2019), em que há uma junção entre “Exu” e “Encruzilhada”. A intenção da utilização deste verbo-neologismo, para além de ser uma referência às tradições de matriz africana e à Exu, é a aposta de que exuzilhar é abrir caminhos, sejam eles intelectuais, espirituais ou materiais. Caminhos de saberes, concepções e direcionamentos, objetivos ou subjetivos. Quando, na angústia de estar na encruzilhada pela imposição ou necessidade de fazer escolhas, é pra ele (ou para ela: Pombagira) que pedimos caminhos para decidirmos ir por uma ou muitas direções, estradas, ou para permanecer nela, na busca da ampliação e criação de novas percepções e trajetos, analíticos ou não, mas que façam chegar em lugares que propiciem uma expansão de consciência, de modo que ela amplie-se à estar mais adequada ao que é real e ao que está naquela realidade, também social. Auxiliando-nos em nossas contradições existenciais.

se refere ao aumento de poder contratual), em outras palavras, daquilo que está em si, que se constitui.

Com relação à rede, refiro-me à rede socioassistencial e de saúde municipal e, posteriormente, a rede estadual, incluindo a universidade pública (UNIFESP), e as demais políticas públicas relacionadas, bem como outros órgãos de garantia de direitos ou de apoio/assistência, como o caso do Narcóticos Anônimos (NA) (destino de um dos acompanhamentos para participação conjunta em uma reunião em 30 de abril de 2018²¹).

Políticas específicas foram criadas para garantir algumas especificidades no cuidado dirigido às populações vulnerabilizadas, tratadas de forma diferenciada - discriminadas -, pela sociedade, em prol da equidade (no caso, destaco a população trans, a população negra e a de mulheres - que deveria hipoteticamente incluir a atenção em saúde às mulheres trans -), tais quais: Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Política Nacional de Saúde da População Negra (PNSIPN); a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O princípio de equidade do Sistema Único de Saúde (SUS)²², e as Políticas específicas para atenção em saúde são de fato ações necessárias para minimizar os impactos das desigualdades, apesar de, no caso da população trans, como aponta a autora Keila Simpson (2015, p. 15), ainda existir uma distância significativa no acesso a “uma saúde ou um atendimento com qualidade integral, universal e equânime”. Por conta disso, faz-se relevante transpor tais experiências da área da Saúde ao âmbito da Assistência Social, visto que ainda existem lacunas quanto ao referenciamento prático do princípio da equidade no SUAS, possíveis quiçá, pelo fato de que desde a primeira conferência nacional de políticas públicas, em 2008, “o Ministério da Saúde (MS) foi o que mais efetivou as propostas de políticas públicas para a população LGBT” (SIMPSON, 2015, p. 13) encaminhadas pelo próprio movimento LGBT acerca de suas demandas.

²¹ Nesta ocasião não me identifiquei como “acompanhante de Catarina” ao grupo, e fui acolhida pelo coletivo enquanto uma nova participante na busca de apoio coletivo. Só houve a participação neste encontro.

²² Referência à Lei 8.080/90 de 19 de Setembro de 1990.

1.4. Na cena da *Zona!*

Saltando cronologicamente, parto de um dos momentos de convivência e de participação conjunta em uma atividade cultural, descrito em meu diário de campo como “Um acompanhamento peripatético ao espetáculo ‘A Zona!’ (SANTOS/SP)”, a fim de compartilhar porque escolhi chamar aqui a pessoa acompanhada de Catarina²³. Trago essa cena pois ela promove diversos “ganchos” e/ou “gatilhos”, capilarizando a partir das cenas vividas ali, conteúdos relativos à vivências da pessoa acompanhada e as reflexões que permeiam este trabalho.

Vamos andando pelas ruas do centro de Santos, percebendo o fluxo do mercadão, a entrada e saída, descarregamentos, até que chegamos em um local de esquina, naquelas portas de madeira antiga, com aquela estrutura no mínimo do século passado.

Dentro do espaço era um clima de balada, passando depois a um clima de bordel. Havia drinks alcoólicos leves, música, luzes e agitação. Um dos atores veio até nós, trocou algumas palavras e nos deu nomes fictícios, “nomes de guerra”, fazendo referência à chegada de meninas ao puteiro para trabalhar. Meu nome foi Priscila, e o dela Catarina. Ele também nos deu a nossa idade, Priscila tinha 21 anos e Catarina 19, mas pensou também em 16 anos. Nos disse: “Tô aqui pra ajudar vocês e abrir caminhos, 40% é da casa”.

(Diário de campo: “Um acompanhamento peripatético à peça Zona!”, 31 de Agosto/01 de Setembro, de 2018)

A configuração desse espetáculo tem como propósito o diálogo constante com a cidade e com o público. Nesse sentido, o local escolhido para apresentação foi proposital, visto que ali era uma das principais “zonas” (como era conhecido popularmente as áreas de prostituição) da cidade de Santos devido à movimentação portuária. Aquela apresentação teve início no espaço/bairro do antigo Mercado Municipal de Santos, na catraia²⁴, entre a última noite de inverno de outubro de 2018 e a primeira madrugada de setembro. Após outras cenas por ali, que trarei no decorrer do texto, fomos caminhando (artistas e espectadores) à um local parecido com um antigo

²³ Para fins éticos, faz-se relevante registrar que Catarina assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização dos dados com a devida garantia de confidencialidade das informações concedidas.

²⁴ Transporte “improvisado” por via marítima entre Santos e Guarujá, utilizado majoritariamente por estudantes e trabalhadoras/es.

casarão, no qual ocorreu essa “nomeação de guerra” por parte de um dos atores, fazendo alusão à entrada de meninas em uma casa de prostituição (umas “boas vindas” dadas por um cafetão a elas, emendando as regras presentes no “contrato verbal” de trabalho ali instituído). Talvez pensando sobre suas respectivas idades (adolescentes), a nomeação mais adequada seria “os combinados relativos à exploração sexual”.

Esta cena dá gancho às duas primeiras questões que foram aspectos significativos para a recuperação de uma outra compreensão de sua trajetória em articulação com dimensões macropolíticas: a exploração sexual na adolescência de mulheres trans e a prostituição compulsória, e, também, a relação da Assistência Social na elaboração de estratégias frente a práticas de trabalhos que envolviam o sexo, sejam elas na adolescência ou na vida adulta, realizadas por mulheres trans.

1.5. Recepções e relações

Outros diários de campo trazem reflexões acerca de nossos dois primeiros contatos e da relação do serviço para com ela, e revelam alguns enfrentamentos que foram necessários frente a acontecimentos desta relação.

Ela começa a contar sobre o que aconteceu no abrigo, dizendo que novamente percebeu algum tipo de discriminação com relação a sua solicitação não atendida. Pediu para um operador para pedir a encarregada se ela poderia realizar uma ligação para sua mãe. Essa ligação faria parte de um pedido de desculpas, pois no dia anterior elas haviam discutido e a discussão teria descombinado o encontro do dia seguinte, que era o dia de seu aniversário. Diz que era simples, que era só o operador perguntar e ela ligaria, conseguiria pedir desculpas e encontrar sua mãe, ela também lhe daria um dinheiro pelo aniversário e com esse dinheiro compraria cigarro para passar a noite e não precisar ir pra rua²⁵ (Diário de campo escrito em 26 de Abril de 2018).

Apesar do reconhecimento das particularidades do trabalho sexual noturno e da abertura de algumas exceções de regras institucionais para flexibilizações quanto a

²⁵ “Ir para rua” significava ir trabalhar no período noturno como profissional do sexo. Ela encontrava-se tentando evitar este movimento de “ir para rua”, por isso, tal ligação fora tão significativa, visto que para além de construir um momento de afetividade com sua mãe, também promoveria subsídio financeiro que evitaria um dia de trabalho.

possibilidade de entrada e saída em horários diferenciados, alguns acontecimentos apareciam para ela enquanto situações de discriminação, que por sua vez possuíam impacto nestas outras esferas que tentava-se promover adaptações e formas de acolher.

No trecho abaixo, trago um diálogo ocorrido em uma atividade cultural em que fomos ao Sesc Santos (o primeiro acompanhamento intermunicipal), em que Catarina relata uma situação ocorrida no Acolhimento:

[Catarina] conta que o um dos operadores a tratou com hostilidade e reconhece que isso tenha sido uma forma de discriminação, relata que ele nem se quer abriu o portão para conversar com ela, mas que gritou com a porta fechada que “não estava autorizada e que não poderia entrar”. Esperou o horário e às 6h da manhã foi para a porta do abrigo. Ainda assim, o operador não a deixou entrar, pois disse que precisaria da autorização das supervisoras. Ela relatava que por ser de manhã ele já poderia ligar para uma das supervisoras, que “se a desculpa de não ter ligado antes, era por ser de madrugada, agora a ligação poderia ocorrer”, mas ainda assim, ele não ligou. [...] Só foi entrar no horário das 9h com a chegada da encarregada. Diz que a técnica no dia pediu desculpas (pois ela havia esquecido de anotar no livro a autorização para sua entrada fora do horário) e ela desculpou por entender que “já havia passado”. Conta que esse foi o pior dia da sua vida, apesar de já ter passado por muita coisa. Nesse momento seus olhos encheram d'agua. Eu disse que ela poderia chorar e ela respondeu que aquele não era o momento (Diário de campo escrito em 26 de Abril de 2018).

Respostas à situações inusitadas mostraram que, apesar das orientações das categorias (como a da resolução do CRP nº 1, de 29 de Janeiro de 2018), que enfatiza a importância da não convivência e omissão perante a discriminação de pessoas transexuais e travestis no exercício da profissão, somente sua sinalização, por escrito, não é capaz de produzir de fato o que ela sugere. Outras iniciativas do próprio SUAS, como o documento citado abaixo, indica a importância da discussão em prol do atendimento adequado e já sugere algumas possibilidades mais práticas para tal.

Considerando a luta do movimento de travestis e transexuais no Brasil pela visibilidade de demandas historicamente reprimidas, torna-se necessário discutir dentro do SUAS, de forma mais aprofundada, as oportunidades de qualificação profissional, emprego e renda e a urgência de capacitação dos

profissionais da assistência social quanto à importância do atendimento adequado [...] (SUAS Sem Transfobia²⁶, 2018, p.4).

A concepção de cuidado/assistência e do que poderia vir a ser processos destes tipos, por exemplo, é algo que na minha experiência em campo, diferia quanto ao formato de se fazer conforme cada concepção teórico-metodológica e de cada leitura pessoal, (ainda que exista regulamentações e documentos oficializados que tem por objetivo reger a atuação das pessoas profissionais no âmbito público). Algumas cenas ilustram que possivelmente as interpretações das diretrizes e orientações (e/ou a falta de contato com elas) passam pelo prisma do privado e pela inviável separação do olhar da pessoa profissional com o olhar “pessoal”.

Mesmo que o acompanhamento pelo serviço se configure enquanto psicossocial, a leitura da realidade por parte do equipamento aparentemente não passava por uma lente que incluísse as interferências da dimensão sócio-cultural e política nas realidades sociais, sendo, nesse sentido, constantemente permeada por “pequenos” aspectos que acabam se configurando na prática enquanto opressores, provenientes também do moralismo entre os olhares.

Parecem ser nesses momentos em que toma forma a violência estrutural, passando a se expressar enquanto violência institucional.

A ilusão dos valores se confundem com a ilusão da consciência: porque a consciência é essencialmente ignorante, [...] ignora a ordem das coisas e das leis, das relações e de suas composições, porque se contenta em esperar e recolher o efeito, desconhece toda a Natureza. Ora, basta não compreender para moralizar (DELEUZE, 2002, p. 29).

As ‘leis’, na citação, dizem respeito ao fluxo das coisas, não no sentido natural que remete “o normal” mas no sentido de atender as influências sociais que perpassam e conduzem esse fluxo. Seria relativo às leis morais construídas pelas leis sociais (DELEUZE, 2002, p. 30).

²⁶Campanha promovida em 2018 pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), durante uma oficina sobre o atendimento socioassistencial à população Trans. Disponível em: <http://www.sinibref-interestadual.org.br/wp-content/uploads/2018/05/SUAS-sem-transfobia.pdf>

Vera Paiva (2008) discorre sobre a potencialidade da abordagem construcionista na psicologia, visto que, diferente das abordagens “sexológicas”, esta problematiza e desconstrói a heteronormatividade e a subordinação da mulher como natural. A autora aponta para o fato de que tal abordagem se validou como um importante caminho alternativo para pensar pesquisas e práticas profissionais que abordam a sexualidade. Expandindo a sua utilização para o contexto que me debruço a refletir — que aborda para além da sexualidade e da subordinação da mulher cis, mas principalmente a dimensão da opressão e subordinação para as mulheres trans —, parece ser, no mínimo, necessário que seja feita uma aproximação com a abordagem, visto a presença ainda marcante dos condicionantes morais (que vão ao encontro com as ideias presentes nas abordagens “sexológicas”) na prática profissional no âmbito do SUAS.

Conforme dito pela Profa. Dra. e psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus em uma Live do Conselho Federal de Psicologia para o lançamento da Resolução CFP nº 08/2020²⁷ (CFP, 2020), ocorrida durante a Pandemia decorrente do Coronavírus (2020), “as normas e leis são necessárias, fundamentais, mas não são suficientes”. Segundo ela, o que tornará as normas e leis suficientes são nossas ações, nosso atuar no cotidiano frente às realidades que estão postas.

²⁷ JESUS, Jaqueline Gomes de. Conselho Federal de Psicologia lança Resolução sobre exercício profissional em casos de violência de gênero. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RinXhrsiaBM>.

EIXO 2:

ENTRE FLORES, FLUXOS E FLECHAS

2.1. Passagens pela rede intersetorial

Este eixo tem por objetivo expor alguns trâmites e ações que, direta ou indiretamente, contribuíram com a costura e tessitura da rede intersetorial, visto que em muitos momentos, esse traçar de linhas articuladoras esteve implícito, presente somente pelas nossas passagens pelos serviços. Se fosse possível fazer um pequeno mapa, traçando linhas a partir de nossas rotas, poderíamos ter uma ilustração dessa articulação (que eu chamo de costura) pelo registro da interligação. Mas aqui, por escrito, vou deixar que essa imagem da costura seja traçada por mapas mentais pela pessoa leitora. Junto a essa explanação acerca da rede que circulamos, outras temáticas, não necessariamente relacionadas a essa discussão, serão abordadas, dando foco aos acontecimentos no percurso ou nos próprios locais, bem como seus desdobramentos.

2.2. Estar junto como sustentação para os acessos

Neste subitem trarei alguns passos do percurso do primeiro acompanhamento a um serviço de saúde.

Em meados de maio de 2018, Catarina compartilhou sobre algumas situações traumáticas relacionadas à violência de gênero (situação ocorrida no período da manhã, no mesmo horário ideal de saída para ir ao atendimento no CAPS AD, entre 6h/7h am). Foi o primeiro assunto que surgiu a partir da nossa reflexão conjunta sobre a necessidade colocada pelo Serviço de Acolhimento de ser acompanhada²⁸ pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD).

²⁸O serviço já havia realizado alguns encaminhamentos em vias de papel, entregue em mãos para que ela fosse até o CAPS AD e iniciasse os atendimentos, entretanto, não houve acompanhamento quanto ao melhor jeito de efetivar tal encaminhamento e ele não foi de fato executado.

Em certo momento, ela relatou desejar, de fato, conhecer o serviço, pois gostaria de diminuir o uso prejudicial de algumas substâncias psicoativas (não com estas palavras, disse algo como “eu quero ir sim, porque quero parar ou diminuir”). Porém, a partir da escuta, compreendi, então, que um dos primeiros entraves para sua ida ao serviço estava relacionada à possibilidade da violência diurna, sofrida pelas mulheres transexuais e travestis de modo particular, havendo a cada marcador corporal-social de diferenciação o agravamento e intensificação dessa.

De acordo com Pelúcio (2009, p.73), para as mulheres trans é *“mais difícil se proteger dos olhares e falas diurnas do que da violência e surpresas da noite”*. A autora convoca a pensar sobre um conjunto de sinais (olhares, risadas, distanciamentos, modos de dirigir a fala, dentre outros) que, embora por vezes considerados ‘sutis’, são eficazes em expulsar os sujeitos (ou as sujeitas) do espaço público. A partir disso, incluímos para além dessa questão a dimensão da violência física que afeta, agride, tenta restringir possibilidades e, de fato, por vezes as inibe momentaneamente.

Outra questão observada e identificada como entrave, estava relacionada a situações sentidas por ela, relacionadas a “desculpas” e “esquecimentos”, quanto ao seu acompanhamento a serviços da rede por parte das pessoas que estavam na função de operadoras/es sociais. Cabe ressaltar que a Prefeitura dispunha de recursos limitados para tais serviços (transporte das mulheres acolhidas), salvo casos específicos, em percursos de maior distância (como as idas aos atendimentos no Ambulatório Trans da UNIFESP). Com isso, ficou organizado que seria responsabilidade das pessoas operadoras/es sociais o acompanhamento das “acolhidas” (como eram chamadas) aos serviços que eram próximos territorialmente.

A partir de sua percepção quanto à uma certa resistência nas justificativas sobre as ausências, ela refere que “desistiu de insistir”. Conta que chegou a ir algumas vezes sozinha, mas outras optou por não ir, faltou aos agendamentos.

Daí também surge a proposta do acompanhamento pela rua a outros espaços, que, na minha compreensão, poderia contribuir para a (re)construção de uma “condição de segurança física e emocional” (BRASIL, 2009, p. 47) para realização de suas ações e processos de autonomia. Tão logo conseguimos construir e amadurecer a ideia desse acompanhamento e solicitamos à técnica um novo encaminhamento ao CAPS AD. Este

foi realizado prontamente e, então, em abril de 2018 fomos juntas caminhando pelo centro da cidade em uma manhã de sol e de maresia ao primeiro serviço de saúde.

Com relação ao formato do fazer, visto ter sido bastante orientada e supervisionada também, para além de cuidada, pela Prof. Dra. Gabriela Vasters (docente do curso de Terapia Ocupacional - TO que participava das supervisões de estágio), alguns termos da TO me surgiram como possibilidade, como o “acompanhamento territorial”. Para além disso, práticas de profissionais do Camará me inspiravam ao “encaixe” (ou “quase encaixe” visto que para tal seria necessário uma formação específica) com o “acompanhamento terapêutico”. Pela atuação a partir da Assistência Social, o “acompanhamento psicoterapêutico” não era uma opção, visto os parâmetros para atuação de psicólogos e assistentes sociais no SUAS, entretanto, o “atendimento psicológico” neste contexto era uma possibilidade, bem como outras estratégias que buscasse “construir alianças, inventar espaços de transformação, ampliar a compreensão dos(as) usuários(as), de modo que possam encontrar formas de enfrentamento para as suas dificuldades [...]” (MORÉ; MACEDO, 2006, *apud* BRASIL, 2007, p. 37).

Assim, bebi (como ainda bebo) de várias fontes, e permitindo-me ser tragada pela complexidade do não-enquadramento fui só com esses líquidos em meu patuá, sem nenhuma caixinha.

Entretanto, apesar dessa não-nomeação inicial, troncos estruturantes e inspirações teórico-metodológicas podem ser sinalizadas enquanto referencial teórico que sustentou a práxis, tais quais inspirados pela: Educação popular freiriana, psicologia social crítica, abordagem “construcionista” (PAIVA, 2008, p. 641), psicologia enegrecida (ABRAHÃO, 2019) e a clínica peripatética (LANCETTI, 2005).

Por fim, a partir de experiências como essa, foi possível perceber que os esforços individuais, em dupla ou coletivos possuem potencialidades de desencadear processos de mudanças, quiçá de pensamentos ou de (re)organização institucional, pois, suscitam inevitavelmente incômodos e crises que geram movimento em nós mesmas e no todo.

Fazendo referência à autora Vera Paiva (2008) e aos movimentos mencionados por ela — promovidos por coletivos que produziram outras sociabilidades distintas daquelas consideradas normativas, instituídas sociocultural e politicamente —, poderíamos dizer que nossos movimentos entre Catarina e eu também produziram

outras sociabilidades, que por sua vez, articulando com a noção sinalizada pela autora, demonstraram por diferentes meios “ que a vida cotidiana, histórica e socialmente construída, era re-inventável” (PAIVA, 2008, p. 644). Ou seja, dentre as aberturas que foram criadas por nós, poderíamos engendrar novos modos de viver e de vivenciar experiências talvez de uma forma menos sufocante, ou ao menos, não tão solitária.

2.3. Passagens pela Serra do Mar pelo acesso à saúde

O caminho para os atendimentos no Ambulatório Roberto Farina, UNIFESP, localizado em São Paulo, demandavam a nossa passagem pela Serra do Mar. A viabilização e construção coletiva para a possibilidade de inclusão de Catarina dentro do quadro de pessoas atendidas pelo Ambulatório foi um processo bastante custoso, ou melhor, valioso, que envolveu muitos atores/atrizes coadjuvantes que foram protagonistas da história, muitos esforços de diálogo com a rede que já a acompanhava e das novas pessoas que se incluíam nessa rede a partir dessa movimentação. Cabe mencionar, conforme consta no “Relatório Informativo de 30/05/2019”, que tal articulação com o Ambulatório se iniciou devido à uma longa espera de mais de 8 meses na fila para atendimento no Hospital trans do Hospital Guilherme Álvaro - Santos/SP (o que refletia a sobrecarga do serviço).

O início desse processo foi a nossa participação no grupo “Peripatéticos/Piripatéticos”, visto que naquele espaço tivemos contato com a Profa. Gabriela Vasters por exemplo, que participava do grupo e ao imaginar esta articulação, por uma percepção sensível acerca dos não acessos, deu grandes passos para tal processos envolvendo a UNIFESP Campus Baixada Santista na figura da Profa. Cristiane, que traçou os fios de aproximação e diálogo com profissionais do Ambulatório. Após muitos passos dados, ligações feitas e conversas realizadas nos corredores para tal articulação, o Ambulatório nos solicitou um “Documento para comprovação de vínculo institucional” de Catarina com a UNIFESP, e após a entrega deste o Ambulatório nos retornou positivamente sobre a possibilidade de Catarina ser acompanhada pelo serviço.

A partir daí, então, iniciamos outras conversas com a rede socioassistencial municipal para o diálogo e necessidade de apoio a este processo que estava por vir. Em

reunião no Instituto Camará com trabalhadoras/es da rede pública, do Instituto Camará e da UNIFESP, dentre outras no próprio Acolhimento e junto a Diretoria da Assistência Social, elabora-se um planejamento para viabilização dos atendimentos que demandavam inclusive o transporte municipal para tal (que foi subsidiado pela Secretaria de Assistência Social). Anteriormente a este momento havia ocorrido no Acolhimento Institucional uma reunião com as profissionais do serviço e o Prof. supervisor de estágio a fim de entendermos se havia concordância quanto ao encaminhamento e possibilidade deste apoio logístico e simbólico.

Cabe ressaltar que os atendimentos psicológicos ofertados pela rede municipal eram realizados em um só serviço em todo o município, na tentativa de abranger toda a demanda a cidade, e, durante a experiência, este encaminhamento pelos serviços socioassistenciais não fora efetivado em decorrência de uma grande fila de espera proveniente de uma notória sobrecarga. Por tal motivo — inviabilidade deste tipo de atenção pela rede municipal, e para além de seu desejo pelo atendimento em um Ambulatório especializado —, o Acolhimento Institucional se mostrou favorável ao encaminhamento e acompanhamento conjunto com o Ambulatório Roberto Farina, UNIFESP, visando também a possibilidade de acesso relacionado a um acompanhamento psicoterápico. Houve ainda uma última articulação de rede visto que o encaminhamento ao Ambulatório deveria ser realizado por algum serviço de saúde. Nesse sentido, em contato com o CAPSAD tal proposta foi acordada e o documento produzido.

2.4. As métricas do encontro ditas entre olhares

Entre muitos contatos visuais com olhares opressivos dentro e fora das instituições, percebidos pelo nosso circular juntas, naquele dia no Ambulatório Roberto Farina, UNIFESP, alinhamos olhares confidentes uma à outra e eu a vi recebendo olhares cuidadosos. Lembro-me de todos esses olhares. Aqueles falavam-se. O diálogo pelo olhar. E lembrando disso, trago memórias do primeiro acompanhamento ao Ambulatório Trans de SP em que, pelo olhar, foram ditas muitas coisas.

Aqui (lá) a adesão não foi uma questão, pois, naquele momento, estávamos alinhadas e empenhadas enquanto coletivo, enquanto rede interinstitucional na intenção

de nos adaptarmos para que ela aderisse, visto que o seu desejo pessoal era o que havia movido todas as articulações anteriores para que chegássemos até ali.

Neste trecho do diário de campo escrito acerca do primeiro atendimento no Ambulatório, trago duas perguntas disparadoras de sensações, sentimentos e pensamentos, vindas de profissionais daquele serviço:

— L.²⁹ pergunta à Catarina: O que você espera daqui?

Ela diz que não saberia responder e seus olhos se enchem d'água. Ela me olha me fazendo perceber, como se eu já não tivesse percebido.

— M.³⁰ perguntou de uma forma sensível, amigável, com um jeito de se fazer que demonstrava um completo cuidado com a interpretação que ela teria, sendo um tanto até carinhoso. Ele questiona sobre sua renda e formas de trabalho.

‘Gentilezas. Engraçado como uma palavra, um olhar pode ser uma gentileza tão grande, tão contribuidora, tão cuidadosa.’ (Diário de campo escrito em 02 de Outubro de 2018).

Com os olhos cheios d'água, Catarina me olhou após o questionamento, e, em minha interpretação, foi um olhar que respondia a pergunta como quem diz: “espero muito, espero tudo”. Voltando os olhares para nossa relação, aquele olhar também foi de: “você sabe o que espero daqui, sabe quão significativo é estar aqui”. Eu entendi tudo, e me senti lisonjeada pela construção de nossa relação que possuía tal conexão. Era um sonho se realizando para ela estar ali. Foi emocionante para mim também.

É preciso olhar para aquilo que nos separava, para as oportunidades que não foram ofertadas de forma igualitária, olhar para este espaço, esta distância material e simbólica que nos separa. Este é um caminho, no mínimo, necessário para que se possa prestar um serviço adequado. Mas é impreterível olhar para essas conexões com olhos que também vejam as potencialidades da afetividade na profissionalidade.

Ainda sobre este dia, o trecho abaixo traz outros elementos que dizem sobre a nossa relação, sobre as profissionalidades “psis”, mas não somente, também nos fala sobre as que pretendem promover cuidado a partir de singelos desvios na atuação que podem provocar grandes mudanças no que está instituído.

²⁹ Nome fictício atribuído ao profissional em questão a fim de garantir e preservar sua identidade.

³⁰ Nome fictício atribuído ao profissional em questão por motivos de sigilo.

Na primeira aproximação já há o primeiro estranhamento positivo, pois eu estendo a mão para cumprimentá-lo (o médico Coordenador do Ambulatório) enquanto ele se aproxima e me beija no rosto. Talvez tenha sido o primeiro médico vestido de jaleco que me cumprimentou com um beijo. Subimos escadas e ficamos em uma sala com uma janela enorme, estava muito sol e calor, estava tudo muito iluminado e quente. Era uma sala de consultório médico e tinham de início apenas duas cadeiras. M. iniciou a conversa conosco, chegando depois o psiquiatra que estava de camisa cinza ou preta e esta é a segunda observação de estranheza positiva, pois eu imaginava que o psiquiatra era a pessoa que vestia o jaleco. Depois chega L., o psicólogo, ele senta na maca e esta é a terceira (rs). [...] Eles comentam sobre querer chegar no status de relação que eu cheguei com ela e então ela comenta que ‘demorou ein’. Rimos. (Diário de campo escrito em 02 de Outubro de 2018).

A partir destes relatos que envolvem as formas de atuação e a quebra dos estigmas relacionados a elas, faço a reflexão do quanto amarras epistêmicas, institucionais, me fizeram introjetar suas perspectivas durante meu processo formativo, e o quanto desviar dessas amarras, a partir da experiência, me lançou e nos lançou à vivências potentes no sentido de nos colocar em lugares que não chegaríamos juntas se tivéssemos nos conformado aos contornos usuais (no que se refere ao formato de atendimento usual na Assistência Social mencionado).

Saltando novamente cronologicamente, parto para o dia 16 de Outubro de 2018, momento em que a partir de uma estratégia pouco elaborada relacionada ao processo de desacompanhamento para promoção de autonomia, Catarina foi acompanhada somente pelo Seu C.³¹ ao Ambulatório. Nesta ocasião, Catarina deu entrada no serviço, mas não conseguiu esperar o atendimento, segundo seu relato, pois estava sob efeito de medicamentos psicotrópicos em um pico de ansiedade. Ela, então, retornou ao carro sem avisar o serviço que não ficaria para o atendimento, e disse ao Seu C. que este não ocorreria por outros motivos que não os reais relacionados a sua dificuldade de aguardar. Sua ausência gerou preocupações aos profissionais do Ambulatório, visto que eles não tinham sido comunicados quanto a essa iniciativa do desacompanhamento e sua ida ao serviço sozinha, bem como de sua desistência após ter dado entrada.

Apesar da estratégia não ter sido exitosa devido à não-realização do atendimento, ela nos fala sobre as tentativas de manejo do acompanhamento e os percalços da desarticulação da rede.

Um contato anterior com Seu C. durante o nosso retorno do Ambulatório Trans, em que estávamos a sós no carro, diz sobre alguns por pormenores, e sobre os

³¹ Motorista da Secretaria da Assistência Social.

processos que ocorrem nos bastidores da articulação em rede que também envolvem as questões de gênero. Cabe ser rememorado pensando nos desdobramentos das tentativas de articulação em prol de um processo coletivizado.

[...] no retorno ao centro de SV, eu e Seu C. conversamos sobre orientação sexual e identidade de gênero. “Apresento” a bissexualidade para ele, a transexualidade, e sua reação confirma sua fala que dizia sobre não saber que ‘existia isso’. Ele diz achar interessante e acha que temos que ‘se evoluir e atualizar sempre conforme os tempos’. Ele me perguntou o que a Catarina “era” e o que a psicologia achava disso, e, este é o pontapé inicial de nossa conversa sobre “o que era” a cisgeneridade, sobre a transexualidade não ser uma doença mas sim uma expressão de vida e identidade, e do quanto o binarismo de gênero possuía influências na visão que institui “normas” e normalidades que regem experiências e vivências. (Diário de campo escrito em 02 de Outubro de 2018).

Pequenos movimentos como estes, aqui relacionados ao meu diálogo com o Seu C. (trabalhador da rede e motorista, de certa forma também “acompanhante”) expõe os tantos alinhamentos significativos ainda desalinhados para a sustentação de uma articulação como esta, que envolve um trabalho coletivo e que só pode ser conduzido se organizado desta forma, como também orienta a Tipificação nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009)³² no que se refere à promoção do cuidado integral³³ das mulheres e pessoas em situação de institucionalização (como era o caso de Catarina).

Compreendendo a Assistência Social e as políticas públicas enquanto representações do Estado, como um todo, pode-se entender que os trabalhos de proteção integral, ou atenção integral em saúde, bem como aqueles que visam sustentar o percurso ao acesso à direitos, devem trabalhar juntos para o alcance de seus respectivos objetivos que se encontram no fim. Daí a necessidade de unificação e de formação/acesso à informação ao coletivo que o compõe, visto que na teoria, os objetivos são os mesmos. Entretanto, retomando a articulação em rede, como pode ela se dar de forma eficiente a ponto de produzir a unificação necessária?

Não pretendo responder a esta questão, e acredito que provavelmente ela não possua uma resposta, mas a reflexão sobre ela me fez pensar que a nossa articulação com o Ambulatório Trans e seus tantos outros desdobramentos e costuras foi a nossa

³² Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

³³ Referenciando o que traz a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (2013), e a visualizando enquanto uma diretriz importante que inspira a unificação da rede para tal integralidade da atenção/cuidado.

tentativa de articular para unificar, os serviços e Órgãos envolvidos em prol da produção de suporte coletivo ao percurso de acesso à saúde integral da pessoa acompanhada.

2.5. Interpretações e atuações após a Zona!

Retornando alguns passos dados a partir da ida ao espetáculo “Zona!”, durante nosso percurso de retorno ao Acolhimento, relembro um momento em que chegamos em São Vicente e seguimos caminhando até o equipamento. Neste percurso, em uma das avenidas do bairro, Catarina começou a interpretar a si mesma na calçada para que eu a assistisse e compreendesse um processo seu de mudança. Ela foi encenando uma situação que já tinha vivido, demonstrando como ela se comportava antes e como ela se comportava atualmente quando experimenta uma vivência parecida.

A situação vivida se referia à experiência de uso de certa substância psicoativa. Ela dizia que seu processo de redução de danos trouxe mais “autocontrole” sobre seus comportamentos e sobre suas percepções com relação ao que sentia enquanto tinha seu estado de consciência alterado. Dentre tantas falas deste momento, uma muito me marcou, pois diz sobre sua percepção sobre si: “Antes o mundo me via, e agora, eu vejo o mundo!” (Diário de campo: “Um acompanhamento peripatético à peça Zona!” - 01 de Setembro, de 2018).

Podemos traçar associações entre sua fala e um tanto daquilo que a autora Vera Paiva (2008), refere acerca do papel da interação social no alcance da autoconsciência que se dá, segundo ela, por meio do outro:

O self, como a sociedade para Mead³⁴, é processo e não substância. Cada experiência social é responsável pelo aparecimento do self, que não existe independentemente dessa experiência. O alcance da autoconsciência se dá por meio do outro, requer se colocar no lugar do “outro generalizado”, do surgimento do outro no self. (PAIVA, 2008, p. 646).

³⁴George Mead (1934/1992), autor que o campo construcionista possui forte inspiração a partir de suas obras. (PAIVA, 2008, p. 646)

Se o seu processo de autoconsciência estava ocorrendo, também, a partir da nossa interação e de sua interação com o que estávamos tendo contato, meu processo de autoconsciência enquanto pessoa e estagiária de psicologia também se desenvolvia e se expandia. Assim como no espetáculo “Zona!”, nessa encenação, ela costura o real com o artístico e faz uso da arte, da interpretação e da posição de “atriz” para se expressar e dizer sobre este novo saber sobre si mesma. Poderíamos dizer que esse processo, em conexão com o que refere Martín-Baró (1997), estimula dialeticamente (pensando nossa relação) a produção de novos saberes sobre nossas respectivas realidades circundantes e entrecruzadas pelo acompanhamento: levando-nos a um novo saber sobre nós mesmas e nossa identidade social (incluindo neste social, em minha percepção, a identidade étnico-racial, à relacionada ao gênero - pensando o processo como um todo - e, também, existencial, para além dos encaixes nas nomenclaturas).

Observando e analisando seu olhar para si, pude refletir sobre o meu olhar para mim ali, em ato; e no movimento de construção, desconstrução e reconstrução, acerca de muitos aspectos permeados pela introdução das normas, a dialética estava se dando também pelo olhar. O encontro do olhar.

Trago esta cena a fim de reafirmar a relevância do “estar junto” e da construção de momentos outros como possibilidade de participação positiva na cooperação das construções pessoais de quem se pretende assistir, acompanhar, cuidar. Parece ser neste espaço interativo amistoso permeado também pela amorosidade, que surge a abertura para interferências construtivas que incidam em aspectos subjetivos de cunho psicossocial, e quiçá de novas ações e autopercepções que afetam de forma concomitante os dois lados da relação, ambas as pessoas.

O acesso ao seu olhar acerca de sua relação com o mundo e vice-versa, foi possível pela espontânea exploração desta “intersubjetividade dramatúrgica” (PAIVA, 2008, p. 649), que, segundo a autora, permite, dentre muitos aspectos, “ampliar detalhes da vida cotidiana, decodificar desejos, experiências prévias, recursos pessoais e comunitários”. Além disso, também permite “identificar desigualdades, relações de poder [...] [e] violações de direitos relevantes em diversos cenários, palcos e interações intersubjetivas” (PAIVA, 2008, p. 649), mostrando-se como significativo aspecto, visto nosso interesse pelas interações intersubjetivas atravessadas pelas relações de poder, dadas a partir da existência de privilégios que conferem camadas.

2.6. No DP e no Cinema - diálogos entre olhares

Estivemos em certo momento em um Departamento de Polícia e a cena ocorrida lá também foi atravessada pela nossa troca de olhar.

Depois do CAPS AD, no dia 13 de Junho de 2018, fomos ao DP para fazer um B.O. em relação às violências sofridas por Catarina e enquanto aguardávamos, uma situação mexeu muito comigo. Policiais chegaram do plantão noturno e disseram que haviam apreendido uma sacola com dinheiro e drogas. Dizem ali sem receio nenhum, em meio a recepção que haviam ‘sentado bala na lojinha, que tava cheio de moleque’ (sic.), e rindo, diz avisando o delegado que ‘se aparecesse alguém morto por aí...’ (sic.), como que justificando a origem dos possíveis assassinatos. Fiquei com tanta raiva. Havia assistido no dia anterior a apresentação de um trabalho realizado pela UNIFESP em parceria com outras instituições e com o movimento social Mães de Maio denominado “Violência de Estado no Brasil: Um estudo dos crimes de maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição”. As execuções sumárias dos meninos, filhos das mães do movimento, inocentes, o adoecimento das mães que estavam por lá, o falecimento recente de uma das mães, Vera Lucia. Um salve pra Verinha... Mas voltando ao DP, tudo me veio à mente enquanto ouvia e observava aquilo. Segurei a onda para não expressar meu ódio para que Catarina tirasse suas próprias conclusões (e para não ser presa é claro), visto que ela me fazia alguns questionamentos acerca da índole dos policiais, como por exemplo, se eles entregavam o dinheiro ou se dividiam entre eles. Para essa pergunta, só deu pra dizer pelo olhar junto a uma levantada de sobancelha, como quem diz “Será?”. Acho que ela entendeu. Seguiu dizendo sobre uma experiência que saiu com um cara e durante o encontro descobriu que ele era policial e “dono da boca”. (Diário de campo escrito em 14 de Junho de 2018).

Nesta cena chamo atenção para as possíveis interferências do estar junto em lugares diversos e da impossibilidade da separação entre emocionalidade e atuação. Ainda que emoções emergissem em decorrência das circunstâncias, foi necessário a lida com elas a fim de seguir o acompanhamento e concluirmos nosso objetivo prévio.

Finalizando as cenas dos diálogos entre olhares, estivemos no cinema em 13 de junho de 2018, e durante o retorno ao Acolhimento, em um ônibus intermunicipal, conversamos sobre um dos filmes que assistimos, o “Paraíso Perdido”:

No ônibus ela fala sobre outras ou talvez as mesmas situações em que foi agredida [...], deixo que ela termine e diga tudo e então pergunto se ela se lembra de uma outra cena, em que Imã (personagem principal) conversa com seu tio dizendo sobre a situação de agressão sofrida, e seu tio faz uma fala

que dizia mais ou menos assim: Não é que as pessoas não te aceitam, elas não aceitam a si mesmas. Falei pra ela e ela na horadisse que sabia qual frase era, que lembrou da frase no caminho pro ponto mas esqueceu de comentar, e que havia percebido que naquele momento eu havia a olhado por conta da frase. Essa percepção eu não tinha dimensão, havia olhado mesmo, mas não imaginei que ela havia captado a intenção do olhar, porque ela não estava olhando pra mim no momento. Parece que o gesto valeu. (Diário de campo escrito em 14 de Junho de 2018).

Estas são algumas das flechas e das flores presentes e desabrochadas no percurso.

EIXO 3:

CAMINHANDO PELO FIO DA NAVALHA

3.1. Sentimento, profissionalidade e o lugar da amizade

Ela toma a vacina da gripe e me pergunta se eu já havia tomado. Achei muito gentil de sua parte e interessante sua preocupação com a minha saúde, apesar do atravessamento institucional/profissional, em que eu estava na posição de cuidar. Fiquei feliz de perceber que foi possível uma construção de relação de outra ordem que transcendia os muros do abrigo e os limites burocratizados/institucionalizados. Eu acabo não tomando a vacina, mas ela faz o teste e me “engana” ao sair da sala dizendo que agora teria que se cuidar pois era a partir daquele momento era soropositiva. Segundos depois desmente dizendo que era brincadeira (diz que queria ver minha reação), que havia dado não reagente e que a enfermeira era bem legal, atenciosa que havia explicado tudo muito bem e que só havia ficado nervosa com o fato de uma de suas guias estar com o seu nome de registro. Fico aliviada, pois estava ansiosa com o resultado (rs). Sobre a guia, ela relata que a enfermeira corrigiu e disse que era seu direito, que isso não poderia acontecer e que iria conversar com quem havia colocado daquela forma. A própria médica que colocou daquela forma. (Diário de campo escrito em 15 de Junho de 2018).

Há neste trecho o entrecruzamento de muitos aspectos, alguns relativos à relação das políticas públicas de saúde e de profissionais da área com às mulheres trans e outros à nossa relação, bem como, à luz da psicanálise, relativos à transferência e à contratransferência. O que quero chamar atenção neste momento é quanto a nossa relação, em que momentos como o descrito, tensionam os limites e demonstram possibilidades relacionais dentro de um contexto profissional socioassistencial/psicossocial/psicológico.

Na supervisão de estágio interdisciplinar no Instituto Camará, conseguindo a esse encontro e à escrita sobre ele, compartilhei que pensei em tomar a vacina, que até gostaria de ter tomado. Neste momento, a preceptora Viviane me perguntou: “E porque não tomou?”. Como quem me autoriza a realizar algo que eu estive insegura em fazer pelo puro medo de achar que estando na posição de “paciente”, sairia da posição de estagiária, e que esses papéis precisariam ser rígidos para que minha atuação fosse ética.

Um medo de sair do *script*, completamente inexistente ao nosso contexto, mas no fim, um medo de ter a ação julgada como “não profissional/antiética, etc.”.

Lúcio Costa Giroto (2019), traz contrapontos à essa perspectiva relacionada à rigidez das atuações, ressaltando o quanto, na relação com a população trans, há um trânsito e movimento nesta relacionalidade que pode permitir potencialidades e que destoa daquilo que estamos preparados, possivelmente, a fazer, com base em uma ideia de demanda específica.

A despatologização como analisador que, além de embaçar a coerência de um corpo unido em conceitos sociobiopsíquicos, dissolve também dicotomias – pessoa cuidada e cuidador, já que extrapola o corpo trans, para além de uma coerência de genitália-gênero-desejo; e o corpo do profissional que interpela, extrapolando-o de disciplinas que ditam condutas precisas. A transexualidade e a travestilidade são corpos múltiplos produzidos em localidades díspares, por tecnologias e práticas. Também são múltiplos no sentido de não conseguirem encontrar unidade em uma identidade, em uma demanda de saúde necessariamente clara, padrão (GIROTO, 2019, p. 12-13).

Recordo-me com isto sobre uma supervisão de estágio em que, após dizer sobre “ter engolido o choro”, a educadora e pedagoga Valéria e atual diretora do Instituto Camará me diz: “E porque não chorou? Psicóloga não chora?” Sua colocação desestabilizou lugares e me fizeram refletir sobre quais seriam as implicações da expressão de um sentimento discorrido em lágrima no contexto de um acompanhamento psicossocial?

A amizade, ferramenta utilizada sob inspiração da perspectiva do acompanhamento terapêutico que a entende enquanto instrumento clínico, político e estratégico (ARAÚJO, 2013, p.169), se fez presente na prática, durante, ou após, alguns momentos de convivência, troca e de construção de relação - afetivos, e também passíveis de serem compreendidos como processos de vinculação e acolhimento por haver essa intencionalidade. No entanto, tal perspectiva ainda é compreendida por linhas teóricas tradicionais da psicologia (e da rede socioassistencial), que consideram as abordagens clássicas (em *settings* circunscritos em espaços fechados) como única possível, em decorrência da possível existência de certa “neutralidade” e “distância” ou, ainda, da segurança que as quatro paredes propicia simbolicamente. Neste ponto é possível um embate quanto à atuação da psicologia na Assistência Social, visto que ela

não está para realização de atendimentos clínicos, nem psicoterápicos, mas sim para acompanhamentos psicossociais. Por conta desta última afirmativa cabe enfatizar o termo “estratégico” presente no início do parágrafo, visto que a prática do AT está voltada à clínica.

Apesar da referência disso, consideramos pertinente o seu empréstimo para a experiência em questão pela consideração quanto a sua potencialidade frente a especificidades semelhantes, e pela sua já ocorrência de certa forma na prática no início do processo de acompanhamento. Além disso, era nossa – minha – possibilidade de nomeação ao meu fazer e de enfim “descanso” da angústia do “não-lugar” ou “não-saber” no que diz respeito à nomeação da prática.

Fábio Araújo (2005), traz à tona algumas características da prática, a partir do conceito de amizade enquanto “possibilidade de acolhimento e hospitalidade ao que se apresenta como diferença radical” (ARAÚJO, 2005, p. 4). A clínica como prática de intervenção, conforme aponta o autor, herda um ideal de neutralidade, presente na clínica tradicional psicológica e médica. E este ideal de neutralidade é questionado pela teorização acerca do acompanhamento terapêutico.

O afastamento com relação à escolha de uma única abordagem psicológica ou linha teórica da psicologia para condução de um processo de acompanhamento, seja ele considerado de assistência ou de cuidado não é tarefa simples, bem como a insistência em driblar a nomeação de alguma prática pela sugestão de muitos possíveis nomes que a descreveriam. Essa resistência à uma identificação fechada não me coube nesta experiência, não contemplava aquilo que estava ocorrendo, e, por tal motivo, o campo da legitimidade do processo e de seus percursos eram/foram em muitos momentos um espaço de embates.

A característica da prática da pessoa psicóloga na Assistência Social na realização de acompanhamentos psicossociais e não psicoterapêuticos colabora de certa forma com esta posição híbrida de beber de várias fontes sem se identificar com uma específica. Acaba sendo um movimento que incide positivamente no mar contemporâneo e dito científico, de especialismos e especialistas, por fluidificar as formas de atuação. Muitas reflexões em supervisão de estágio traziam à tona críticas à posição de especialista na prática psicológica e em outras profissões, e a nossa própria atuação no Instituto ilustrava e dava corpo referencial as potencialidades do

deslocamento dessa posição, dessa abdicação da posição de poder (relacionada a “especialidade”) pela construção de relações horizontais enquanto ferramenta técnica.

A autora Grazielle Tagliamento (2013) aponta para a potencialidade envolvida no afastamento dos vínculos institucionalizados a fim de estabelecer relações mais livres, passíveis de uma sincera relação de respeito, e quiçá até de amizade, também utilizada como instrumento técnico possibilitador de intervenções que assumem a não neutralidade como pressuposto de atuação.

A pessoa psicóloga lançada em uma prática social também se nomeia a partir de seus comportamentos e ações que dizem sobre os referenciais e as perspectivas ético-políticas sem dizer. Tais ações parecem ser mais coniventes quando se colocam na intenção de entender e atender a dimensão psicossocial.

Entretanto, essa escolha (da não escolha) pode acarretar tensionamentos, como já mencionado. Ficamos, nesse sentido, diante de novos entrecruzamentos: a) aqueles relativos às dificuldades e resistências face ao distanciamento moral (e preconceituoso) das instituições e de quem as conduz, na relação com as pessoas que compõem os grupos vulnerabilizados, e, o manejo com as questões surgidas a partir de suas realidades; b) aquelas relacionadas aos tradicionalismos e limitações da área no estudo e na relação com as cisgeneridades, heteronormatividades, privilégios de raça-etnia e classe (o que dificulta a possibilidade de auto reflexões sobre posições de privilégio). Uma das consequências é que, na ausência dessa auto reflexão, as possibilidades de empréstimo do poder contratual ficam reduzidas.

A capacidade de despir-se dos especialismos dirá sobre a ética e não o contrário! Parece ser urgente essa reflexão para que abordagens individualizantes, de fato, sejam eximidas. Este tecido escrito borda sobre esses desenhos manuais de roupagem e de despir-se.

No sentido de desvincular a prática neutra da clínica como “pré-requisito” para atuações éticas, valoriza-se e argumenta-se, em contraponto à essa perspectiva ainda hegemônica, esta outra fundamentação teórica, a partir de suas potencialidades de intervenção que, em alguma medida, afasta a ideia de distanciamento afetivo.

A ideia é o reforço de que estas outras estratégias teórico-metodológicas não-convencionais são tão válidas e eficientes quanto as práticas tradicionais, sendo, em casos específicos, um formato mais efetivo frente à grupos populacionais que se

apresentam como “diferença radical”, localizados nestas posições, muitas vezes, em decorrência de injustiças sociais relacionadas à normatização de experiências vivenciais e corporais enquanto normais, como é possivelmente o caso das pessoas trans.

Com base nas descrições elaboradas acima, nomeio como inspiração teórico-metodológica para as minhas atuações de caráter socioassistencial, algumas práticas e ferramentas utilizadas por acompanhantes terapêuticas ou territoriais. Essas práticas não foram escolhidas previamente, mas como mencionado, mostraram-se possíveis e viáveis ao longo do caminho diante das primeiras ações dentro daquele contexto. Fora também uma estratégia importante construída no percurso que corroborou com diálogos e costuras entre os serviços da rede socioassistencial, da saúde e de demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e outras políticas públicas, na intenção de contribuir com esta rede, também, na expansão de uma leitura não-individualizante das situações emergentes que fazia com que Catarina precisasse fazer uso dos serviços em questão.

A autora Luciana Chauí-Berlinck (2012) traz narrativas de profissionais Acompanhantes Terapêuticas (AT) e uma de suas reflexões, a partir da narrativa de uma psicóloga e AT, ajudou-me a engendrar a minha no encontro com práticas e articulações teóricas que referenciam, para além da complementaridade e indeterminação entre as áreas, o quanto há de segmentaridade entre elas.

A narrativa desta AT mostra que para ela há uma complementaridade entre psicologia e AT. Aprende-se AT fazendo e, ao trabalhar como AT, aprende-se psicologia (CHAUÍ-BERLINK, 2012, p. 98).

Quanto à indeterminação, estaria referenciada em outro trecho em que outra entrevistada refere também beber de fontes distintas (no que tange às linhas psicoterapêuticas). Diz que, em quaisquer linhas, a base psicanalítica estaria presente, pela sua influência e origem para as concepções de ‘noção de sujeito’ e de ‘saúde e doença’ (CHAUÍ-BERLINK, 2012, p. 99). Uma das preocupações da entrevistada é a de que a teoria prescindia o encontro e a autora menciona a partir de uma análise institucional do discurso que:

Há, no discurso, uma indeterminação, pois é como se houvesse um constante jogo de dentro/fora, de pertencimento/não pertencimento, de ser/não ser (CHAUI-BERLINK, 2012, p. 99).

Compartilho na presente reflexão estas colocações quanto a base psicanalítica neste TCC. Apesar de não assumir esta abordagem, nem na condução do processo e nem aqui enquanto teoria fundante das reflexões, utilizei em campo e utilizo-me aqui de termos e conceitos “seus” em momentos que considerei-considero oportuno. Nesse sentido, de forma inevitável mas também intencional (quanto a leitura psicanalítica), como refere a autora Maria Lúcia da Silva (2017), visamos a colaboração acerca da

[...] inauguração de uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades (SILVA, 2017, p. 87 *apud* FARIAS, 2020, p.3)

Caminhar no fio da navalha foi me equilibrar e me desequilibrar constantemente, tentando não me cortar, entre o limite e o espaço do distanciamento afetivo ou melhor, subjetivo, necessário nas relações de acompanhamento de cunho psi, e entre os distanciamentos escrito nas teorias que eu conhecia e que não faziam sentido diante daquela configuração de acompanhamento que se dava. Aqueles distanciamentos dos quais eu sentia medo quando tinha a oportunidade de diminuí-los ou desestabilizá-los.

Estar no fio da navalha também era essa não-nomeação quanto ao tipo específico de atuação ou relacionada a abordagem adotada. Estes momentos que levavam a não-lugares, e no fio da navalha das subjetividades, exigiu certa “malandragem” pra não me cortar, experimentando as potencialidades de estar neste caminhar delicado.

3.2. O grupo “Peripatéticos/Piripatéticos”

A estratégia inicial de participação no Camará era a conexão com um espaço coletivo que pudesse ser um lugar de “co-sustentação” ao processo individual que se dava pelo acompanhamento. Além disso, eu era estagiária do Camará e como já mencionado, Catarina já possuía uma história de relação com o Instituto.

O Camará como um todo foi este lugar de co-sustentação. As pessoas que compunham o Instituto, por terem construído relações anteriores com Catarina, faziam com que o espaço fosse uma referência, mas o grupo “Peripatéticos” teve sua importância de forma muito singular no processo. É mais por ele, inclusive, que escolho utilizar o peripatético no título deste trabalho, do que pela referência à clínica peripatética, visto que, quando apresentei a proposta da pesquisa para Catarina, o que chamou atenção dela e trouxe memórias positivas e afetivas foi justamente a presença desse nome no título pela associação com o grupo.

O Camará traz em sua essência a prática de cuidados, o acolhimento, e a “ponte” a diversos outros contatos relacionados à arte e cultura, facilitando o acesso à educação por vias diversas valorizando o “estar” e o “fazer junto” nestes processos socioeducativos. Além do seu histórico de militância e luta pela defesa de Direitos Humanos, especialmente nas infâncias e juventudes.

Pelo envolvimento da leveza e da profundidade da arte, do abraço às crises e conflitos decorrentes das práticas e reflexões coletivas, do ritmo fluido da música que chegava em muitos momentos inusitados, da força da ancestralidade presente pelas vidas das pessoas circulantes e do ímpeto revolucionário, o Camará se torna também um grande centro de trocas, interlocuções, de encontros e potencializações.

Segundo Lancetti (2009, p. 109), “a elaboração de um projeto terapêutico³⁵ tem de saída uma complicação: precisa ser ao mesmo tempo singular e coletivo” e nesse contexto, o grupo Peripatéticos se cria e cumpre seu papel na composição do projeto terapêutico elaborado por nós durante o percurso do acompanhamento.

A criação de “espaços onde os problemas particulares se encontram de modo significativo [...] para procurar coletivamente alavancas controladoras e poderosas o bastante para tirar os indivíduos da miséria sofrida em particular;” (BAUMAN, 2000, p.11 *apud* ARAÚJO, 2005), ocorreu neste grupo a partir de uma criatividade coletiva nessa construção. Nós, eu e Catarina, passamos a procurar e encontrar ali “junto com”, este espaço para o compartilhamento dos sofreres e seus acolhimentos. Na relação com

³⁵A citação é colocada enquanto conteúdo referencial visto que não fora construído um Projeto Terapêutico Singular (PTS), mas um plano de atendimento individual (PIA) - instrumental utilizado nos serviços que transitei (Acolhimento Institucional e CREAS). Em supervisão acadêmica fizemos reflexões acerca da referência do (PTS) ao que estávamos conduzindo ainda sem nomearmos.

o grupo (e nele) que denominamos “Peripatéticos” ou “Piripatéticos³⁶”, tivemos contatos com essas alavancas.

Coloco no plural, “tivemos”, pois em momentos distintos tanto eu quanto ela nos apoiamos nesse coletivo. Entre supervisões informais, olhares nas supervisões, encontros em corredores da Unifesp e marmitas divididas, encontrei apoio para minhas questões que surgiam a partir do processo de acompanhamento. Para ela, uma cena que diz também sobre esse acolhimento para comigo, se deu, após alguns dias do seu desligamento do Acolhimento Institucional.

Estávamos no Camará dialogando sobre o encontro com Catarina (visto seu paradeiro após a saída do Acolhimento). Lembro-me de um clima tenso, todos presentes estavam preocupados com a situação, eu não tinha tido contato com Catarina desde o último acompanhamento (em torno de 5 dias atrás). Samantha então inicia seu relato sobre o encontro com Catarina no bairro (ela estava por lá em uma atividade de convivência com outro grupo). Conta sobre como iniciaram a conversa, com Catarina ainda deitada, bastante sensível e debilitada (ela teria recusado todas as investidas de diálogos com todos desde sua chegada) e como finalizaram, em uma caminhada cuidadosa para fazer “lanche” (pote de coxinhas) pelas redondezas.

Neste dia, ao Samanta relatar que Catarina gostaria que me dessem notícias e que fizessem a ponte para nós nos falarmos, fico bastante emocionada e percebo a importância daquilo que alguns autores e autoras trazem e que mencionei, quanto à relevância do acompanhamento se dar de forma individual e coletiva, visto que ambos os vínculos (eu e Catarina, Samanta e ela), se construíram e/ou se firmaram naquele espaço coletivo que foi o Peripatéticos e que propiciou sustentações também psíquicas face a situações de violação de direitos.

Surge daí - das diversas caminhadas do grupo em diferentes situações -também o reforço a uma das nomeações do nosso acompanhamento, conforme já discutido anteriormente, fazendo referência a este grupo caminhante que nos firmamos e nos afirmamos. O nome do grupo a propósito também vem da referência à “clínica peripatética”, que segundo Antonio Lancetti (2009), se caracteriza resumidamente, mas principalmente, pelo ato de caminhar junto, ao lado, característica do grupo que tinha

³⁶ Como era nomeado por uma das participantes que achava essa palavra, criada por ela, mais “fácil de dizer” do que peripatéticos. Abrasileirando a linguagem.

como uma de suas intenções a circulação coletiva pela cidade e algumas produções artísticas e terapêuticas (muito influenciada pelos/as artistas que participavam do grupo).

No nosso plano, o foco era a participação no grupo, mas no decorrer do processo, percebemos que o próprio percurso para a participação era tão valioso e potente quanto o estar em grupo. Fizemos muitos percursos para chegar até o encontro do “Piriripatéticos”. Alguns contamos com a companhia de crianças, filhos de jovens que dividiam a experiência de institucionalização com Catarina, e outros, com mulheres também em situação de institucionalização e que tinham interesse em estar em outros espaços mais criativos e movimentados. O grupo foi composto, então, por uma variedade de pessoas e tinha a característica de ser aberto e acolhedor. Assim, ocorreram muitos fluxos: entradas e saídas de gente, bem como, muitas entradas e saídas nossas enquanto grupo em destinos e lugares diversos, como instituições, exposições, etc. Nossos encontros, para além de promoverem cuidado, reflexões em prol de autoconhecimento e de temáticas emergentes a partir das problemáticas pessoais que se encontravam de alguma forma, também produzia conteúdo, comida e muito material artístico.

Era um momento de encontro com as pessoas, e, nessa relação, o encontro também consigo mesmo, em movimento, relacionado à partilha e mistura de subjetividades e interioridades. Aproximações “afetivadas” e amistosas de interação com o todo. Com o *socius*, com os lugares e com as personas desta sociedade, e, em específico, daquela cidade, brasileira, paulistana, vicentina. Territorialidades ainda (como todo o território brasileiro) muito agressivas e excludentes à travestilidade e à transexualidade, à negritude e à diversidade de orientação sexual, porém, devido à diversidade de nosso grupo, havia também a atenção a estas temáticas da exclusão.

O pertencimento ao coletivo, os movimentos ainda tímidos de coletivização de “problemas” de Catarina e a presença de outras pessoas nos seus percursos, trouxe, aparentemente, a segurança simbólica necessária para certos enfrentamentos. Promover presença, física e simbólica, foram aparentemente significativos como “preenchimentos” a processos de lida com o sofrimento psíquico sócio-político.

Pensando o sofrimento psíquico e as produções que articulam o amor com os processos psicossociais, referencio o autor Wilhelm Reich (1995, p.16) que dirá acerca da retomada da capacidade de amar a si mesma como processo de “cura de perturbações

psíquicas”, a partir de suas hipóteses sobre os processos de adoecimentos psicológicos serem provenientes da ausência da capacidade de amar, decorrentes notoriamente de processos socioculturais e econômicos.

As enfermidades psíquicas são o resultado de uma perturbação da capacidade natural de amar. [...] A condição essencial para curar perturbações psíquicas é o restabelecimento da capacidade natural de amar. Depende tanto de condições sociais quanto de condições psíquicas (REICH, 1995, p. 16).

Suas percepções vão ao encontro às da autora bell hooks (1994), que refere ser a aprendizagem de amar “uma forma de encontrar a cura” e compreende a expressão do “amor através da união do sentimento e da ação”, baseada na perspectiva da definição do autor M. Scott Peck que refere o amor como “a vontade de se expandir para possibilitar o nosso próprio crescimento ou o crescimento de outra pessoa”, sugerindo que o amor é ao mesmo tempo “uma intenção e uma ação” (PECK *apud* bell hooks, 1994).

O desafio se estabelece então: Como desenvolver a capacidade natural de amar para seu restabelecimento em um contexto de violação de direitos e violências sistemáticas?

A autora bell hooks (1994), em seu texto “Vivendo de amor”³⁷, refere que “nossas³⁸ dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar, começaram a partir do contexto escravocrata” e que é preciso reconhecer que este processo relativo ao que traz Reich, (2004, p. 16) quanto ao “restabelecimento da capacidade natural de amar” para as mulheres negras (especialmente, mas a autora também se refere em alguns momentos à toda a população negra) localiza-se em uma condição de dificuldade. A autora, em primeira pessoa, fala de “condições difíceis, não impossíveis” (bell hooks, 1994) e, justamente por isso, afirma que é preciso “reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar” (bell hooks, 1994), visto que, devido ao racismo e a supremacia dos brancos não terem sido eliminadas com a abolição da

³⁷Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>

³⁸ A autora dialoga com a população negra diretamente em seu texto, entretanto, o empréstimo deste trecho aqui se coloca a pensar também o desenvolvimento da capacidade de amar da população branca, no sentido da descolonização do pensamento, humanização, e sensibilização acerca de violações e questões que afetam corpos e pessoas que não compõem seus grupos de pertença (ver BENTO, 2002, p.4).

escravatura, as pessoas negras tiveram que “manter certas barreiras emocionais” como estratégia de proteção e sobrevivência (bell hooks, 1994).

bell hooks (1994), cita que “A arte e a prática de amar começam com nossa capacidade de nos conhecer e afirmar”, e, se o processo de se conhecer é relacional e dialético, como sustentar este espaço de modo construtivo à pessoa que se acompanha, apesar das distâncias simbólicas e implicações de uma relação inter-racial e entre identidades de gêneros cis e trans frente a cisgeneridade enquanto norma?

Não responderei no texto as questões, mas todas as cenas e as reflexões sobre a experiência pretendem dizer sobre elas, dando pistas acerca de possíveis escolhas a partir do ocorrido em ato, ou, o que me parece mais assertivo, dando direcionamentos

quanto às estradas e linhas pelas quais eu não segui.

No caso do grupo em questão, este fora o lugar da possibilidade de passos rumo a este reconhecer-se e afirmar-se.

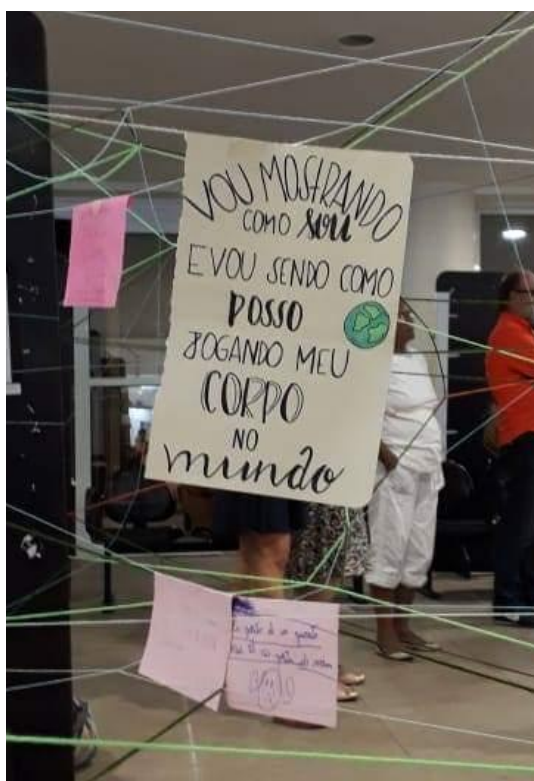


Foto tirada no V Congresso Acadêmico da Unifesp (2019) - Intervenção artística do grupo Peripatéticos/Piripatéticos.

3.3 Nós no *Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu*

Em 20 de Junho de 2018, fomos ao Teatro Guarany, em Santos, assistir ao Espetáculo interpretado por Renata Carvalho de nome “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”³⁹. Fiz o registro mental de uma das falas da atriz durante uma cena que

³⁹Release: O espetáculo é uma mistura de monólogo e contação de histórias em um ritual que traz Jesus ao tempo presente, na pele de uma travesti. A identidade travesti é elemento chave do espetáculo, que

abordava a reação de emoção e gratidão de uma travesti para com alguém que teria sido recíproco com ela. A fala era mais ou menos assim: “Tudo o que eu fiz foi tratá-la com humanidade, será que ninguém nunca fez isso por ela?”. Disso, foi possível retomar o pensar e discutir acerca dos regimes de humanidade que estão colocados na nossa sociedade brasileira e o quanto essa colocação por ter sido uma construção social, é passível de reconstruções cabíveis em um movimento de romper com o que está instituído historicamente para recuperação da capacidade de amar.

O Brasil chega a 151 assassinatos de pessoas trans nos dez primeiros meses de 2020. Nesse mesmo período já temos 22% mais mortes do que o ano de 2019 inteiro, onde tivemos 124 assassinatos. [...] Além do descaso com a crise provocada pela pandemia da covid-19 que agravou ainda mais as desigualdades já existentes, a vida das pessoas trans, principalmente as travestis e mulheres transexuais negras e trabalhadoras sexuais que seguem exercendo seu trabalho nas ruas, tem sido diretamente afetadas. Pois esse grupo representa a maioria dos casos de assassinatos e está diretamente expostas a diversas formas de violências, negação de acesso a direitos e consequentemente da precarização de suas vidas (ANTRA, 2020, p. 1-2).

Parece ser necessário processos dialéticos para que aprendamos sobre resistência e sobre saúde mental com quem precisa de cuidado, mas que enfrenta de forma histórica todas essas violências estruturais e resistem insistindo pela transformação societária e manutenção de suas sanidades frente ao descaso Estatal. Por isso, também, a importância da escuta qualificada, da convivência, do despir-se dos saberes e da humildade de reaprender e desaprender certas concepções que não estão nem nunca estiveram próximas dos grupos populacionais afetados pelas violências estruturais e que são a maioria no Brasil.

Nesse sentido, a inclusão da amizade e da afetividade, como estratégia teórico-metodológica, pode ser entendida enquanto uma prática que envolve o amor no processo de vínculo, de cuidado, de uma relação transferencial, mas que ultrapassa esse limbo conceitual, mergulhando no visceral, no corpo, no relacional, no essencial. Se olharmos para algumas acepções que marcam o significado da palavra “amor” nos dicionários – afinidade, atração, afeição, interação, comunhão –, poderemos associá-lo

busca a transformação do olhar diante de identidades marcadas pelo estigma e pela marginalização. O espetáculo começou às 20h, chegamos com alguns minutos de atraso e no fim conseguimos uma foto com a brilhante estrela Renata Carvalho.

ao vínculo na psicologia ou à transferência (dentro destes contextos e práticas de uso amizade como ferramenta metodológica).

Sobre o corpo, e os processos de reconhecimento da humanidade de grupos populacionais desumanizados pelas estruturas sociais opressivas, a autora Luciana Chauí-Berlinck (2012), a partir de relatos de ATs sobre seus corpos nos processos de acompanhamento, cita que o corpo da/o terapeuta/o, na relação com o corpo da outra pessoa, “evidencia-se como a possibilidade de os pacientes reconhecerem seus próprios corpos”, e, ainda, que “é a presença do corpo do at que torna possível aos pacientes enxergarem seus próprios corpos como *humanos*”: “foi através do meu [corpo] que teve essa possibilidade de se olhar enquanto ser humano” (CHAUÍ-BERLINCK, 2012, p. 95).

3.4. Cenas de cinema



Dia 13, quinta-feira, depois da UBS fomos ao Camará para o encontro do grupo Peripatéticos. Finalizamos a tarefa da gaveta e às pressas nos organizamos para ir ao cinema pois havia poucos integrantes no dia e alguns, algumas, iriam ao Sesc levar o material da exposição. Resolvemos ir ao cinema por sugestão anterior da Vivi⁴⁰ e fomos de carona com a Dani de carro. Foi bem apertado mas muito divertido.

Chegamos no shopping, compramos os ingressos e eu entreguei à Catarina os nossos ingressos da sessão que assistiríamos às 21h, o filme indicado pela Vivi “Paraíso Perdido”. Enquanto aguardávamos a segunda sessão, Catarina propôs que planejássemos juntas os afazeres da semana e ela usou naquele dia uma caderneta/agenda ganhada já há algum tempo de uma educadora do Camará, a V. (Diário de campo escrito em 15 de Junho de 2018).

Momentos como este do cinema demonstram o desenvolvimento de nossa relação, o suporte pelo coletivo, tanto para o desenvolvimento dessa relação e ação como para condução de ambas as coisas de forma conjunta, os percursos na estrada da amizade e os pequenos passos relacionados à sua autonomia.

Fomos de carro, como mencionado no trecho, com outras pessoas participantes do “Piriripatéticos” que também assistiram ao primeiro filme e, nós, incentivadas pela

⁴⁰ Preceptora do Estágio Básico Interdisciplinar no Instituto Camará Calunga.

preceptora de estágio que fez a sugestão da atividade, ficaríamos para a próxima sessão a sós para assistir o segundo filme.

Com esses desdobramentos, que nos propiciaram outros momentos de convivência, ao passo que as trocas mostravam-se cada vez mais “achegadas”⁴¹, e, nesse sentido, intensas, pelo envolvimento da emotividade e/ou da amizade, as ações e a relação se aproximaram ao que no imaginário social seria uma relação de amizade.

E, com isso, novos questionamentos surgem, como: qual o grau de amistosidade que podemos ou deveríamos ter para com a pessoa que você acompanha na perspectiva de prestar cuidados/assistências profissionais? O que é permitido? Onde está este limite? O que o caracteriza, ou melhor, por quê as respostas dessas perguntas o caracterizam?

Lancetti (2009), no trecho abaixo, traz experiências que me identifiquei durante o processo e que me asseguraram a continuar, mesmo que em alguns momentos, nossa relação fosse situada em posição de deslegitimação. À exemplo, no fim de novembro de 2018, após seu desligamento do Acolhimento decorrente de uma infração das regras⁴², sou informada com relação a isto com frases que a identificavam como “minha amiguinha” e não como a pessoa que acompanhei.

“Muitos de nossos pacientes são incapazes de tratar-se com alguém que funciona como um Outro e somente é possível algum processo terapêutico se as pessoas em questão se tornam um *brother*, um amigo” (Lancetti, 2009, p.115).

É possível pensar que inicialmente, o processo de vinculação só foi efetivo pelo fato de eu assumir em alguma medida o papel de “amiga”, antes do de “terapeuta”, “psicóloga” ou estagiária de psicologia, ou ainda “acompanhante terapeuta”, como ela “me” nomeou apenas nos fins de 2018. No início do processo, eu era identificada por ela como “*bi*”, termo que representa a pessoa amiga, dentro do conceito de amizade no meio LGBTQIA+. Com o passar do tempo, a forma como ela me via e se referia a mim, foi se modificando, quase que exatamente nesta sequência: “*bi*”, “amiga”, “estagiária”, “terapeuta”, “acompanhante terapeuta”, “minha psicóloga”.

⁴¹ Achegue vem do verbo *achegar*. O mesmo que: *aconchegar*, *conchegar*. Aproximar, ajeitar. Acolher-se, *aconchegar-se*. Fonte: <https://www.dicio.com.br/achegue/>

⁴² Cabe mencionar que, apesar de não possuir meios de transporte para retorno ao seu bairro e nem possibilidade de alocação em outros espaços ou residências, Catarina foi desligada e precisou sair do equipamento. Em outras palavras, passou de uma situação de institucionalização a uma situação de rua.

Tais motivos de escolha da abordagem metodológica estariam relacionados ao fato de haverem dificuldades no acesso da pessoa acompanhada à espaços públicos, privados, e às políticas públicas no geral, e, com isso, o impasse com relação aos seus direitos enquanto cidadã.

Ao decorrer do processo, foi possível identificar que tal abordagem foi o grande possibilitador de desvios entre o que era esperado e o que tinha como ímpeto em realizar. Foi possível que a atuação, em um dado momento, não fosse mais vivenciada a partir de uma necessidade, mas, pôde ser conduzida em função de sua produção construída cotidianamente, que gerou potencialidades e aspectos positivos “ao caso”, como diziam. Provindas desse movimento contínuo, tais potencialidades, em outras palavras, eram produzidas e percebidas em função então dessas causas e fluxos que se deram fora da norma e de seus efeitos (DELEUZE, 2002, p. 9). Entre tentativas, erros e acertos, arriscando jeitos, afetos e desafetos, os acompanhamentos foram se estruturando. Ele foi ganhando corpo à medida que as tentativas geraram desdobramentos positivos e ações construtivas.

Falo sobre arriscar afetos, pois, o sentimento, a amorosidade, a amizade, foi utilizada como ferramenta técnica, como estratégia metodológica. Apesar disso, e nem por isso, era um sentimento falso, mas um afeto verdadeiro que surgia indicando que o processo estava sendo intenso, real, como uma troca entre pessoas que ali estavam para aprender coisas novas, viver momentos, e a partir de afinidades, desenvolver também afetividades, que, por sua vez, auxiliam na investida à intervenções que buscam promover movimentos propositivos, vislumbrando o caminhar da inteligência emocional e a percepção sobre si e sobre o que se passa em si.

Ainda sobre cinema e sobre vínculo e afetividade, o trecho abaixo retoma textualmente uma reflexão que tivemos após assistir o segundo filme, que se referiu ao espaço de violação às mulheres trans a partir de situações vivenciadas pela protagonista do filme “Imã” e ao quanto estar nesse espaço é localizar-se constantemente em um lugar de risco iminente.

Conversamos muito empolgadas sobre o filme, salvo esses momentos de identificação com as agressões, e no ponto de ônibus ela diz que a única coisa que não entendeu foi por quê dos homens baterem na Imã, tanto na primeira cena de violência, quanto na segunda. Acho importante esclarecer sua dúvida e dizer o motivo. Trago a cena em que Odair pergunta à Ima se antes da agressão

o cara descrito como careca e de cor clara havia dito alguma coisa, ele afirma que não, que não haviam dito absolutamente nada, e com essa ausência de motivos aparentes coloco a questão da transfobia como a única motivação para a ação violenta. (Diário de campo escrito em 14 de Junho de 2018).

Quanto ao quefazer e acolhimento no vínculo, a reflexão final, que decanta um tanto os muitos questionamentos e angústias que trago durante o texto, pois diz sobre a potencialidade do acompanhamento que pelo diálogo e pelo *estar junto* trouxe direcionamentos de passos possíveis, relacionados aos jeitos de estar junto e aproveitando o que vinha para ir “traçando pequenas linhas, dando consistência a pequenas percepções [...]” (ARAÚJO, 2013, p.138), produzindo sustentação e acolhimento ao que chega, seja “compartilhando, às vezes, uma dor [...] ou quando nos aproximamos do final de um encontro” (BARRETO, 2000, p.63 *apud* ARAÚJO, 2013, p. 142)

Me afino com a perspectiva de Barreto (2000), que reflete sobre sua experiência e diz pensar que o valor dela não se dá somente pela presença dos corpos próximos materialmente, “a proximidade de dois corpos”, mas pelo corpo da pessoa acompanhante “ser um corpo habitado, um corpo atento...” (BARRETO, 2000, p.63 *apud* ARAÚJO, 2013, p. 142), justamente por acreditar ser neste espaço de atenção a potencialidade da intervenção que se só dá em ação.

3.5.Um outro fio mas este de nylon

Refletindo sobre as separações dicotômicas pessoal x profissional e racional x emocional, na profissionalidade psicológica, uma das questões que surgem a partir dos diálogos anteriores é quanto aos limites entre um e outro. Como lidar e como compreender, acolher, observar e abarcar sentimentos em uma relação profissional que desemboca ou que nasce numa foz relacionalmente emotiva/afetiva por necessidade de conexão? Ou melhor, em outras palavras, por investimento em uma ferramenta metodológica que possui em seu tronco o afeto, o apreço, a amizade.

A emoção e a afetividade fez parte da construção desta relação formativo-profissional. Fora também uma relação de parceria. Como então segregar na prática, a afetividade quando ela é também o gás da vinculação? Como lidar com a

afetividade no âmbito da Assistência Social e da Psicologia, em uma relação que se inicia de forma amigável, amistosa. Nesta prática que relato, e talvez em outras que não possuam um *setting* terapêutico estabelecido, esse limite está colocado e delineado por um mero fio de nylon (que seria o contrato verbal, os combinados formais da relação entre a pessoa psicóloga e a pessoa acompanhada), enquanto que, a relação, vem numa enxurrada de situações espontâneas provenientes do nosso contato bipessoal e deste com o conjunto de outras interações com a cidade e sociedade.

Com isso, vem também sentimentos e sensações, numa correnteza de acontecimentos, de experiências que desestabilizam essa linha, atravessando-a de alguma forma. E que, no fim das contas, essa enxurrada toda, como outra qualquer, só quer se movimentar, ser acolhida, discutida, assistida, tocada. Misturada. E não rechaçadas e afastadas. Rompidas e interrompidas. O rompimento da barragem não me parece positivo. Por isso não a construí.

O que quero dizer com a barragem é sobre a construção de um “muro” feito deste distanciamento afetivo compreendido como necessário aos processos. Quando este distanciamento é colocado de forma muito rígida, sua “quebra” também ocorrerá de forma brusca, diferentemente de quando há manejo dentro deste distanciamento, não a partir da construção de barragens, mas de limites ético-políticos que se dão e se remontam a cada abalo das estruturas.

Meu limite estava plasmado neste fio, não numa barragem, numa prancheta, numa mesa. Para alguns isso era “inviável”, “incabível”, “inconcebível” e acredito ser daí a dificuldade do apoio ao manejo deste tipo de distanciamento mais achegado, e deste tipo de acompanhamento. Para outras⁴³, e também para nós duas, é claro, esse formato que evidenciava o distanciamento ético de forma menos explícita era o que possibilitava a fluidez do processo.

Essa “enxurrada” que cito metaforicamente, associando as relações e subjetividades, era como uma onda do mar, que por vezes avança e te toca, encosta no seu pé, ou na sua canela. Às vezes continua avançando, a depender da maré, da lua, do

⁴³Pessoas como a psicóloga Viviane Gorgatti, preceptora do estágio interdisciplinar em 2018; o João Carlos Guilhermino da Franca; a Profa. Gabriela Pereira Vasters de Terapia Ocupacional que participava das supervisões de estágio e me fez beber do acompanhamento territorial; Profa. Mafê de Nutrição que me apoiou em minhas corajosas investidas; Samantha Sales, Nutricionista e educadora que promove cuidado e acolhimento de modo ímpar, me nutriu de afeto e esteve junto na sustentação corporal, espiritual e intelectual do processo, dentre outras personalidades, que são para mim, grandes referências.

momento, situação, e dos limites instituídos ali na ocasião em consequência às ações inesperadas e espontâneas. A depender também de como foi colocado o fio de nylon e de como ele está no momento. Às vezes, você é quem avança, por perceber o distanciamento e desejar a aproximação como objetivo. Chega devagar, ou fica parada, esperando. Quando as águas vivas internas e subjetivas chegam, logo peço licença, é o respeito ao toque do outro/da Outra pessoa ao seu corpo e sentimentos, história de vida e experiências. E daí, assim, é que tenho a permissão de dar outro passo, para frente ou para o lado. Conforme for, adquire profundidade. Mas é preciso estar atenta, sobre o lugar em que me encontro e sobre o quanto estou escutando e sentindo o outro em sua complexidade e relacionalidade também com o social, com o gênero e com racial, visto que, em fração de segundos, a depender do vento, a onda volta atrás e me convoca ao *quefazer* diferente. Só me toca novamente, se eu continuar, parada ou avançando.

Obviamente, não posso ir tão fundo, sem saber nadar se não me afogo. Não retorno mais. Vou junto dela. Mas eu também, como uma onda, dou meus passos para trás e me revejo a cada toque do mar, no ser. A cada toque da água em meu corpo físico, em minha alma, em minha vida pessoal, em meu sentimento, em meu coração-mente-corpo, em minha concepção ética, em meu eu, pessoal-profissional, vou construindo minha profissionalidade, e apertando um pouco mais ou afrouxando um pouco menos o meu fio de nylon. Daí eu me vejo, e também, por isso, me revejo. Me perco e me (re)encontro.

Nesse processo me olho e me observo, como pessoa, como profissional. É de perder-se, mas é nesse momento de descobrimento que também é possível achar-se. Pois eu sou uma só. E sou as duas coisas juntas ao mesmo tempo. E o humano não é uma dicotomia. Não é separável. É um encontro de potencialidades e de fragilidades. Cada encostada no fio é uma nova oportunidade para pensar como é que está sendo, como é que foi, e como é que vai esse encontro de singularidades. Esse avanço, esse passar dos limites, chegar ao limite, ou se afastar do limite é crucial para entender quem ele é na realidade daquela relação.

Misturamo-nos como uma gota de azeite no oceano da produção inconsciente, mas, sistematicamente, passamos o dedo e nos separamos para tomar distância e poder pensar, ou refazer o percurso ou nossa intervenção no percurso (LANCETTI, 2009, p.107).

De fato é preciso uma *maturidade emocional-psíquica* para este processo menos dicotômico de olhar a prática profissional psicológica, maturidade estas que raramente aprendemos em na graduação.

Por isso, dizem para “a psicóloga fazer terapia”? Pois essa água toda, essa onda, ao passar pelo meu fio de nylon, toca a minha profundidade subjetiva e me afeta, sem que eu perceba. Se eu não construo um muro de concreto em volta de mim, esse toque, a profundidade pessoal, fica mais possível, passível, e a lida com este todo, talvez mais legível. Porque, assim, haverá mais possibilidades de trocas subjetivas, inevitavelmente; se eu tenho um muro e, por algum acaso, a onda se transforma em “tsunami” e o arrebenta bruscamente, é possível que eu me afogue. É preciso aprender a nadar, para além de construir muros defensivos protetores. O muro só me protege superficialmente, me protege, mas me distancia, faz com que eu mal olhe, fazendo com que eu mal veja quem é a pessoa com quem estou me relacionando. O fio pode permitir que a coisa se misture, assim como no rio Solimões, que a água doce se mistura com a salgada. Mas ainda assim elas estão separadas.

O fio, para mim, deu nome e permitiu maleabilidade, flexibilidade, autonomia, confiança e permeabilidade. A medida é você quem faz, não sozinha obviamente, mas talvez seja sua responsabilidade os passos para essa feitura, já que no momento da desorganização, a água vai e vem ligeira, rompendo a barreira, no ali e agora, em ato.

O fio é seu, foi meu e apesar dele não me separar d’água me permite visualizar o limite. Se não o tiver vendo, ele pode parar em volta do meu pescoço, mas para que isso não aconteça de uma forma que me prejudique, podemos colocar conta por conta, dizer, repetir e depois prender, ponta por ponta. Fazendo combinados e descombinados, a cada onda.

Subjetivamente, o limite estava colocado para mim, entretanto, a cada onda, intensa e forte, meu limite se modificava, às vezes se flexibilizando. Apesar de passar o dedo e tomar distância, não conseguiria ter colocado sozinha o fio novamente em seu lugar com eficiência, após a passagem de uma grande onda. Nesse momento, algumas amigas foram cruciais, dentre elas: Alícia Santos, Andressa Lima, Lena Costa, Júlia Clara de Pontes, Samantha Sales, Ana Anjos, Profa. Mafê e João (do Camará), dos quais sou grata pelo grande apoio no trabalho artesanal de feitura do meu fio. Não consegui compartilhar algumas questões sobre o “tsunami” nos espaços formais e essas

“supervisões” informais com estas pessoas foi o que fez com que eu retomasse as rédeas e terminasse ou desse continuidade ao fio, não deixando-o afrouxar demais ou perder as contas no tecido e no mar da produção contratransferencial.

Este é o retrato da impossibilidade do se fazer de forma individualizada em um contexto de acompanhamento psicossocial face à violação de direitos.

Tudo isso me tocou, me inundou, e me fez acordar tanto para as tantas reflexões que trago aqui em alguns recortes, quanto ao meu lugar. Isso tudo me formou, e essa foi uma formação vivencial.

Esse trecho abaixo do diário de campo é sobre a minha reflexão, após uma das supervisões mais importantes de todo o processo, pois refleti com ajuda o aspectos acerca deste limite entre o que era “permitido” de forma ético-política, misturando-o também a algumas influências de perspectivas moralistas no meu eu e no meu fazer, o que me levou a lugares de contradições pela realização de práticas que eu mesma reprovava enquanto pessoa-profissional (apesar de serem aprovadas pela instituição - relacionada a tomada de atitudes punitivistas). Essa supervisão não ocorreu no espaço formal das supervisões interdisciplinares (na terça-feira de manhã), mas foi no Camará, na “sala da administração”.

Finalizo o relato com um trecho de um poema (CANTICO NEGRO, de José Régio) a ser lido conjuntamente com ela (Catarina), em algum momento oportuno, indicado pelo João, a fim de possibilitar, pessoalmente, auto-reflexões acerca de minha prática e de meus passos, e conjuntamente, um possível vislumbre de um rumo considerado justo, indefinidamente traçado, em que percebamos coletivamente que cada uma tem seus próprios pés e corpo, exatamente para que o andar seja feito por si mesma... mesmo quando ainda houver a possibilidade de compartilhamento/acompanhamento do compasso.

(Diário de campo escrito em Fev/2018)

3.6. Na rua Japão

Um dia nos encontramos na encruzilhada da minha casa. Estava passeando com minha cachorra Luci, era à noite, fora do horário de expediente. Tínhamos nos encontrado durante o dia no acolhimento. Não havia sido um dia de acompanhamento. Quando nos vimos, nos cumprimentamos, e ela me perguntou se poderia conversar, pois estava muito angustiada. Sugeri que me acompanhasse no passeio com a Luci. Fomos



então juntas até a rua Japão (local em que foi tirada esta foto à esquerda). Ficamos ali por poucos minutos, pois havia uma certa agitação, e voltamos pelo mesmo caminho para nos despedirmos no mesmo lugar em que nos encontramos. Então, ela me perguntou se poderia ir ao banheiro de minha casa. Antes de eu responder, justificou o porquê do pedido, dizendo que não pedia pra ir em bares ou

lugares abertos, porque já havia tido algumas experiências em que haviam recusado até mesmo um copo d'água.

Abaixo segue um relato de meu diário de campo sobre esse momento, em que está nas entrelinhas um pouco dos desafios da condução de processos como estes, relacionados ao enfrentamento pessoal interno e na coletivização de questões que eu precisava de auxílio para lidar. As interpretações desse enfrentamento podem dizer sobre muitos aspectos, desde a influência das perspectivas hegemônicas relacionadas ao distanciamento afetivo necessário nos acompanhamentos, ao meu “ego” que precisou de elaborações para colocar minha atitude em análise coletiva, e à receptividade dos espaços de supervisão e a minha percepção sobre estes olhares. Independentemente disso e das outras interpretações que a pessoa leitora pode estar fazendo nesse momento, naquela situação, minha consciência julgava as minhas próprias ações enquanto inadequadas e, por isso, precisei de um tempo para este compartilhamento.

Nunca estivemos dentro dessa lógica cronológica, até porque nossa relação se inicia no acolhimento em que o horário de trabalho é também o horário do cotidiano. Depois disso, tem os seus horários de maior atividade, quantas vezes nos encontramos à noite nas ruas por eu morar no Bitarú, local de sua circulação noturna? Quantas vezes não conversamos e passamos tempo juntas nesses encontros inusitados? Me lembro de um deles, que talvez não tenha relatado em supervisão pela minha atitude ter sido não tradicional, digamos assim, e passível de críticas não construtivas que colocariam em jogo minha ética profissional a depender do leitor ou do ouvinte. [...] Na ocasião, permiti que ela entrasse em minha casa, que era inclusive a casa de outras pessoas, pois morava em uma república, e utilizasse o banheiro. Este foi tema de muitas angústias e reflexões pessoais por muitas semanas. (Diário de campo 16 de Outubro de 2019 - O Início da escrita deste diário foi no dia 30 de setembro e sua finalização em 16 de Outubro de 2019).

Seguem outros trechos deste mesmo diário em que relato o que tivera me incentivado a dizer sobre este dia.

Estava outro dia, agora recentemente, lendo o texto da Viviane, antiga preceptora do Camará que acompanhou e me ajudou muito com suas contribuições, cuidados, atenções, delicadezas, a sustentar essa presença, esse acompanhamento, esse processo de cuidado e todo esse processo. Um dos trechos me fez lembrar dentre muitas outras, esta cena que relato pra vocês. Esse trecho me tocou, me moveu e me emocionou, também pelo fato de a pessoa que ela acompanhava e que fez parte da cena que ela trouxe já ter falecido de forma trágica e injusta, conforme suas palavras. (...) Esta cena, fez com que eu fechasse essa minha cena vivida com a Catarina, pois me trouxe referências de momentos tão íntimos quanto, e que nem por isso, se mostraram como antiéticos, nem menos ainda, interferiram negativamente no processo. Me trouxe confiança com relação à minha prática e a minha atitude/decisão tomada naquele momento de forma completamente individual, pois só havia naquele momento eu e ela. Foi muito importante ter lido, me identificado e encontrado meu lugar ali, nela como exemplo, enquanto pessoa e profissional, que tende a desviar das tradicionalidades na construção de outras e várias profissionalidades, mais humanas e sensíveis. Só depois de ter lido isso pude confiar em mim mesma a ponto de bancar este relato e de ter argumentos para sustentá-lo enquanto acontecimento do processo, passível este de análises e críticas sejam elas quais forem (Diário de campo escrito em 30 de Setembro de 2019).

Esse tipo de situação tensiona a discussão sobre os limites, pois parte de experiências e vivências outras, provenientes de relações que se construíram a partir de metodologias não tradicionais, de vínculos fundados pela amizade, e da relação com pessoas que compõem grupos populacionais violentados pela sociedade.

EIXO 4:

DA CIRCULAÇÃO DOS NOSSOS CORPOS

4.1. Distâncias estruturais e proximidades materiais entre amores e mares

Segundo Lélia Gonzalez (1980, p.191), “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” e, nesse sentido, para a produção de uma atuação ético-política faz-se importante que nos situamos sobre nossa posição e lugar ocupado, para primeiro: pensar, perceber e reconhecer as distâncias entre eu e a pessoa que acompanho, e depois, a partir disso, refletir acerca da influência desta distância ou proximidade, na minha interpretação acerca de processos subjetivos e ou de sofrimento, e na minha atuação. Com isso, pode ser possível a percepção sobre os impactos do racismo e do sexismo em nossas trajetórias, caminhando para o desvelamento das hierarquias instituídas na relação que se estão ligadas às posições sociais ocupadas. Este eixo busca olhar para estes espaços traçando reflexões sobre a construção histórica e social das questões que o promove, bem como algumas situações ocorridas na prática.

A questão de gênero, classe e a questão étnico-racial se localiza de modo imbricado em todas as relações pela sua constituição na formação social brasileira. Cabe evidenciar, apenas, de que lugar parte os olhares quanto às percepções deste imbricamento em correlação com situações cotidianas, em contextos de acompanhamentos, uma vez que, inclusive neles, “o corpo não é propriedade, mas relação” (PRECIADO, 2020, p. 3), bem como as identidades (sexual, de gênero, nacional ou racial), que segundo o autor Paul Preciado (2020, p. 2) não são “essências”, mas sim relações.

Nesse sentido, o espaço do acompanhamento é também o lugar das relacionalidades, e no caso do acompanhamento analisado, este foi também um de relações inter-raciais e de encontro entre a cisgeneridade e a transexualidade/travestilidade.

4.2. Por um amor e por uma conta: Na cena da construção e do banco

No caminho muitos assuntos surgem, alguns sobre como ela havia conhecido ‘L.’, outros sobre os sentimentos sentidos e produzidos a partir dessa relação (amor), as expectativas e as formas de lidar com a realidade que se apresenta e que não corresponde ao esperado (decepções). (Diário de campo escrito em 02 de Outubro de 2018).

Este trecho conta sobre uma conversa ocorrida durante o percurso de ida ao encontro de um amor. Era um acompanhamento solicitado por Catarina, haja vista seu desejo de reencontrar a pessoa de seu apaixonamento, seu ex-namorado, o qual tinha perdido o contato por um desentendimento. Na sequência, segue outro trecho do mesmo diário de campo que dirá sobre a nossa chegada ao destino e o desenrolar do acompanhamento.

[...] Neste momento estávamos na sede do Instituto Camará depois de ter ido à construção onde ‘L’ trabalhava. No momento em que chegamos no local, ela relata que ‘os amigos de L não sabiam que ele ficava com trans’ e diz que ‘não poderia ir até lá perguntar dele por conta disso’. [...] Ela me pede pra ir sozinha perguntar sobre ele, enquanto ela o esperaria mais afastada. Disse que era para eu passar o recado de que ela gostaria de conversar com ele e que esperaria ali (um tanto afastada, atrás de uma árvore).

Eu vou, pergunto a alguns trabalhadores e depois de conversar com o encarregado da obra descubro que ele não estava mais trabalhando por lá, havia voltado para São Paulo (Diário de campo escrito em 02 de Outubro de 2018).

Tem-se em certa medida, no imaginário social, a ideia de que a identidade de gênero transexual ou travesti, bem como intersexo, existe enquanto algo “não natural”, por uma descontinuidade entre sexo e gênero, ou, em outras palavras, por uma identidade de gênero que não remete o esperado socialmente pela sua não-identificação com o sexo designado ao nascer, ou, ainda, pela rejeição à ideia de existência de um gênero fixo instituído a partir da “violência epistêmica do binarismo sexual e de gênero [...]” (PRECIADO, 2020, p. 2).

A homossexualidade e a heterossexualidade, a intersexualidade e a transexualidade não existem fora de uma epistemologia colonial e capitalista, que privilegia as práticas sexuais reprodutivas como uma estratégia de gestão

da população, da reprodução da força de trabalho, mas também da reprodução da população consumidora. (PRECIADO, 2020, p. 14).

Conforme aponta a autora Paula Sandrine Machado (2005, p. 254) “à definição do “não natural” cola-se, com muita facilidade, à de “desvio” ou “anomalia”. Essa aproximação que gera interpretações acerca do que é considerado normal ou natural pode aparecer ou se evidenciar a partir das relações entre pessoas trans e pessoas cis, como a cena acima compartilhada, em que é possível traçar hipóteses acerca do atravessamento desta perspectiva de naturalidade e da transexualidade enquanto anormal (talvez de forma inconsciente) na percepção por parte de L. sobre Catarina.

Com relação ao que autora Paula Sandrine Machado (2005, p. 254) traz quanto à definição do “não natural”, é possível traçar linhas reflexivas com o que refere Espinosa sobre as noções de bem e mal, bom ou ruim, certo ou errado, que são, segundo ele, construções exclusivamente sociais psicoafetivas – isto é, pertencem ao imaginário social – e encontram-se associadas à obediência/desobediência a aquilo que se tem instituído como correto/referência, norma (DELEUZE, 2002, p. 28)⁴⁴. Da identidade de gênero, como no exemplo trazido por Paul Preciado (2020, p.3) as argumentações para o preconceito e discriminação provém de fontes cruzadas em prol de uma supremacia ocidental cisgênera e heterossexual, que compreende a transexualidade e a intersexualidade sempre como “patologias marginais e não como sintomas da inadequação do regime político-visual da diferença sexual à complexidade da vida.” (PRECIADO, 2020, p. 13).

Devido a não-dissociabilidade da pessoalidade em relação à profissionalidade, é possível problematizar algumas práticas já citadas, relacionadas a discriminações em espaços institucionais, que sejam também provenientes deste olhar alienado, principalmente em processos em que há o relacionamento entre pessoas cisgêneras com pessoas não-cisgêneras atravessados, ainda, por posições hierárquicas (profissionais) ou remetentes a outros aspectos das relações raciais ou de pertencimento de classe.

⁴⁴“Não existe Bem ou Mal, mas há o bom e o mau. [...]”, escreve Deleuze em sua leitura de Espinosa. “O mau para nós existe quando um corpo decompõe a relação do nosso, ainda que se componha com as nossas partes, mas sob outras relações que aquelas que correspondem à nossa essência[...].” (DELEUZE, 2002, p.28).

Parece ser importante, por isso, a análise desse viés subjetivo relativo a introjeção destas concepções de “normalidade de gênero” (PRECIADO, 2020, p. 13) que parece atravessar também a atuação psicológica. São as expressões dos atravessamentos do privado no público.

Por conta disso, faço empréstimo da descrição acerca do preconceito racial presente no documento publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) “Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os” (2017), para pensar também seus aspectos em comum com o “preconceito de gênero” e com o entrecruzamento de marcadores de diferenciação social, compreendo que muitos desafios ainda para a práxis em psicologia está relacionado a estas dimensões que permeiam o imaginário social com representações negativas enraizadas.

O preconceito racial pode ser definido como o conjunto de pensamentos e sentimentos pejorativos em relação ao negro, fruto da internalização de representações sociais estereotipadas, levando a percepções deturpadas, com disposição a avaliações, crenças e afetos pré-determinados e negativos. (Instituto AMMA Psique e Negritude, 2008, *apud* CRP, 2017, p. 12)

A argumentação toda que tece esse imaginário social está articulada a perspectivas científicas ocidentais e se poderia dizer também que à igreja europeia que condenada a sexualidade⁴⁵ (BENTO, 2002, p. 7), patologizando, posteriormente, as identidades de gênero não cisgêneras (referência ao ‘Transtorno de Identidade de Gênero’ (TIG), presente no DSM III, e, atualmente ‘Incongruência de Gênero’ presente no CID 11), e não reconhecendo, nem pela lei nem pelo discurso científico, “a possibilidade de que um corpo possa ser inscrito na sociedade dos humanos sem aceitar a diferença sexual” (PRECIADO, 2020, p. 13).

A igreja tentou compartilhar com as populações seus temores, intrometendo-se na vida cotidiana da civilização ocidental [...]. Não só a igreja mas também o Estado (estritamente ligado a ela) reagiram, num período de perigo, contra uma civilização rural e pagã, qualificada de satânica. As mulheres eram satanizadas, e a caça as bruxas é um exemplo

⁴⁵Neste trecho a autora Bento (2002), referencia Frantz Fanon (1980) para trazer a reflexão sobre a projeção direcionada “ao negro e as mulheres” em decorrência de uma negação da sexualidade pelo europeu, por esta ser condenada pela igreja européia, o que provocou diversos processos de genocídios ao longo dos séculos (BENTO, 2020, p. 7) e que se mantem até hoje.

acabado desse processo; os negros, os judeus, os mendingos, todos eram mensageiros de Satã, e podiam ser violentados, queimados, etc. (BENTO, 2002, p. 9)

A crítica aos manuais diagnósticos ocidentais faz-se relevante nesse sentido, principalmente pela instituição de diagnósticos propriamente dito relacionados a relacionalidades que se expressam a partir de identidades de gênero não cisgêneras e também à negritude.

O que é preciso defender é o direito de todo corpo — independentemente de sua idade, de seus órgãos sexuais ou genitais, de seus fluidos reprodutivos e de seus órgãos gestacionais — à autodeterminação de gênero e sexual. O direito de todo corpo de não ser educado para transformar-se exclusivamente em força de trabalho ou força de reprodução. (PRECIADO, 2020, p.5)

No caso da referência à negritude, refiro-me à história do Brasil e as classificações diagnósticas psicopatologizantes instituídas para classificar comportamentos de resistência frente às violências da escravização, visto que as relações raciais, bem como as de gênero, se misturam na expressão de processos opressivos os quais discurremos a partir de cenas vividas em campo.

Com relação a essa patologização de comportamentos de enfrentamento político da população negra escravizada, podemos articular o que refere a autora Renata Gonçalves (2018), quando escreve que

[...] não estamos diante de um problema do negro, tampouco de um problema de natureza psicológica, mas de relações sociais capitalistas que, por meio da discriminação racista, impõem, em determinados setores da população ex-escravizada, o fardo mais pesado (GORENDER, 1990 *apud* GONÇALVES, 2018, p. 517).

Como menciona a autora, referenciando Clóvis Moura, tais ações patologizadas foram movimentos cruciais para a transformação e a derrubada das instituições escravistas, e que demonstravam notoriamente antes deste ato “um risco à ordem escravocrata, pois colocava em evidência a possibilidade de desenvolvimento de uma estrutura social alternativa” (MOURA, 1988, p. 184 *apud* GONÇALVES, 2018, p. 516)

No período de lutas abolicionistas, as fugas e a constituição dos quilombos contra o trabalho compulsório, transformaram a massa escravizada na “[...] força principal da revolução política antiescravista, na medida em que, sem a

sua ação violenta, seria impossível curvar as classes dominantes escravistas e a burocracia imperial; vale dizer, seria impossível destruir o conjunto das instituições escravistas”. (SAES, 2001, p. 30, grifo do autor, *apud* GONÇALVES, 2018, p. 516)

Diante disso, por esta via de articulação entre as relações raciais contemporâneas (e seus entrecruzamentos com gênero) a partir de recuperações acerca da formação do Brasil em que “o africano escravizado e seus descendentes foram sujeitos ativos” (FARIAS, 2019, p. 74), seguimos com outras cenas que darão corpo à estas articulações que partem da realidade social brasileira e que possuem fundamentação suficiente para as desconstrução significativas à leituras analíticas que desmontem os estereótipos e impulsionem de fato práticas antirracistas.

4.2.1. Na cena do banco

Em meados de maio de 2018 fomos ao banco, pois Catarina precisava abrir sua primeira conta bancária:

Um acompanhamento ao banco para abertura de sua primeira conta bancária expressa um tanto da presença da transfobia em sua dimensão institucional. Houve um momento em que eu fiz uma intervenção verbal me dirigindo ao gerente do banco corrigindo o pronome utilizado por ele, tal qual do gênero masculino, ao referir-se a ela. Fiz a correção após perceber que ela o ouviu mas não o corrigiu. Neste caso, a intervenção assumiu além do caráter profissional, um outro caráter aparentemente pessoal, por simbolicamente representar algum tipo de proteção da pessoa enquanto cuidadora, amiga, mãe, “mãe suficientemente boa” talvez, neste caso relacionado à garantia de ser chamada e respeitada pelo pronome adequado à identidade de gênero. No fim do acompanhamento, durante o percurso de retorno ao acolhimento ela relata ter achado importante a intervenção corrigindo o funcionário do banco e diz entender o ocorrido como uma possibilidade e uma forma dela “aprender”, para poder fazer depois sozinha. (Trecho de Trabalho de Sistematização - Setembro de 2018).

Desta cena, derivam-se três análises: uma sobre as auto reflexões acerca da intervenção e seus limites éticos em conflito com a intenção de promover o empréstimo do poder contratual; por exemplo: como se dão os limites éticos/profissionais em ato, face às situações de transfobia?

E com isso, embarcamos um tanto nas reflexões sobre os limites e os fios que o instituem, discutido no Eixo 3: “Caminhando pelo fio da navalha”, e sobre a provocação feita por Jaqueline Gomes de Jesus, mencionada no subitem 1.5 “Recepções e relações”.

Quanto a outra deriva reflexiva a partir da cena, é possível pensar no entrecruzamento de “funções” do acompanhamento no que se refere ao seu caráter também socioeducativo e clínico, pelo nosso diálogo sobre o ato de empréstimo do poder contratual, e pelo fato de que o “acompanhar” (na clínica e na expressão do acompanhamento terapêutico) diz sobre o “sentido de colocar-se ao lado. Partir em caminhada ao lado do que surge enquanto outro, novo, desconhecido [...]” (ARAÚJO, 2007, p. 138).

Pode-se dizer, de forma bem sucinta, que o acolhimento dialogado seria uma técnica de conversa de apoio ao processo de conhecimento das necessidades, fundada em certas disposições ético-cognitivas: - o reconhecimento do outro como legítimo outro; - o reconhecimento de cada um como insuficiente;- o reconhecimento de que o sentido de uma situação é fabricada pelo conjunto de saberes presentes [...] (TEIXEIRA *apud* ARAÚJO, 2013, p. 137)

A dialética desse processo que ocorreu em contínuas trocas, se plasma também (no sentido de ter a pessoa aprendiz), em outros momentos⁴⁶ como por exemplo, quando em uma tarde, retornando de um dos encontros do grupo “Piriripatéticos” sofremos um assédio⁴⁷, e ela assumiu as rédeas do acompanhamento, me orientando a partir de suas experiências e ao perceber meu desconforto e desajeito com a cena, sobre outros jeitos de lidar com o ocorrido de modo que me realocasse ao meu eixo e não tomasse medidas que nos gerasse riscos.

⁴⁶Na verdade considero que todos os momentos tiveram o cunho socioeducativo para ambas, entretanto, indico a cena em questão para dizer sobre uma situação em que isto ficou explícito.

⁴⁷ Alguns homens passaram de carro e, para além dos olhares intimidadores direcionados à nós, proferiram algumas frases desnecessárias.

4.2.2. Lidando com o novo: “Na dúvida melhor evitar”

Em Agosto de 2018, por determinação hierárquica e unilateral por parte da Assistência, os acompanhamentos diurnos a serviços de saúde e demais serviços públicos foram orientados a não mais ocorrer.

A justificativa era a de que, para além de haver perigos eminentes relacionados a minha atuação pela rua em posição de estagiária⁴⁸ (o que até então não havia ocorrido, até onde sei, nas práticas de estágio socioassistenciais do município), era possível, em hipótese, que os acompanhamentos estariam “facilitando” a sua não responsabilização pelos seus atos.

Produzi, então, em Setembro de 2018, um documento que trouxe como questão central a argumentação para continuidade da prática, de modo que o desacompanhamento acontecesse de forma gradual, e, visto que inclusive, apesar das colocações para a supressão de alguns acompanhamentos em prol de minha segurança e da assunção de responsabilidade pela Catarina, alguns combinados feitos no início do processo não haviam ainda sido realizados.

A proposta interventiva para continuidade dos processos de cuidado com Catarina, em conformidade com as decisões tiradas em equipe acerca da finalização dos acompanhamentos diurnos ligados ao acesso à serviços de saúde, parte da premissa de que se faz fundamental o processo gradual de descontinuidade dos acompanhamentos. Com isso propõe-se acompanhamentos diurnos pontuais combinados anteriormente, como o AT à Junta de Serviço Militar, ao Cartório eleitoral para realização do título de eleitor e ao Cartório de registro para mudança oficial do nome de registro para o nome social (acompanhamentos combinados no início do processo de vinculação pelo desejo de mudança do nome em registro oficial) e a continuidade dos acompanhamentos ao Ambulatório de assistência a pessoa trans, trabalhando durante os acompanhamentos as questões relacionadas ao desacompanhamento e produzindo tal processo, também de forma cuidadosa e gradual, respeitando o tempo não cronológico dos processos psicológicos da pessoa aos quais a acompanhante terapêutica atravessa de certo modo, e que também de certo deve ser e é atravessada. (Trecho de Trabalho de Sistematização - Setembro de 2018)

⁴⁸ Houve uma situação emblemática que em decorrência de riscos relacionados a violência territorial desencadeada a partir de conflitos interpessoais, Catarina “dá uma corridinha” durante um acompanhamento a fim de não ser vista por uma potencial agressora. Eu na situação “acelero meu passo” e passamos despercebidas. Ao relatar a situação para a supervisora de campo e coordenadora do Acolhimento percebo que o único retorno obtido foi relacionado ao medo do perigo. Foi notável naquele momento, e neste de reflexão, que a prática gerou não só para mim diversos desafios, medos e angústias em seu manejo. Foi um processo bastante desafiador a todes profissionais que me acompanharam, independentemente da forma.

Eu, e nós, não havíamos ainda compreendido que, como refere a autora Viviane Gorgatti (2017), os riscos e as incertezas estão na estrada, são parte da experiência, e podem nos dar pistas pro percurso de acompanhamento ao invés de argumentações para sua supressão.

Bondía (2002) ao apresentar um resgate etimológico da palavra experiência, buscando no latim, no grego e nas línguas germânicas suas origens, constatou que, em diferentes culturas, tanto no radical da palavra, como nas suas derivações prefixais, estavam contidas a dimensão de travessia e de perigo no conceito de experiência. Assim, o risco e a incerteza foram dando pistas para o nosso trabalho. (GORGATTI, 2017, p. 25).

4.3. O gênero em família

Uma das questões, tema de muitos de nossos diálogos, estava relacionada às motivações da violência intrafamiliar. Catarina estava em situação de institucionalização, residindo no Acolhimento Institucional, por conta dessa violência que chegou até seu corpo físico. A pessoa autora das agressões justificava seus atos com algumas argumentações que embora não tenham sido verbalizadas - no que se refere à dificuldade na aceitação quanto à identidade de gênero não cisgênera, ainda borrada em sua percepção com a orientação sexual homossexual, se aproxima de argumentações mencionadas a seguir por Paul Preciado (2020), presentes nos relatos de seu pai.

Na intimidade do espaço doméstico, meu pai lançava mão de um silogismo que invocava a natureza, a lei moral e acabava justificando a exclusão, a violência e até a morte dos homossexuais, travestis e transexuais. Começava com “um homem tem de ser homem, e uma mulher, mulher, é a vontade de deus”, continuava com “o natural é a união de um homem e uma mulher, por isso os homossexuais são estéreis”, até chegar à implacável conclusão: “Se tiver um filho bicha, eu mato”. E esse filho era eu. (PRECIADO, 2020, p.3)

Catarina refere que seu processo de transição, bem como os de violência no seio familiar, se deram inicialmente pela percepção de sua não-heterossexualidade. Não havia, por parte da pessoa agressora, a percepção de que suas atitudes promoviam e incentivavam as práticas relacionadas à prostituição compulsória e ao uso de substâncias psicoativas, e a violência, era então justificada por essas práticas, mascaradas como forma de cuidado por uma verbalização que dizia sobre uma não-aceitação aos comportamentos que considerava “errados” e depreciativos à própria

pessoa e à família, distanciando-se do papel de pessoa que, como o pai de Paul Preciado, (2020), em sua posição havia sido “reduzido à função de representante repressivo da lei de gênero”.

Refletindo sobre a agressão física como forma de punição, de castigo físico à mulher, é possível articular tal ação com a história de racismo e sexismo (GONZALEZ, 1984) na constituição social brasileira. Atos realizados pela percepção do que seria correto enquanto existência, possuem bases morais conservadoras, patriarcais e colonialistas. “A família patriarcal realiza o papel ideológico na difusão do conservadorismo” (CISNE, 2013, p. 21).

As existências que tensionam as normatividades se deparam com o conservadorismo da família patriarcal a partir de muitas flechas vindas de muitos lugares, estruturais, institucionais e interpessoais, e, foi possível notar que algumas práticas institucionais também realizam este papel ideológico. A partir de uma análise que parte de perspectivas inclusivas nas discussões acerca do agravamento da vulnerabilidade à saúde a cada entrecruzamento de marcador social da diferença, é possível associar a raiz de seu sofrimento à dimensões estruturais, compreendendo-o como sociopolítico.

Com relação a população negra, por exemplo, a autora Lélia Gonzalez (1979c), já alerta sobre o impacto do racismo e do sexismo nos processos de adoecimento psíquico, a partir, também, das consequências materiais dessas estruturas de opressão na organização espacial societária. A autora indica a importância destes desmascaramentos, que precisam ocorrer para modificações dos lugares instituídos à população negra e às mulheres negras, pela sua discussão mais específica dos lugares ocupados por elas no Brasil, neste texto:

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existente no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados (GONZALEZ, 1979c *apud* PRIMAVERA PARA AS ROSAS NEGRAS, 2018, p. 201).

O adoecimento psíquico é entendido nesse sentido como decorrente de diversas violências sofridas, sejam elas as que partem de pessoas, instituições, ou/e de todo um

conjunto de situações forjadas socialmente. “São as campanhas pela morte em nome da proteção da vida” (PRECIADO, 2020, p. 3).

Sobre essa máscara do cuidado na violência em nome da proteção da vida, é possível pensá-las em outra configuração, talvez que se dá de forma mais camuflada, em espaços institucionais, visto que, inevitavelmente, quem conduz os espaços institucionais, serviços e políticas públicas também é atravessado pelas ideologias hegemônicas.

Concomitantemente a este desmascaramento, é preciso que haja uma soma de forças para a desnaturalização desses lugares, tanto direcionados à população negra quanto à população trans. O pertencimento étnico-racial e as consequências psicossociais deste pertencimento são anteriores às consequências da transição de gênero ou do processo de mudança relacionado à identidade de gênero. Ambos se entrecruzam na infância, adolescência, e na vida adulta e se apresentam enquanto componentes que agravam os acessos aos direitos e à violência pela presença do racismo e transfobia no Brasil, o país que assassina um jovem negro a cada 23 minutos⁴⁹ e que mais mata mulheres trans no mundo (ANTRA, 2020).

A autora prossegue abordando um tanto da dimensão material influenciada pela colonização:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc, até a polícia formalmente construída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados, e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério têm sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. (GONZALEZ, 1979c *apud* PRIMAVERA PARA AS ROSAS NEGRAS, 2018, p. 201)

Empresto a reflexão da autora para pensarmos o lugar simbólico que o lugar material propicia, e o lugar físico nas ruas e avenidas ocupado pelas mulheres trans face

⁴⁹ Segundo dados da ONU disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/23-mil-jovens-negros-assassinados-por-ano-e-um-escandalo-diz-nadine-gasman-representante-da-onu-mulheres/>

aos dados estatísticos que indicam que 90% delas ocupam os lugares na condução de trabalhos relacionados ao sexo (enquanto profissionais do sexo), e, na prostituição compulsória (quando é o caso).

[...] de acordo com o levantamento da ANTRA, o Brasil segue como um dos que mais assassina Travestis e Transexuais, geralmente negras e na rua. Visto que é na rua onde muitas conseguem seu sustento através de trabalhos informais ou mesmo da prostituição que ainda é exercida por 90% de nossa população como única fonte de renda. Ficando extremamente expostas a violações de direitos básicos e a violência. (ANTRA, 2018⁵⁰).

Lélia Gonzalez (1979), reflete sobre a condição das mulheres negras, que no contexto do carnaval são vistas como “Cinderela do asfalto”, segundo ela, pela sua perda de anonimato naquele momento de máxima exaltação. Com relação às mulheres trans, e as “Cinderelas do asfalto” e das avenidas, é pelas ruas a noite em que ali também perdem o “anonimato”.

[...] constatamos que o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama. E, pelo visto, não é por acaso que, no Aurélio, a outra função da mucana está entre parênteses. Deve ser ocultada, recalcada, tirada de cena. Mas isso não significa que não esteja aí, com sua malemolência perturbadora. E o momento privilegiado, em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata nesse entre parênteses que é o carnaval”. (GONZALEZ, 1979, *apud* PRIMAVERA PARA AS ROSAS NEGRAS, 2018, p.198)

Fazendo este paralelo entre as mulheres que são vistas como Cinderelas dos asfaltos, ruas e encruzilhadas noturnas das cidades, ali, as mulheres trans também são adoradas e desejadas “pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la” (GONZALEZ, 1979, *apud* PRIMAVERA PARA AS ROSAS NEGRAS, 2018, p. 196). As sereias do asfalto, rainhas do luar, como diz Linn da Quebrada em sua música “Serei A”.

⁵⁰ NOTA PUBLICA da ANTRA em apoio a CASANEM e contra o processo de desocupação da mesma. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/07/nota-publica-da-antra-apoio-a-casanem.pdf>

4.4. Da Catraia ao Sesc: Olhando pra branquitude e pra nossa relação inter-racial

Este subcapítulo busca voltar os olhares para a interferência do racismo em nossa relação inter-racial e, aos processos de auto percepção relacionados aos nossos corpos, cores e características fenotípicas que dizem sobre o pertencimento racial. As cenas abaixo dizem respeito a momentos em que a racialidade branca foi evidenciada - esteve em foco -, apontando para algumas diferenciações (privilégios em sua dimensão simbólica) de ser branca/o no Brasil.

Vamos por baixo de Santos, atravessando o canal e avenidas por baixo, pelas águas salgadas do mar, até que se chega em alto mar, passando ao lado dos navios, dentro daquele barquinho. Antes de chegar em alto mar, o ator que a havia feito lembrar de seu irmão começa a dobrar uma lata e “preparar” um cachimbo para uso de crack. Ela diz saber o que ele estava fazendo por já ter feito muito. Ele, num momento anterior a este, havia dito à mim olhando para nós duas: “Por causa dessa cara branquinha, se acha melhor que nós, mais limpinha”. Catarina no caminho de retorno ao acolhimento relatou em dois momentos diferentes estar pensando sobre o que o autor havia me falado (acerca da crítica à branquitude utilizando-me como exemplo, trazendo a tona aquilo que é presente à branquitude referente às alienações de superioridade decorrente do racismo - racialização de supremacia branca). (Trecho do diário de campo: “Um acompanhamento peripatético à peça Zona!” - São Vicente/Santos, 31 de Agosto/01 de Setembro, de 2018).



Nessa cena descrita no mar as atrizes e os atores navegavam junto com o público, separados, público e atores, entre algumas barquinhas. Como na foto ao lado.

Pelas reflexões posteriores a esta cena e, sobre ela, terem sido incitadas por Catarina, podemos refletir acerca de dois aspectos: um relativo (novamente) à captação dos mecanismos de opressão e desumanização que impactam sobre si, desnaturalizando construções sociais (o que “exuzilha” o consciente e abre espaço para novas possibilidades de ação), e o outro, relacionado

à invisibilidade instituída acerca da percepção dos privilégios de ser branco pela própria

população branca, gerada, segundo Edith Piza⁵¹ (1998, *apud* BENTO, 2002, p.16) e as palavras de uma de suas entrevistas, pelo fato de que o pertencimento racial branco confere a possibilidade de uma não reflexão e auto análise acerca de si na implicação do racismo: “ser branco é não ter de pensar sobre isso o significado de ser branco é a possibilidade de escolher entre revelar ou ignorar a própria branquitude⁵²...” (BENTO, 2002, p.16).

Essa não-observação gera uma invisibilização do racismo, no sentido de que a discriminação racial “não é notada” e surge, com isso, um desconforto ao falar sobre a temática: “os brancos se sentem desconfortáveis quando têm de abordar assuntos raciais” (BENTO, 2002, p. 16).

Nesse sentido, visto que, para nós, brancos, esta percepção quanto aos impactos da branquitude e da escravidão é evitada pelo desconforto⁵³, fica comprometida a leitura das relações inter-raciais e do impacto desta não-percepção nela, visto que, segundo a autora, ser branco, é “existir violentamente”. Cabe, com isso, à nós pessoas brancas, buscar os caminhos do processo de auto percepção e de conscientização a partir de uma descolonização do pensamento, na (re)construção de uma possível existência não-racista, que segundo a autora Janet Helms (1990, p. 3 *apud* BENTO, 2002, p. 17) pode “ser alcançada se a pessoa aceitar sua própria branquitude, e as implicações culturais, políticas, socioeconômicas de ser branca, definindo uma visão do eu como um ser racial”. A autora Janet Helms (1990), segundo Bento (2002, p. 17), identifica ainda seis estágios relativos a este processo, presentes “no seu modelo de desenvolvimento da identidade racial branca: contato, desintegração, reintegração, falsa independência, imersão/emersão e autonomia”.

⁵¹ “[...] uma das raras estudiosas brancas brasileiras que se dedicou ao estudo dos brancos” (BENTO, 2002, p. 16).

⁵² “Embora a definição de branquitude seja alvo de disputas, há pelo menos um ponto consensual relativo à sua origem sociohistórica: assim como as demais identidades raciais, esta é considerada um produto da dominação colonial europeia e, portanto, estaria intimamente relacionada à supremacia branca global, sendo impossível conceituá-la sem atentar para as relações de poder que lhe deram origem, o que sugere uma primeira assimetria que impede que se tracem paralelos entre a branquitude e as demais identidades raciais construídas em resposta ou, se preferível, resistência a esta, como a negritude, por exemplo (FRANKENBERG, 1993; HARRIS, 1993; STEYN, 2004 *apud* ALVES, 2012, p. 30)

⁵³ Maria Aparecida Silva Bento (2020, p. 19) refere que “é compreensível o silêncio e o medo” que atravessam esse desconforto e essa evitação quanto à identificação de pertencimento ao grupo racial branco, uma vez que “a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucionalizada de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país”. E aponta ainda ao fato desta herança gritar “na subjetividade contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade”.

Partir desta percepção acerca do pertencimento racial pode produzir atuações mais adequadas ético-politicamente falando e não-violentas em um processo de acompanhamento inter-racial e, ainda, entender o racismo como um problema coletivo que deveria, inclusive, ser maior responsabilizado pela população branca, visto ser dela (nossa) a sua instituição.

A cena da catraia faz menção a um privilégio⁵⁴ simbólico das pessoas brancas, herança que é silenciada porém gritante na subjetividade desta população a qual faço parte (BENTO, 2002, p. 19), e que aborda, justamente, o estereótipo inserido pela branquitude à pessoa branca e a negra, construídos em prol também do embranquecimento da população branca que a associa ao que é “é o ideal, a norma, o valor, por excelência” (RAMOS, 1957, p. 150 *apud* SCHUCMAN, 2012, p. 22) o “limpo”.

Outra herança da escravização é o conjunto de atributos destinado ao negro, que permanece vivo e atuante no inconsciente coletivo. A sua exclusão do processo produtivo, após a abolição, promoveu uma situação social na qual foram reforçados estigmas e estereótipos tais como: “incompetentes, preguiçosos e indolentes, malandros, sujos, marginais...”. Essas representações, mediadoras das relações interétnicoraciais, mantêm e reproduzem o racismo. (SILVA, 2008, p. 9)

O sociólogo citado, Alberto Guerreiro Ramos (1957 *apud* SCHUCMAN, 2012, p. 21) auxilia na compreensão, a partir do artigo publicado intitulado “A patologia social do ‘branco’ brasileiro”, em que aponta para o fato de que por conta do racismo e “ideal de beleza e estética brancas, a população brasileira produziu significados positivos à branquitude, em contrapartida a significados negativos estéticos e culturais relacionados aos negros”.

Chegamos no Sesc e fomos observando a exposição de arte barroca reformulada por artistas afrodescentes, e em um momento da exposição enquanto olhávamos alguns objetos do Maracatu e eu comentava algumas coisas sobre a história de resistência da população negra no Brasil a partir das músicas, da religiosidade e da histórica e intencional associação de aspectos

⁵⁴Quanto a noção de privilégio a autora Bento, 2002, afirma que as pessoas brancas quando defrontadas com tal questão, transforma-a com rapidez “num discurso de mérito e competência que justifica uma situação privilegiada concreta e simbólica” (BENTO, 2002, p.20), e, ainda tendem a culpabilizar a pessoa negra de forma individualizante pelo lugar social ocupado quando deparam-se com informações acerca das desigualdades raciais.

negativos à negritude, ela me pergunta se eu achava que ela era negra. Eu respondo que achava que sim, colocando minha opinião pessoal, e pergunto se ela não se considerava. Deveria ali ter repensado antes de responder, não expondo minha opinião, pensando que a identificação de cor e raça/etnia é uma auto-identificação e que as opiniões que eu expresse e que perpassam o meu julgamento pessoal não seriam interessantes de serem convocadas pois não auxiliam, ou pouco auxiliariam, no seu processo de auto-identificação. Imaginei que meu comentário pudesse ter prejudicado seu processo de identificação por não respeitar seu tempo de reflexão e nem sua própria conclusão. Imagino que esse tipo de acompanhamento e processo de cuidado que construo junto com ela possa contribuir com processo de identificação, desde que as respostas para suas perguntas partam de si mesma, e não que cheguem a partir das minha percepção. Ela diz que achava que só era ‘considerado negro’, as pessoas com tom de pele mais escuro, justificando seu olhar e percepção diferente do meu sobre ela. (Diário de campo escrito em 26 de abril de 2018)

Desta cena derivam-se duas questões: uma acerca das reflexões relacionadas à minha própria intervenção. Uma vez que compreendi que ali houve um atropelamento ao seu movimento pessoal e subjetivo de classificação racial. Tal autocrítica parece pertinente, visto, que de fato, é interessante que as respostas da pessoa acompanhada partam dela mesma, e que a pessoa “acompanhante”, possa sustentar os processos de conscientização que a levarão a este lugar para captação gradual dos “mecanismos que a oprimem e desumanizam [...]” (BARÓ, 1997, p. 16). Isto ocorre a partir da devolução da “palavra” à pessoa, o que permitirá desnaturalizações, abertura de “horizonte para novas possibilidades de ação” (BARÓ, 1997, p.16) e o desenvolvimento de afirmação quanto a sua identidade pessoal, social e, incluiria também racial e de gênero (pensando classificação/identificação etnico racial e/ou de gênero).

A outra questão está associada ao impacto da ideologia do branqueamento sobre a personalidade e subjetividade da pessoa negra, que, como aponta Neuza Souza (1983), age na coerção do desejo, de modo que a pessoa negra tenha ações e percepções em prol da “construção de uma identidade branca” (SANTOS, 1983 apud BENTO, 2002, p. 7). Souza (1983 apud Bento, 2002, p. 27) “é enfática em salientar, em seu estudo, o sofrimento do negro nessa questão de branqueamento, entendida por ela como inevitável no processo de ascensão”.

4.5.Na cena da UBS: Sobre olhares para autoidentificação

O relato de uma conversa ocorrida enquanto aguardávamos um atendimento em uma Unidade Básica de Saúde – UBS traz para cena momentos de reflexão e de tensionamentos às formações construídas socialmente que pairam no imaginário social acerca da transexualidade e travestilidade.

[...] Enquanto aguardávamos conversamos também sobre identidades de gênero e o disparador desse assunto foi o cartaz falando do direito ao uso do nome social para travestis e transexuais nos serviços de saúde. Ela diz que se considerava travesti por não estar ainda no processo de tratamento hormonal [...]. Diz que algumas pessoas que ela teve contato sempre enfatizaram que a pessoa ‘só poderia ser trans’ se tivesse, por exemplo, o cabelo grande ou alguma característica estereotipada que remetesse o gênero feminino. Trago vários elementos para pensar essa questão enfatizando que não eram as características físicas nem de aparência que “classificavam” as pessoas em alguma identidade de gênero, mas que dependia apenas da identificação pessoal. (Diário de campo escrito em 14 de Junho de 2018).

Adentramos na questão da autoidentificação e dos termos e nomes utilizados naquele momento, e podemos tomar esse diálogo como exemplo para pensar os impactos de intervenções voltadas às mulheres trans (como o cartaz sobre o nome social) como aspecto gatilho e participante dos olhares para si e identificações sobre si. Outra questão a partir desta cena está relacionada às reflexões que surgem de tais intervenções também, como momentos que, por nos fazer questionar as normatividades construídas pelo binarismo de gênero, no plano de nossas ideias, acabam por tensioná-las.

Compreendo que essa experiência (no âmbito formativo), junto ao conhecimento das produções e vivências e resistência das pessoas trans por si só, entre outras essenciais e necessárias iniciativas socioeducacionais e governamentais relacionadas a essa questão tem potencial para desatar alguns nós e vão ainda que muito sutilmente:

[...] desfazendo a noção de um sujeito que sucumbe simples e definitivamente às definições de um suposto ‘eu’ substancializado e coerente de gênero, expondo atravessamentos de forças que ordenam a compreensão em um conjunto mais estratificado, e fluxos que oportunizam novas singularizações, explicitando tanto os limites dos termos utilizados, mas também a sua força enquanto normatividade. Sendo assim, cabe-nos olhar para as forças que, de um lado, tendem a fixar a diferença - produzindo subalternidades -, e, de outro, para os processos que atuam desestabilizando-as pela subversão (BUTLER, 2003; SILVA, 2014 *apud* PONTES; GONÇALVES, 2018).

A autora Keila Simpson, (2015), no livro ‘Transexualidade e travestilidade na Saúde’⁵⁵ refere que as travestis são transgressoras do padrão que determina o conviver apenas numa lógica binária (apenas em dois gêneros), e o quanto, por essa transgressão, são alvos de muitas violências e discriminações. Também por isso, segundo ela, ‘os termos travestis e transexuais eram tidos como pejorativos e marginais’ (SIMPSON, 2015, p.10), e, nesse sentido, fazia-se imprescindível para o movimento organizado “tirar o estigma”, ressignificando os termos e afirmando seus lados positivos. A autora refere que quanto aos termos “travestilidade e transexualidade foram criados e introjetados pelo movimento social organizado para dizer que a questão dessa população é uma questão de identidade e de modo de viver” (SIMPSON, 2015, p.11).

Nesse sentido, é possível pensar que há potencialidade nessa conjunção de passos e existências que enfrentam a lógica binária impositiva às experiências generificadas, pois, parecem ir – essas conjunções que buscam promover enfrentamentos –, interferindo nesses significados estigmatizados relacionados a transexualidade, transgeneridade e travestilidade. Deve ser levado em conta o lugar que se ocupa e por isso, as possibilidades provindas dele (por vezes aumentadas como no caso das pessoas que se identificam como cisgêneras pela não violência direcionada) para as transgressões em ato e o enfrentamento destas lógicas opressivas.

Com relação a discussão acerca da identidade de gênero, Catarina antes de dizer sobre como se identificava havia me lançado uma pergunta quase que exatamente com essas palavras: “Qual a diferença entre mulher trans e travesti?”. Eu respondi que poderíamos pensar juntas uma resposta para essa pergunta e na sequência ela diz que se identificava como travesti e sua fala segue conforme a descrição na citação “*só poderia ser trans’ se tivesse, por exemplo, o cabelo grande*”.

Pesquisas têm procurado refletir acerca da questão que Catarina trouxera, apontando a fragilidade desta suposta linearidade produzida a partir da cisnormatividade como referência e relacionadas às formas de estar e existir, viver, aparecer, bem como se vestir.

As intervenções externas e internas aos corpos tensionam de certa forma a cisnormatividade, as normatividades e os contornos corporais já instituídos de representação de gênero. Segundo a autora Júlia Clara de Pontes et al (2018), “as

⁵⁵ Publicado pelo Ministério da Saúde em 2015.

corporalidades que escapam pela descontinuidade tendem a tornar-se abjetas [...]” e as suas maleabilidades relacionadas a passabilidade, objetivamente incide na proteção e longevidade, visto que se configuram como “estratégia de segurança frente a situações de violação”, ao mesmo tempo que ela se situa “como imposição e exigência normativa no registro cisgênero” (PONTES; GONÇALVES, 2018, p. 410). Pontes et al. acrescenta ainda que “o espaço de circulação público parece relevante para a compreensão da experiência da passabilidade, ressaltando que a circulação urbana é regulada por eixos de diferenciação que têm nas normas de gênero um dos seus marcos” (PONTES; GONÇALVES, 2018, p. 405).

Conversa no ônibus: Ida ao Sesc Santos

No dia anterior havíamos conversado sobre os efeitos colaterais da dosagem superior ao indicado do medicamento anticoncepcional ciclo 21, ingerido na segunda feira de uma vez só. Ela contou que tomou todos os remédios da cartela de uma vez, porque haviam falado que tomar mais aceleraria o processo. Ela não sabia exatamente o que era o remédio e para que servia. Gostaria de acelerar o processo de transição hormonal, queria que fosse logo, conforme relatava, que não tinha paciência de esperar mas que também, ao mesmo tempo, não sabia porque tinha tomado todos de uma vez. Na terça feira ela aplica sozinha a injeção anticoncepcional. Conta que se machucou e que achava não ter aplicado direito pois sentiu muita dor.”

(No calçadão da praia): Chegando na praia falamos um pouco mais sobre a questão dos hormônios, qual a relação com o organismo e que o tratamento hormonal era contínuo, que aumentar a dose não aceleraria os resultados mas só trazia efeitos colaterais. Ela fala de separarmos algum dia pra irmos no clínico geral pra falar sobre a questão com os remédios e fazer alguns exames de rotina que fazia tempo que não fazia. Em outro momento no acolhimento nos organizamos para ler juntas a bula do medicamento.

(Diário de campo escrito em 24 de abril de 2018)

A temática da autoprescrição hormonal surge no início do processo, e nesse ponto, podemos compreendê-la, a partir dos aportes teóricos mencionados, como estratégia ante tais interpelações que, ao incidir sobre ela, engendram “um anseio ávido diante da urgência em assegurar alguma legitimidade pela via do corpo”. (PONTES; GONÇALVES, 2018, p.403).

Paul Preciado, 2020, em sua narrativa refere que:

[...] Não pedi testosterona às instituições médicas como terapia hormonal para tratar uma “disforia de gênero”. Eu quis funcionar com a testosterona [...] multiplicar meus rostos metamorfoseando minha subjetividade [...] (PRECIADO, 2020, p.15).

A partir desta e da narrativa de Catarina, pode-se apontar para algumas passagens dos desdobramentos singulares destas experiências frente as biotecnologias que dão maleabilidade aos contornos corporais, e, também, que ambas podem sugerir possíveis motivos pelos quais foram as pessoas “xamãs” da construção de suas subjetividades e corporalidades na relação com a biotecnologia de cunho hormonal (*Ibidem*).

EIXO 5:

DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA:

A práxis na encruzilhada das escolhas teórico-metodológicas

5.1 Potencialidades da experiência na centralidade

Chegamos na UBS, mas ainda faltava mais de 1 hora para dar o horário que iniciavam o teste rápido. Enquanto aguardávamos, mostrei um vídeo sobre racismo institucional e sua expressão em crianças, pois no dia anterior, havíamos ido ao CAPS Ad, e enquanto aguardávamos a consulta ela contou sobre algumas situações que sofreu preconceito no acolhimento. Ela não deu esse significado, só foi contando as situações expondo sua indignação, revolta, tristeza, e sua percepção da injustiça de tais acontecimentos. Ela me dizia que sempre tratava todos muito bem, que não entendia porque aquilo acontecia porque as pessoas faziam isso com ela. Aquilo me doeu muito, pois eu sabia o porquê... E é muita injustiça mesmo! Achei que não fazia sentido dizer ali naquele momento que era por uma questão de transfobia, racismo, machismo, marginalização, exclusão social, etc. E então só a escutei. Depois dessa fala ela mudou rapidamente de assunto e eu não voltei nisso, precisava absorver aquilo e pensar, e o vídeo me auxiliou nesse sentido para retornar a essa conversa. (Diário de campo escrito em 14 de Junho de 2018).

Esta cena explícita, de certa forma, o que cita a autora Renata Gonçalves (2018, p. 520), sobre a naturalização da discriminação racial (bem como provavelmente também da discriminação de gênero, tendo em vista a falta de aprofundamento desta outra questão durante a graduação).

Abaixo trago outra cena em que a experiência traz aspectos que refazem meus fazeres, nesta porém relacionados às questões que envolvem a vivência de pessoas trans, discussão ainda insuficiente na formação em psicologia.

No dia 04 de Outubro no Camará, depois dela compartilhar o momento mais marcante pra ela do atendimento no Ambulatório Trans, compartilho uma reflexão sobre um termo que utilizei lá durante o atendimento conjunto (nomeado de acolhimento), pra saber o que ela havia achado. Durante uma de minhas falas me refiro ao seu processo de transição de gênero, utilizando a palavra “transformação”. Naquele momento poderia ter aproveitado a presença dela para consultá-la se aquele era um termo que se aproxima a

alguma palavra que diria sobre o processo dela, para ela, mas não o fiz. Catarina então coloca que realmente não achou o termo adequado, diz até que foi ‘ridículo’ a utilização do termo pois não havia nenhuma “transformação”. Ela diz: “Não fui transformada, eu nasci assim.” Fala sobre ter sido um processo, um “processo de mudança” e não de transformação. Peço desculpas e ela aceita dizendo que tudo bem, enfatizando a fim de me ensinar/explicar que não havia sido transformação mas sim mudança. (Diário de campo escrito em 02 de Outubro de 2018)

Nesse sentido, aponta-se para a importância de outras análises desta ordem, bem como da inclusão destas perspectivas aos processos formativos para que as práticas institucionais posteriores, possam, além de não naturalizar tais discriminações, serem também fagulhas importantes às lutas contra as opressões estruturais.

Nem mesmo o sagrado manto do mito da democracia racial consegue camuflar o escancarado racismo. Entranhado nas relações sociais, inclusive como arma ideológica de dominação (MOURA, 2014a), este não poderia ser estranho ao (nem estranhado pelo) Serviço Social nem ontem e nem hoje. As práticas institucionais [...] [referência à Márcia Campos Eurico (2013, p. 307)] naturalizam a discriminação racial que chega naturalizada até o(a) profissional (GONÇALVES, 2018, p. 520).

Quanto a esta última citação, procuro apontar à psicologia (apesar do direcionamento da autora ser o Serviço Social), o aprofundamento necessário à articulação destes nós na prática a partir das realidades e das leituras raciais-sociais das realidades. Empresto sua colocação por acreditar que ela se aplica de forma adequada à área visto que, inclusive, nos espaços socioassistenciais (campo da experiência objeto de análise) tais profissionais trabalham juntas. O apelo é para que os olhares sobre trajetórias e subjetividades individuais e coletivas, bem como alguns entraves práticos, sejam vistos por uma lente sócio histórica que inclua as questões raciais e de gênero, visto que, como menciona a autora “a questão racial é, insistimos, o nó da questão social, e ganha novos contornos nos dias atuais” (GONÇALVES, 2018, p. 519).

Ainda em diálogo com a graduação em Psicologia, especialmente acerca do presente currículo que forma profissionais para o cuidado da população brasileira, parece ser significativo a este processo formativo a inclusão de movimentos teóricos e práticos que problematizem ideologias que construíram e afetaram nossas

subjetividades, a fim de impulsionar processos de desconstruções ideológicas. Deixo portanto esta questão a ser melhor explorada por estudos que se voltem a ela.

Conhecer a sua realidade e, a partir dela, pensar estratégias metodológicas apontou os rumos do processo de cuidado e de construção conjunta. E o que de mais potente há nesta experiência singular é a experimentação do não-saber e da coragem do não-saber para a abertura ao criar junto, pois, foi saindo disto, e só a partir disto, pude me despir dos especialismos que acreditava possuir para, despida e aberta, receber orientações e sinais sobre qual caminho seguir, pensando constantemente que ferramentas escolher para a promoção de um processo de cuidado ético-político e significativo. Significativo associado aqui ao bom, também em referência ao bom encontro, e que seria “aquilo que é experimentado como útil” (PAULA, 2009, p. 64).

Fábio Araújo (2013), discorre sobre a função da clínica, trazendo o acompanhamento terapêutico como a forma da própria clínica, de modo a diferenciá-lo de um simples dispositivo clínico. O situa como o próprio ato de passar, ou de passear, sendo os andares, as ruas e subjetividades, e o acompanhamento disso, uma função de passagem. Nesse sentido, considero a apropriação da realidade da pessoa acompanhada, através do passear consigo, simbolicamente ou fisicamente, como ação principal e inicial a todo processo que deseje promover cuidado, seja ele de modo clínico, de modo psicossocial, de modo institucional, técnico, etc. Arrisco alinhar todo processo de cuidado a uma das funções do acompanhamento situada pelo autor, no que se refere ao objetivo fim mas nem por isso estático, de criação de linhas constituintes que façam dos puros fragmentos que surgem da parceria, novas paisagens, novos horizontes (ARAÚJO, 2013, p. 21).

No debate da construção de uma compreensão de subjetividades a partir de prismas ópticos unilaterais, parece-me válida a provocação com relação à perspectiva diagnóstica dos manuais classificatórios de doenças, no que tange os alguns critérios diagnósticos de “F 20 - esquizofrenia”, no que tange as “alucinações auditivas e verbais” por exemplo, que possuem salvas em contextos religiosos. Não possuo aprofundamento suficiente para mergulhar nas articulações entre as tradições e a contribuição africana, Yourubá, não-branca, com as práticas psicológicas, mas, apesar disso, menciono o autor Abrahão Santos (2019), que trará a memória da resistência negra no Brasil e os valores e saberes dos terreiros de matrizes africanas e afrobrasileiras que se exprimem através

dos acolhimentos, construções e visões acerca da comunidade, ancestralidade, do cuidar, etc., exemplos e práticas, a partir de conhecimentos desses saberes não-ocidentais, que possuem a potencialidade de enegrecer a psicologia, o que abre caminhos às práticas que sejam mais coniventes e assertivas, cuidadosas de fato às pessoas e suas subjetividades que possuem em seus troncos estruturantes outras sinuosidades permeadas de conteúdos diversos.

A centralidade na experiência, foi o caminho que possibilitou a construção de metodologias ou de práticas constantemente revistas, dialogadas, e por tal motivo, foram quiçá mais assertivas, devido a esta construção conjunta com quem está acompanhando. Parece ser uma possibilidade para a atuação em psicologia diante destas lacunas no que se refere aos trabalhos junto às populações que têm seus direitos negados de forma histórica e sistemática.

5.2. Exuzilhando as ocidentais convicções científicas

Na tentativa de contribuir para a subversão de certas perspectivas cristalizadas pelo ocidentalismo, faço aqui uma conjugação de um verbo-neologismo criado por Cidinha da Silva: “Exuzilhar”, na intenção de provocar e cruzar visões acerca da relação da psicologia e das áreas da saúde e Assistência Social com estes grupos populacionais acima mencionados. Espero que esse “exuzilhamento” faça-nos levar em conta, na prática, que estamos trabalhando com outras complexidades socioculturais e políticas, pessoais e relacionais, brasileiras, trans ou não binárias, afrobrasileiras, latino americanas, indígenas, africanas.

A patologia do “branco”, segundo Guerreiro Ramos, seria então “o fato de que o branco brasileiro considera vergonhosas sua ancestralidade e cultura negras, enaltecendo a cultura europeia/branca, da qual não faz inteiramente parte (SCHUCMAN, 2012, p. 21).

As subjetividades associadas a estes grupos são aquelas “criadas para dar conta dos dramas afetivos” que os dispositivos clínicos mais tradicionalistas fizeram emergir (ARAÚJO, 2013, p. 17). São subjetividades permeadas e construídas por concepções outras que possuem raízes nestes outros referenciais também ancestrais, influenciadas,

portanto, não só pela perspectiva ocidental, mas por todas aquelas que estiveram no processo da formação social brasileira.

XI. Reconhecemos a importância da religião, da religiosidade e da espiritualidade na constituição de subjetividades, particularmente num país com as especificidades do Brasil. Neste sentido compreendemos que tanto a religião quanto a psicologia transitam num campo comum, qual seja, o da produção de subjetividades, entendendo ser fundamental o estabelecimento de um diálogo entre esses conhecimentos. (CRP SP, 2014).

A percepção acerca da existência de outras subjetividades, as quais não foram referências para pensar parte das práticas, são aqui emergidas para reflexão. Compreendo que utilizar o termo, que faz referência à Exu ou Èsù e à encruzilhadas, é caminhar por uma estrada que vislumbra e investe em movimentos de desestigmatização e de ressignificação dos significados destas palavras associadas a aspectos pejorativos, negativos (que possui articulação direta com o racismo). Quando faço a conjugação do verbo neologismo, direcionado às questões de gênero, quero nos levar ao tensionamento destes outros significados associados a transexualidade, a travestilidade e às experiências não cisgêneras, que tanto quanto o Exú e o exuzilhamento, implodem visões restritas nos abrindo outros caminhos mais justos e sábios de compreender as realidades, as diversidades existenciais e as diversas possibilidades de relações.

Estes movimentos, bem como os nossos, pelas encruzilhadas das ruas e instituições, complexificam, e, ao mesmo tempo, possuem potencial subversivo (por uma via também subjetiva) acerca de significados/significantes instituídos de forma histórica social cultural e política. E, além disso, estão colocados a fim de naturalizar e positivar as palavras e significantes, para pensarmos e interferirmos nestes outros olhares e subjetividades de quem está alheio à esta discussão e percepção, por estar imbuído e bêbado pelas tradicionalidades ocidentais, cristãs, colonialistas e patriarcais, visto ser proveniente delas a criação e a suas associações negativas dos termos.

O caminho feito articulando as lacunas acerca da formação e concepção das subjetividades por uma psicologia influenciada somente pelos referenciais europeus, se fez relevante no presente trabalho visto que, na experiência de estágio, foi observada a consequência direta desta não reflexão e inclusão de referenciais para além dos

eurocêtricos, nas atuações. São elementos para incluir nas análises das pessoas profissionais da psicologia reflexões que remetem a historicidade e criticidade sobre as realidades políticas, econômicas, sociais e culturais brasileiras (CRP SP, 2014).

Subjetividades hegemonicamente construídas, impossibilitaram a transferência, e a construção de alguma ou qualquer relação que pudesse vir a promover cuidado ou assistência, bem como, qualquer possibilidade de uma leitura analítica não-culpabilizante que incluísse as interferências psicossociais nos processos a serem trabalhados. A partir da utilização de dispositivos (e estratégias teórico-metodológicas que pretendiam promover cuidado) majoritariamente tradicionais, posteriormente às tentativas de promoção de atenção ocorriam categorizações diagnósticas à expressão destas subjetividades, já mais distanciadas e desconstruídas dessas hegemonias normativas.

O pensar as expressões subjetivas surgidas a partir da oferta de outros dispositivos mais cabíveis as necessidades das pessoas (e não de quem conduz os processos), e com isso suas possibilidades de contato com a sociedade e com elas, pode expressar essa intimidade, tanto relacional, quanto de uma subjetividade outra composta por diversos entendimentos filosóficos e existenciais de mundo, os quais, provavelmente, não conheço profundamente, e, que podem possuir estreita correlação com histórias de vida, relacionando-as a experiências práticas.

5.3 Razão com emoção: Outras subjetividades e outras configurações de vínculo

É importante ressaltar que emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão. Lélia Gonzalez

A sabedoria e filosofia Yorubá traz perspectivas que contrapõem visões dicotômicas, relacionadas ao pensamento que ainda se faz presente no senso comum que separa a racionalidade da emocionalidade. Daí a relevância da descolonização do currículo e do pensamento para abertura à outras formas de ver o mundo e as situações que ocorrem nele, ganhando espaço para somatização de outras epistemologias contribuintes ao reforçamento de práticas como esta, que foram conduzidas com

compromisso ético-político e consciência, mergulhadas no entanto de afeto e amorosidade.

Na intenção de incluir um olhar atento e cuidadoso à dimensão da espiritualidade e às religiosidades de matriz africana e suas vicissitudes no cotidiano, busquei na prática me aproximar à abordagens psicológicas que abarcavam conceitos e noções de várias fontes (tendo diversidade em seu tronco estruturante), que pudessem para além de legitimar e valorizar a dimensão da espiritualidade, apontar caminhos possíveis de conversa e acolhimento do que fora trazido como algo fundante, visto que tal dimensão, dialoga constantemente com o processo de construção de rede de apoio, de saúde, de cuidado. Está no meio de tudo isso, uma dimensão imersa e conjunta, principalmente, para quem pratica as tradições de matriz africana e indígena.

Apoio-me na psicologia enegrecida (ABRAHÃO, 2019) e brasileira, na intenção de incluir este olhar atento e cuidadoso à espiritualidade e à questão racial, possibilitando captar possíveis contribuições que não possuam viés religioso, mas que digam respeito às tradições, historicidades e perspectivas distintas de ver o mundo e as situações. Além disso, a intenção é captar as possíveis relações das religiões ou tradições de matriz africana e suas vicissitudes no cotidiano a partir da atuação prática.

Das vezes que levei esta dimensão em espaços formais, a maioria das perspectivas teórico-técnicas trouxeram resistências e certo desvalor ao que fora colocado e, nesse sentido, poucas contribuições (isto quando a questão se dava em uma dimensão individualizada). Em outros momentos, coletivos (reuniões), a dimensão era valorizada, tendo surgido, por exemplo, possibilidades de diálogos com Babalorixás em uma possível reunião de rede. Surgia então algumas reflexões como: Será que essa ocasião seria organizada de modo coletivo, quiçá institucionalizado, somente pelo enquadramento de expressões relacionadas à religiosidade e/ou tradição de matriz africana enquanto “religião”? Circunscrita em categoria “entidade representativa”. Trago esse questionamento pois quando a tradição e a dimensão da espiritualidade vinha sozinha, a partir de relatos experienciais vividos no cotidiano, pareciam ter pouca validade por quem ouvia levianamente.

Nesse sentido toda a reflexão que proponho é para pensar as interferências da espiritualidade e dessa tradição de matriz africana e indígena na subjetividade, na

relação com a psicologia em um espaço que diz respeito a lugares mais naturais e constitutivos como o cotidiano.

Houve a percepção (por mim na verdade) acerca das positivas repercussões e desdobramentos no sentido do autocuidado, quando ocorriam aproximações relacionais significativas com o que estou chamando aqui de espiritualidade, e/ou quando dialogávamos a respeito desse assunto na busca por compreensões acerca de pensamentos recorrentes, intuições, “recados”. Nos bastidores da cena, houve, como já mencionado, relativizações e desconsiderações numa diminuição do valor desta relação (Catarina e espiritualidade, ou da Catarina com entidades específicas), visto que o que fora trazido por ela enquanto componentes de sua rede de apoio (em uma atividade proposta por mim para descrição no papel dessa rede), foi visto por olhos céticos como uma composição de uma rede não “real”, que nas entrelinhas, no não-dito, poderia remeter quiçá um comportamento psicótico devido à reação de insignificância e preocupação com a não materialidade e visibilidade aos olhos (e ainda impossibilidade de convite para uma reunião de rede) das entidades (agora no sentido da espiritualidade enquanto uma representação espiritual) que Catarina havia descrito os nomes no papel.

Foi possível observar um certo desconforto quanto a percepção sobre haverem mais ‘amigos espirituais’ ali no seu organograma⁵⁶ de rede de apoio escrito a mão, do que pessoas vivas, talvez, hipoteticamente, por uma descrença acerca da existência daqueles amigos espirituais mencionados. Mas, na verdade, isso não importa na realidade, sobre a crença ou descrença, quando no caso, há um respeito e uma validação do que é trazido em cena durante o processo de acompanhamento psicossocial.

A violência da interpretação pode não ajudar. Parecia que um questionamento desse tipo pairava no ar: “Afim, como pode alguém ter na sua composição de rede de apoio entidades que não se podem ver?” E enquanto isso o meu questionamento era: como pode alguém em situação de institucionalização, violência intrafamiliar, excluída social-histórica e culturalmente de forma sistemática e programática, com todos ou quase todos os vínculos rompidos, ter uma rede de apoio com nomes de pessoas para além daquelas que estavam próximas a ela naquele momento de extrema

⁵⁶Tratava-se de um material produzido pela pessoa, um pequeno mapa em que ela colocou sua rede de apoio, composta majoritariamente por pessoas profissionais da rede socioassistencial e saúde e por entidades de religiões e tradições de matriz africana.

vulnerabilidade e vulnerabilização? Tais quais, como podemos ver na ocasião, os nomes de profissionais da rede e de entidades, “amigos espirituais”.

Na ocasião eu não possuía recursos suficientes para refutar questionamentos que referiam invalidez àqueles nomes no papel. Mas por possuir aproximação pessoal com as tradições de matriz africana e indígena pensava: “Se isto é uma psicose, poderei contar histórias de pessoas que sobrevivem e resistem, tendo em suas redes de apoio, basicamente, representações que não estão materializadas, e que em uma abordagem patologizantes poderiam ser diagnosticadas como esquizofrênicas. Será tudo isto uma alucinação coletiva que dá certo?”

Mas preferia e prefiro optar pelo não saber já que pouco sabemos sobre isso. E reconhecer na pessoa a possibilidade de educadora acerca de si, e de nós, e de tudo aquilo que ela sabe e que eu não tenho saber. A sabedoria está aí, novamente, em não saber e estar aberto a conhecer.

Com relação aos diagnósticos que referem experiências esquizofrênicas relacionadas a práticas ligadas às tradições⁵⁷/religiões mencionadas, “salvo em contexto religioso”, faço uso do termo da autora Cidinha Silva novamente pra pensar e problematizar essa separação entre o contexto religioso e não religioso, visto que, nestas experiências brasileiras ligadas a tradição de matriz africana e afrobrasileira, o que separa esse enquadramento de contexto religioso, é como menciono no Eixo III em que abordei a questão do vínculo, “separado por um fio de nylon”. As experiências de relação e relacionamento com a espiritualidade ligada a estas tradições ocorrem de modo exuzilhado, expansivo, fluído, cotidiano, vivencial, independentemente do espaço concreto material que a pessoa se localiza, visto que as conexões e contatos podem se dar de diversas formas para além daquelas que se assemelhariam a, conforme consta nos manuais diagnósticos DCM V e CID 10, “alucinações auditivas ou visuais”.

Nesse sentido, partindo da realidade brasileira e de sua constituição histórico-social, podemos supor a partir do olhar ao cotidiano às suas diversidades, o quanto o contexto religioso está presente no dia-a-dia para as pessoas praticantes das

⁵⁷ A tempo cabe mencionar que refiro-me a “tradições” de matriz africana ao invés de religiões, em referência a Mãe Pati do Ilê de Oxum - Quilombo Tradicional de Matriz Africana de POA – Família de Ouro, que em uma aula do módulo de “Classes e Movimentos Sociais” (em 2020) do curso de Serviço Social, apontou para a importância de resgatar a percepção de que costumes e rituais presentes nos ritos religiosos dizem respeito também à história, à cultura, às experiências e tecnologias não ocidentais, indo além da dimensão religiosa.

tradições de matriz africana. O quanto a chamada espiritualidade está presente no cotidiano e o quanto não é cabível, aparentemente, a utilização de tal conceituação que refere uma ideia cristalizada e estática de contexto religioso, como aquele relativo ao que ocorre em horário e dia determinado em seu tempo, igreja, terreiro, barracão.

Por este prisma é possível pensar que (re)organizações psíquicas, bem como as desorganizações também, podem possuir entrecruzamentos de causas, decorrentes de diversas possíveis questões, correlacionadas, ou não, com dimensões menos visíveis e mais sutis, relativas a estas dimensões da espiritualidade que se fazem presentes também no cotidiano de quem se constituiu psiquicamente a partir desse entrelaçamento de culturas, tradições e expressões ligadas às experiências brasileiras de existência.

A intenção aqui não é deslegitimar o lugar da psicóloga e dos cuidados em saúde mental ou ainda transferir aos cuidados religiosos/espirituais, mas sim, ampliar a percepção acerca da complexidade do sofrimento psíquico da população brasileira que carece cuidado e que chega nos serviços seja por encaminhamentos, decisões judiciais ou espontaneamente e, por vezes, não é compreendida. A ideia é pensar a formação profissional em psicologia de modo a colaborar com os cuidados que a população brasileira excluída e violentada historicamente necessita, retomando a importância e a valorização dos estudos étnico-raciais, da formação histórica e social da sociedade brasileira e latino americana, que incluem os aspectos de suas tradições construídas e mantidas pelos povos tradicionais, pela população que fora escravizada e por seus descendentes. Faz-se necessário reconhecer também que os estudos de gênero e sexualidade, articulados à temática dos direitos humanos e suas violações sistemáticas, carecem de equiparação frente aos outros conteúdos estudados durante a graduação.

A presente escrita tem a intenção de olhar e ter como referência inclusive algumas outras experiências que conseguiram incluir as sabedorias destas tradições em todo processo profissional psicológico, como a experiência de Abrahão (2019), a fim de demonstrar a possibilidade de expansão dos olhares por este lado escolhido dentre as outras possíveis opções de caminhos ofertadas na encruzilhada.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Passos sugestivos para nós

A partir dos desafios encontrados nesta atuação em questão frente às nuances reflexivas sobre ela, fruto do presente trabalho, é possível corroborar com os apontamentos realizados por Moraes et al. (2017, p. 8) com relação à presença ainda significativa de atuações da Psicologia na Assistência Social, que se dão a partir da replicação de práticas consideradas tradicionais (voltadas à área clínica circunscrita em setting terapêutico), e o quanto, tal formato acaba sendo marcado por perspectivas teóricas que fundamentam análises descontextualizadas da realidade e portanto individualizantes (MACEDO et al., 2015, p. 820 apud MORAIS et al., 2017, p.8). Também é feita menção acerca da influência da formação em Psicologia na raiz desta problemática devido à majoritária priorização nos cursos de Psicologia que ainda possuem grades curriculares engessadas, à um processo formativo direcionado com maior ênfase à área clínica (MORAIS et al., 2017, p. 8-9).

Apesar da graduação em psicologia na UNIFESP possuir uma grade curricular menos engessada no sentido de abordar enfaticamente temáticas relativas à psicologia social e comunitária, as problemáticas sociais e às políticas públicas de saúde, é possível identificar que as leituras raciais e de gênero (que incluíssem a problematização da cisgeneridade) que compõem e fundamentam as problemáticas sociais brasileiras necessárias à análise e condução do processo de acompanhamento, não vieram da formação em psicologia, mas da minha aproximação espontânea à outros espaços acadêmicos que se propõe ao estudo de tais temáticas⁵⁸ (no caso da realização como eletiva da Unidade Curricular “Gênero, Raça e Etnia” do curso de Serviço Social, incluída em 2010 na grade do curso como conteúdo obrigatório).

⁵⁸Minha primeira aproximação com os estudos acerca da questão racial se deu a partir da entrada no Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares com a leitura da autora Neusa Sousa Santos, referência da psicologia e psicanálise brasileira ainda negligenciada pelos cursos de Psicologia. Com os estudos sobre as questões de gênero que tivessem os olhares voltados também para as pessoas trans o contato foi a partir da participação no evento Trans(Universo) promovido por discentes do campus após a ocorrência de situações transfóbicas no espaço acadêmico.

Nesse sentido, cabe para a graduação em Psicologia, uma sinalização quanto à importância ético-política da inclusão das temáticas acima referidas para a realização de um processo formativo de fato adequado e comprometido com a realidade brasileira e com a classe trabalhadora.

A autora Vera Paiva (2008), refere a importância da compreensão do contexto e das interações sociais para pensar nas possibilidades de promoção de saúde e garantia ou acesso a direitos.

“[...] a compreensão do contexto e da dinâmica das interações sociais, do impacto do estigma e da discriminação associados à orientação sexual (homofobia) e às relações de gênero (machismo), da expressão encarnada dos diferenciais de poder e seus determinantes macro-sociais (também a pobreza e racismo), têm sido reconhecidas na literatura deste século XXI como necessárias para a produção de ações para promover e proteger direitos, promover saúde sexual [...]” (PAIVA, 2008, p. 645)

A forma como o acompanhamento aconteceu mostrou-me como os caminhos metodológicos podem ser reconstruídos e/ou aperfeiçoados a partir do próprio movimento do encontro, que visa também os contatos com as realidades sociais e territoriais. A realização de um processo de acompanhamento diferenciado, que transbordou os muros dos equipamentos fluindo pela rua, apesar de ter trazido diversos desafios ao seu manejo e condução à toda rede envolvida, possibilitou parcialmente o aprofundamento na compreensão do contexto social e de aspectos subjetivos na relação da pessoa acompanhada com esse contexto (bem como a minha), necessários por sua vez e significativos aos acompanhamentos de caráter psicossocial face à violação de direitos.

Duas dimensões então são evidenciadas, uma que se refere ao funcionamento da rede e Sistema de Garantia de Direitos e a outra, relacionada à metodologia utilizada para execução das políticas. Um dos motivos de pensá-las juntas é refletir acerca do que elas têm em comum e o que uma influencia na outra.

Os espaços da intersetorialidade são lugares de compartilhamento de saber e de poder, de construção de novas formas de agir que não se encontram estabelecidas ou suficientemente experimentadas. Talvez por isso seja um conceito fácil de falar, mas pouco utilizado: falamos muito e fazemos pouco!

Há necessidade de um exercício permanente de paciência e de negociação, pois ninguém está acostumado a ficar pensando no assunto que é do outro; ou que já percorreram caminhos já esgotados setorialmente, ou que nunca foram pensados na esfera setorial. O percurso é sinuoso, cheio de novidades... mas também incompleto, com imperfeições e desafios! Precisa ser inventado e reinventado. Conviver com a incerteza e não ter respostas não é um caminho fácil, envolve confusão e sofrimento, porém envolve o prazer da descoberta de novas saídas! Saídas que não necessariamente resolvem o problema, mas que implicam na acumulação de forças e apontam possibilidades de enfrentamento e de resultados parciais, palpáveis e perceptíveis. (MACHADO, 2015, p.3)

A vida e a movimentação das pessoas validam aquilo que a autora Vera Paiva (2008) menciona em seu texto acerca “de que a vida cotidiana, histórica e socialmente construída, era re-inventável” (PAIVA, 2008, p. 644). Chamo a atenção também para o fato de que, nós enquanto grupos privilegiados, precisamos nos movimentar tanto internamente quanto externamente para contribuir de fato com as demandas destes outros grupos populacionais desprovidos dos privilégios justamente pela existência dos nossos.

É preciso espaço-tempo, abertura e sensibilidade para que possamos aprender com as experiências que promovem aproximações à singularidades e especificidades. Notoriamente, conforme Vera Paiva (2008, p. 649) indica, as dinâmicas de uma cena são únicas, nunca serão iguais aos cursos da vida de uma outra pessoa, e, nesse sentido, as especificidades provavelmente não são generalizáveis. Entretanto, a participação na cena tem suas relevâncias pois possibilita justamente, para além dos momentos vividos e intervenções feitas, estas reflexões que partem de contatos reais, possibilitando a movimentação de nossos olhares em prol de (re)construções que possam desenvolver nossas capacidades empáticas para com o que é diferente de nós e não pertence aos nossos grupos identitários.

Que possamos conjuntamente, partindo desta via crítica e autocrítica que passa pela dimensão singularizada, direcionar nossas movimentações de modo consciente aos processos de luta, emancipação e transformação social.

Nenhuma pessoa branca que vive hoje é responsável pela escravidão. Mas todos os brancos vivos hoje colhem os benefícios dela, assim como todos os negros que vivem hoje têm as cicatrizes dela. KWELI, Talib.

Neste trecho de Talib Kweli ele reflete sobre o fato da população branca possuir descendentes/parentes consanguíneos, como ancestrais, pessoas que escravizaram outras pessoas em prol de seus benefícios próprios (supremacia branca). Talib afirma a não responsabilização deste processo desumano à essa população branca contemporânea, mas, apesar disso, situa e reafirma as visíveis consequências e os frutos de privilégios que tal população colhe a partir das ações de violência de seus antepassados.

Gostaria de expandir e transferir tal colocação para pensar também a responsabilização quanto aos privilégios da cisgeneridade enquanto norma, a fim de despertar nelas - em nós - não “a defensiva”, de que “eu não tenho nada a ver com isso”, mas sim a observação positiva acerca de nossas potencialidades transformativas frente a estas normas, que para além de nos conferir privilégios sociais objetivos e simbólicos também nos afeta conferindo-nos menos humanidade pela presença do julgamento moral e da desumanização da outra pessoa que é também o espelho que nos permite nos olhar.

Retomar e valorizar as sabedorias, experiências e tradições não ocidentais, de matriz africana ou como menciona Goldman (2015, p. 642 *apud* SANTOS, 2019, p.163) Afroindígena⁵⁹, é uma ação que refuta os apagamentos históricos e epistemológicos que tentou as “invisibilizar” a “vivência social da população negra”. Recuperar esses conhecimentos de modo a incluí-los, legitimando-os, promove o que é para nós necessário segundo Abrahão de Oliveira Santos (2019), com relação ao nosso conhecimento enquanto psicólogas/os, acerca da história da diáspora africana no Brasil a fim de compreender as “práticas de cuidar das matrizes culturais e civilizatórias presentes na população” (SANTOS, 2019, p.165).

Iniciar a retomada de nossas raízes não europeias parece ser um caminho possível para a compreensão de que as mazelas da escravização e da cisgeneridade geram consequências negativas à todas pessoas que compõem a sociedade. E essa percepção pode ser um outro passo articulado, que se dá de jeitos não lineares, para o reconhecimento dos privilégios de modo que deixemos de atuar inconscientemente sobre eles.

⁵⁹ “Afroindígena, sem hífen, é como Goldman (2015, p. 642) designa, não a junção dos modos distintos dos dois grupos sociais, mas conota a operação de composição de resistência dos povos indígenas e afrodiaspóricos.” (SANTOS, 2019, p. 163)

Com relação a estes espaços subjetivos em âmbitos públicos como as Políticas Sociais, Borges (2020), a partir de uma experiência prática socioassistencial ocorrida também pela rua, aponta para o fato de que “Se de um lado a atenção psicossocial nos demanda disponibilidade para o empréstimo de poder contratual” (TYKANORI, 2016 *apud* BORGES, 2020, p. 7), tendo no caso desta experiência, a presença de particularidades decorrentes da transfobia, do racismo e do entrecruzamento de marcadores de diferenciação social nesta demanda pela disponibilidade ao empréstimo do poder contratual (e justamente por elas), a prática neste campo “nos exige a descolonização da Psicologia a favor de um trabalho clínico-político que reconheça os impactos do racismo nas subjetividades negras” (VEIGA, 2019 *apud* BORGES, 2020, p. 7)”, incluindo as subjetividades brancas, diria, objetivando também as análises do impacto do racismo em si (para à população branca) a fim de darmos passos necessários à desconstruções pessoais daquelas pessoas que conduzem as políticas sociais.

Ambas problemáticas, como aponta Borges (2020, p. 7), são localizadas enquanto “fenômeno estrutural efetuado pela omissão, inação ou fragilização de serviços públicos destinados aos vulneráveis”, para além, eu diria, da dimensão do epistemicídio histórico da negritude e da travestilidade e transexualidade no Brasil nos espaços acadêmicos. Tal apontamento também vai de encontro e dá conta um tanto dos desafios relacionados ao que as autoras Moraes et al. (2017, p. 9) indicam enquanto possibilidade de ação Governamental para uma atuação da psicologia mais adequada às prerrogativas da Política de Assistência Social (ou outras Políticas Públicas), para além da movimentação no âmbito da formação acadêmica, relacionadas ao acesso a formação continuada.

Pensar essa dimensão é extremamente importante para que não fiquemos dando muitos murros em ponta de faca (por tal motivo inclusive, que parto também para a dimensão intrapsíquica relacionada às problemáticas sócio raciais e de gênero), visto que estar e analisar as dinâmicas da Assistência Social é se deparar justamente com a dimensão do trabalho assalariado que ocorre normalmente “em condições extremamente precárias” (LACERDA *apud* LIMA et al., 2015, p. 112). Tais condições acabam por frustrar as trabalhadoras/es cotidianamente com a observação e sensação de uma incapacidade de realização de seu “compromisso social”, na produção de mudanças para

com a sociedade e também realidades ali encontradas na atuação junto a classe trabalhadora da qual ela também faz parte⁶⁰.

Dito isto, cabe finalizar com algumas colocações que se referem ao espaço do privado em esfera subjetiva (que por não se localizar de forma totalmente dissociada do público) interfere nele diretamente, ainda visto que segundo Lacerda *apud* Lima et al., (2015, p. 112) o trabalho de profissionais da psicologia em equipamentos públicos nos revela que não há necessariamente, somente pelo motivo da posição de trabalhador da Assistência Social, associações diretas deste trabalho ou da assunção desta posição profissional com a problematização da função social da Psicologia. Apesar disso, e justamente por isso faz-se relevante o nosso levante pelo compromisso ético-político, tanto da formação em psicologia, quanto das políticas governamentais para promoção de subsídios suficientes aos processos socioeducativos que caminhem em prol da garantia do acesso aos direitos humanos e sociais a partir do atendimento de qualidade à classe trabalhadora, atendendo suas respectivas e singulares particularidades, para que possamos partir juntas à movimentos coletivos de transformação social que promovam de fato a equidade e a justiça.

A todas as pessoas que almejam o amor ao invés da violência e a participação neste processo de transformação sócio-político, faço a sugestão acerca das movimentações internas na procura da tomada de consciência sobre seus privilégios em prol de reconhecê-los e problematizá-los. Este parece ser um bom passo inicial viável aos caminhos de maior unificação para o fortalecimento e tessitura dessa rede que visa à ruptura com estas lógicas de opressão múltiplas e simultâneas produtoras de desigualdades, violências e desumanidades.

Tais passos percussivos se apresentam como sugestivos caminhos a nossa costura de base pelo crescimento enquanto humanidade, que só pode se dar se na busca e na luta revolucionária pela emancipação humana frente a esta nossa ainda dura realidade social contemporânea.

⁶⁰ Conforme aponta Lacerda *apud* LIMA et al. (2015, p.112 *apud* YAMAMOTO), “a entrada da Psicologia nos serviços públicos não é produto de uma tomada de consciência sobre o elitismo e conservadorismo que caracterizou a profissão [...] mas reflete a presença de profissionais “mais pobres que buscam sobreviver em um mercado cada vez mais restrito para aqueles que alimentam o sonho de ser um profissional liberal”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciana. **O valor da brancura: considerações sobre um debate pouco explorado no Brasil**. Cadernoscenpec. São Paulo. v.2. n. 2. p.29-46. Dez. 2012.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Boletim n. 05/2020, Rio de Janeiro, 01 Jan - 31 Out 2020. n. 5. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

ARAÚJO, Fábio. **Do amigo qualificado à política da amizade**. *Estilos clínica*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 84-105, 2005.

_____. Fábio. **Um passeio esquizo pelo acompanhamento terapêutico: dos especialismos à política da amizade**. 1. Reimp. Niterói, RJ: [S.I.] 2013.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Orgs.). **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 25-58, 2002.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais Brasília**, DF: 2013.

_____. Diário Oficial da União. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução No 109, nov. 2009.

_____. Conselho Federal do Serviço Social; Conselho Federal de Psicologia. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, set. 2004.

BORGES, Silier Andrade Cardoso. **Qual é mesmo o seu quefazer? Relatos de um Psicólogo no SUAS feito na rua**. Revista do CRP 03, n. 4^a, p. 6 Ago 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**– Vol. 1: *Dos pré-socráticos a Aristóteles*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CHE GUEVARA, E. **Obra Revolucionaria**. México, Ediciones Era-S.A., 1967, p. 637-38., apud 2017, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 1 de 29 de janeiro de 2018**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 18 de 19 de dezembro de 2002**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 26 fev. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (CRP SP). **Laicidade de Psicologia: Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para a questão da psicologia, religião e espiritualidade**. 2014. Disponível em: http://www.crsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=758. Acesso em: 26 fev. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP): **CFP lança Resolução sobre exercício profissional em casos de violência de gênero**. [S.I.] CFP, 05 ago 2020. 1 vídeo (1h:27min). [Live]. Participação de Prof. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RinXhrsiaBM>. Acesso em 26 fev. 2021.

CHAUÍ-BERLINCK, Luciana. **NOVOS ANDARILHOS DO BEM: Caminhos do Acompanhamento Terapêutico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013. 409 f.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura Vilele (Orgs.). **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018.

ESPINOSA, B. de. **Ética**. São Paulo: Edusp, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

FARIAS, Márcio. **A redenção do Édipo**. Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte, v. 32, Mar 2020.

FARIAS, Márcio. **Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico**. I Ed. São Paulo: Editora Dandara, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GIROTTI, Lúcio Costa. **Corpo Múltiplo trans: praxiografia de cuidado**. Orientadora: Cristiane Gonçalves da Silva. 2019. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Departamento de Medicina Preventiva, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. Katálisis, vol. 21, n. 03, Florianópolis, 2018, pp. 514-522.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanos, p. 190-214, 2018.

GORGATTI, Viviane. **Marcas de experiências no trabalho socioeducativo: narrativas camaradas da formação profissional**. 179f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Campus Baixada Santista, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2017.

HOOKS, Bell. Vivendo de Amor. **Portal Geledés**, 09 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em 26 fev. 2021.

LANCETTI, Antônio. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2005.

LACERDA, Fernando. Podem as políticas públicas emancipar? **Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. LIMA, A. F. D.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A (Orgs.). Porto Alegre: Editora Abrapso, 2015.

MACHADO, Paula Sandrine. **O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural**. Cad. Pagu, v. 24, p. 249-281, 2005.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **O papel do Psicólogo**. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, Jun. 1997.

MORAIS, Juscislaine Bianca Tavares de; FONSECA, Hivana Raelcia Rosa da; GONÇALVES, Nathassia Pollyne Colaço. **ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Maranhão, 2017. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/1521/arquivos/1535143_atuacaodopsicologonosistemaunicodaassistenciasocial.pdf. Acesso em 26 fev. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande. Três séculos de imagens sobre o Negro no Brasil. (1637-1899)**, São Paulo, Edusp, 2000, 694 pp. **Rev. de Antropologia**, São Paulo, USP, vol. 44, n. 2, p.227-230, 2001.

PAIVA, Vera. **A psicologia redescobrirá a sexualidade?** Psicol. estud., v. 13, n. 4, p. 641-651, 2008.

PAULA, Marcos Ferreira de. **Alegria e felicidade: a experiência do processo liberador em Espinosa**. 2009. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PONTES, Júlia Clara; GONÇALVES, Cristiane. **Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans**. Revista Periódicus, v. 1, n. 8, p. 396-417, 2018.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da; NAKAMURA, Eunice. **“Crianças” e “Adolescentes” trans. A construção de categorias entre profissionais de saúde**. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 35, p. 112-132, Ago. 2020

PRADO, Juliana de Souza Izidio do. **Práticas discursivas no cotidiano e a construção de sentidos sobre o cuidado em saúde mental**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano : crônicas da travessia**. tradução Eliana Aguiar ; prefácio Virginie Despentes. — 1a ed. — Rio de Janeiro : Zahar, 2020.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

REALE, G.; ANTISERI, D. *Aristóteles e o peripatos*, in: **História da Filosofia** (Volume I). 10ª. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. **O Enegrecimento da Psicologia: Indicações para a Formação Profissional**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 39, n. 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Orientadora: Leny Sato. 160 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social). São Paulo, 2012.

SILVA, Maria Lúcia da; ALMUDI, Maria de Lourdes Araújo. REGINALDO, Fabiane da Silva (Orgs.). **Os efeitos psicossociais do racismo**. INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE . São Paulo: impresaoficial, 2008.

SILVA, Cidinha da. **Exuzilhar**. São Paulo: Kuanza Produções, 2018.

SILVA, Martiniano J. Kalunga: origens e significados (1ª parte). **Folha do Sudoeste, Revista da Academia Goiana de Letras**, Jataí, GO, 2003. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/opiniao/2015/04/kalunga-origens-e-significados-1a-parte/>. Acesso em 26 fev. 2021.

SIMPSON, Keila. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p. 9-15.

SOUZA, Severino Ramos Lima de.; FRANCISCO, Ana Lúcia. **O método da cartografia em pesquisa qualitativa: Estabelecendo princípios. Desenhando caminhos**. 8ª CIAIQ 2019. Lisboa: [s.n.]. 2019. p. 811-820.

TAGLIAMENTO, Grazielle. **A arte dos (des)encontros: mulher trans e a saúde integral**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.